

SER VIDO RES

Minha História com o Poder Judiciário
de Mato Grosso do Sul



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL

SERVIDORES

Minha História com o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul

Administração do TJMS

Presidente:

Des. Carlos Eduardo Contar

Vice-Presidente:

Des. Sideni Soncini Pimentel

Corregedor-Geral de Justiça:

Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva

Equipe técnica

Realização:

Secretaria de Comunicação do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

Coordenação e organização:

Carlos Alberto Kuntzel e Diego Espíndola Virgílio

Direção de editorial:

Carlos Kuntzel, Diego Espíndola Virgílio e Fernanda Monteiro

Produção de texto:

Danúbia Krause, Daniel Silva Castro e Carlos Kuntzel

Colaboração:

Zeli Paim

Produção, layout e diagramação:

Mariana Sarian e Leo Alves

Revisão:

Diego Espíndola Virgílio e Zeli Paim

Capa:

Leo Alves

Fotografia:

Arquivo Tribunal de Justiça e arquivos pessoais

Servidores - Minha História com o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul / organização: Carlos Kuntzel. - 1. ed. - Campo Grande (MS) : TJMS, 2022. 281 p.

ISBN:

1. Poder Judiciário de MS. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Mato Grosso do Sul. 4. História Regional

CDD
CDU



SERVIDORES

Minha História com o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul

Campo Grande, MS, outubro de 2022



PREFÁCIO

Este livro é a consolidação de uma das propostas da Administração 2021/2022 do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul voltada ao resgate e valorização dos serventuários da Justiça, através do projeto “Minha História”.

Inicialmente, publicado na mídia eletrônica do Tribunal de Justiça, cada um dos depoimentos colhidos de dezenas de servidores (aposentados ou em atividade) que traduz, por suas próprias palavras, o que foi feito, aprendido e conquistado ao longo de anos de dedicação profissional.

Conquistas, perdas, vitórias, superações, amizades, casamentos, vidas foram construídas por décadas de trabalho no Poder Judiciário. Mas, não exclusivamente para o Poder Judiciário. Anos de serviço público honrado, comprometido e bem realizado foram emprestados à sociedade sul-mato-grossense, fosse na Capital, fosse no interior, nos fóruns ou no Tribunal de Justiça, formando uma unidade que ultrapassou os limites dos prédios e transformou a vida dos próprios servidores e daqueles que se valeram dos seus trabalhos.

Como em toda história de vida, momentos memoráveis, alegrias inesquecíveis, conquistas pessoais e materiais somam-se a pequenos intervalos de alguma tristeza, algum revés, mas ao final resta a cada um

dos personagens retratados, a certeza de que tudo valeu e, continua valendo, em cada uma das biografias aqui registradas.

O Poder Judiciário é natural e essencialmente de natureza humana, ainda que máquinas, robôs, computadores e outras modernidades preencham espaços de trabalho. Contudo, atrás de cada aparelho sobrevive um homem e uma mulher, um cidadão, uma pessoa única, alguém que pode nem ser conhecida de muitos, mas ao lado de cada magistrado, contribui para levar ao cidadão a necessária prestação jurisdicional.

Iniciando através desta publicação um registro inédito destes servidores, sem prejuízo da continuidade de outros em nova edição, trazemos ao leitor uma leitura leve, prazerosa, recheada de momentos que servirão de exemplo de vida e trabalho aos atuais e futuros parceiros, bem como a qualquer outra pessoa que compreenda o valor de servir da melhor maneira à causa que se dedica. Desejamos a todos uma saudável leitura e gratidão àqueles que contribuíram para o desenvolvimento do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande, novembro de 2022

Des. Carlos Eduardo Contar
Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

EGIDIA CARDOSO.....	11
WILMAR NERY DA SILVA.....	14
JOSÉ GREGÓRIO MELGAREJO.....	17
MARIZA DOS SANTOS GONÇALVES.....	21
LUIZ DIOGO PAREDES DOS SANTOS.....	26
JONICE LEMOS DE SOUZA SIEBERT.....	30
PEDRO DE LIMA CORDEIRO	34
REVAIR LOPES JESUÍNO	37
ROSA MARIA OCAMPOS DE SOUZA GALVÃO.....	41
RENATO KARIM SAFATLI	44
SAMUEL REZENDE FREITAS	48
OILSON FERNANDES DOS SANTOS JUNIOR.....	52
ROZANE RODRIGUES.....	56
VANDERLEY ARIMA XAVIER	61
EZENIDETE NEVES	64
ANTÔNIO CARLOS FELICIANO TERRINHA DA SILVA.....	68
MARIA RAMOS DE PAULA	71
ODAIR DE BRITO MAZO.....	74

ROSANE CONCEIÇÃO DE ANDRADE	78
REINALDO RODRIGUES RIBEIRO.....	81
EDNA MARIA BOJIKIAN SARUBBI	85
MILTON SILVA	89
ANTÔNIO CARLOS DE NOVAES.....	93
CELSO GUIBU.....	96
ILMA TEREZINHA VIEIRA DE NARDO.....	100
MARIA IVONEIDE DE ALENCAR AZEVEDO SANTOS	103
CARIVALDO DAMASCENO.....	107
EURÍDICE ALVES DE FARIA	111
JACIRLENE PALAGANO CANTO	115
IRINEIS DE SOUZA DONATONI	119
GILSON CARVALHO	122
JURACY NEPOMUCENO CORRÊA DE OLIVEIRA	126
LUCIMEIRE FRANCISCO DOS SANTOS E SOUZA BONFIM	129
MARIA HELENA ROSA BALBÉ.....	132
JAIME FEITOSA DE QUEIROZ.....	136
DINEY DE FÁTIMA GARCIA BRANDÃO DA SILVA	139
HÉLIO DA ROSA MACHADO.....	142
NILDA QUEIROZ E RODRIGUES	145
EDSON FERREIRA DOS SANTOS.....	148



DEISI DO CARMO	151
ADEMILDE MARIA BEZERRA	154
MARIA JOSÉ GARCIA	157
FÁTIMA EL DAHER DI GIORGIO.....	160
ERVONER SANTOS AMADO DEBONE.....	164
GLAUCE JANE PARRA BATISTA	167
JUCEMARA LOPES VERA.....	170
MARIA NEUMA DE OLIVEIRA E MELO	173
ERILDO ALMEIDA AZEVEDO	176
SÍLVIA MARIA DO AMARAL	180
JAILMA DE SOUZA MATOS.....	185
ROSA CELINA DOS SANTOS OCAMPOS	188
ALCÍRIO GLAGAU VIEIRA	192
FLORIZA DE BRITO ARAÚJO	196
MARIZETE PEREIRA DA SILVA.....	199
KERSON NANTES	202
LAERTE CEZAR GONÇALVES	207
LAURENTINO GOMES DA SILVA	210
JOSÉ PEDRO BALTHA.....	214
ELINE DE FARO VALENCA	217
PAULO SÉRGIO MENDES BIGNARDI.....	221

ENEDINA MARTINS LOPES STAHLKE	225
NELSON ÁVILA DA ROSA	230
ALCIONE LUZIA SOARES MORAES	234
SEBASTIÃO FERREIRA DE ARAÚJO	239
MARLENE BARCELLOS DE SOUZA ALVES ALMEIDA	242
SUELY SANTOS GARCIA.....	245
ANTÔNIO CARLOS ALBERGUETI GARCIA.....	249
VALDETE DE CARVALHO COELHO	253
WAGNER ROBERTO DE OLIVEIRA	256
CATARINA DE ALMEIDA GONÇALVES	259
EROTHILDES QUEIROZ.....	262
ALEIXO FRÓES.....	266
MARIA DA CONCEIÇÃO.....	269
DIRNEIA MONFORT	272
JOSÉ ALVES MARTINS.....	275
IVANIR DE FÁTIMA MONTEIRO	278





EGIDIA CARDOSO

DAS CONTAS FEITAS NO CAIXA DO MERCADO AOS CÁLCULOS DE PENA, PRISÃO E SOLTURA NO TJ, RESULTA UM DESTINO MERECEDOR DE APLAUSOS.

Eis aqui a história da servidora Egidia Cardoso, que vive o sonho de uma vida há 165 quilômetros da capital. Rio-brilhantense raiz, foi nessa cidade entre rios que ela casou, teve filhos, fez carreira e aguarda pela aposentadoria para passar mais tempo com a mãe, dona Gregória Coronel. Saiu de Rio Brilhante mesmo só pela oportunidade única de fazer a faculdade de Direito e ter a caçula; isso tudo em Dourados, bem perto de casa. A propósito do título acima, foi a carreira no Judiciário de Mato Grosso do Sul que a fez acumular conquistas pessoais e proporcionar a educação dos filhos Igor Felipe e Débora.

Aos 18 anos recém-completados, Egidia trabalhava como caixa no antigo mercado Casa Nova por Cr\$ 4.149,60 (o salário-mínimo de então) e era reconhecida pelo bom atendimento prestado. Ao lado, ficava o Cartório do 2º Ofício. O cartorário, seu Vanderlei da Cunha Rosa, propôs ao gerente do então estabelecimento comercial vizinho (e que também era seu genro) uma vaga para contador, distribuidor e partidor judiciário. O designado não aceitou, mas indicou a colega Egidia e apresentou suas qualificações.

Ao receber o convite, a caixa se assustou por ser nova, estar concluindo o segundo grau técnico em contabilidade e pela instabilidade de assumir um cargo com contrato de 1 ano. Ainda bem que o contentamento por poder estar em uma colocação melhor venceu o nervosismo inicial. Claro que teve aqui o incentivo e a mãozinha da dona Gregória para que a demissão do mercado fosse estabelecida em 30 de abril e tão logo, em 2 de maio de 1980, Egidia Cardoso começasse sua história de colaboração para a justiça estadual.

“Quando entrei, o Fórum ainda estava sendo oficializado. O juiz titular chegou e explicou o andamento dos processos. Ele sabia que os funcionários eram novatos e a partir daí foi mais calmo pra mim”, rememora Egidia.

Até que certa vez, um réu preso com drogas chorou durante o interrogatório. “Ele disse para o juiz que os policiais baterem nele, quebraram os óculos e a dentadura dele. Era uma das minhas primeiras audiências e eu fiquei com pena. Eu soltaria. Mas não é que o cara ficou preso 4 anos e pouco e quando foi solto foi preso de novo e pelo mesmo motivo? Passei a ser mais objetiva, tarimbada”, conta.

Com mais experiência e a vontade de vencer de sempre, Egídia passou no primeiro concurso realizado para a comarca. Depois disputou a vaga para escrevente judicial e passou de novo. A protagonista dessa história se encontrou tanto com a rotina do Judiciário que decidiu fazer a faculdade de Direito. “Queria estar preparada para as oportunidades que até fui estudar em Dourados quando minha filha tinha 1 ano e meu filho 2 anos de idade. Foi um estudo entre fraldas e mamadeiras”, divide, bem-humorada.

Compreensível que, considerando o desenrolar desse enredo, sua matéria preferida era Direito Penal. “Gostava muito de fazer audiências e hoje gosto de atender as pessoas que comparecem no Fórum e resolver os problemas delas o mais rápido possível”, celebra assim e com orgulho seus 41 anos de Judiciário em Rio Brillhante e uma ascensão profissional tão radiante quanto.



WILMAR NERY DA SILVA



QUER SABER O SEGREDO DE
APOSENTADO QUE VIVE VIAJANDO?
DEDICAÇÃO AO TRABALHO,
PLANEJAMENTO E ESPÍRITO LIVRE

A família da dona Adélia Alves Azambuja é de gente trabalhadora. Ela mesma ocupou-se como lavadeira para garantir uma vida bem melhor para Sandra, Alaide, Roberto e Wilmar. E o esforço dessa mãe foi reparado com distinção. É só prestar atenção nessa história. Era uma vez um jovem que, para ajudar a família, começou a trabalhar aos 13 anos e aos 15 já fazia parte do quadro de servidores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

“Em 1979, quando da implantação do Poder Judiciário no Estado, fui convidado para datilografar o regimento interno do órgão. Eu ainda não era funcionário. Depois desse primeiro contato com os Desembargadores iniciais e a primeira diretoria executiva, recebi o convite para ingressar no TJMS, quando ainda não havia concurso público”, recapitula Wilmar Nery da Silva.

Ocasão inclusive na qual o mais novo servidor não tinha ideia da importância do trabalho que desenvolveria na área administrativa do Tribunal. Quando trabalhava na Secretaria de Finanças, por exemplo, recebeu a missão de elaborar o primeiro orçamento do recém-criado Fundo Especial para a Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Juizados Cíveis e Criminais (Funjecc). Numa segunda situação, já na Corregedoria, participou da implantação do sistema de arrecadação nos cartórios extrajudiciais. Isso tudo sem falar na atuação para a implantação do selo de autenticação, que hoje é digital, e a implementação do ambiente virtual de aprendizagem na Ejud.

Porém, quer saber mesmo o que foi mais importante nessa trajetória? “Parece clichê, mas os amigos que se conquista, porque a instituição tem vida própria e anda por si só”, confessou o protagonista.

A jornada no TJMS foi intensa e a chegada da aposentaria reservou a mesma medida. “No dia que protocolei meu pedido, chorei bastante. Foi um momento muito difícil”. E para não sucumbir e ficar na frente da televisão aos parcos 56 anos, Wilmar se reinventou e deu um novo e aventureiro sentido para a vida. Se associou à mulher Marcia Regina na compra de um motorhome para explorar o mundo em boa companhia, de um jeito interessante, confortável e catártico.

“A primeira viagem foi para buscar e testar o motorhome. Ficamos uns dias em Florianópolis e redondezas e depois fomos a Caldas Novas. E a primeira viagem de opção foi para São Luís do Maranhão e Jericoacoara. Mas foi rápida, pois não tinha aposentado”. Daí a road trip corrompeu de vez o casal. “Viajamos bastante até agora. Já fizemos, por mais de uma vez, o percurso do litoral nordestino, Peru, Chile, Argentina e Paraguai, além do centro do Brasil”, conduz sem pensar em interrupções porque o roteiro de um futuro próximo inclui Roraima, Amapá, Amazonas e Espírito Santo.

O motorhome pode até estacionar, mas as façanhas alcançadas pela dupla agitada nunca. “É uma vida espetacular de conhecimento de novas culturas, da gastronomia local e conquista de novos amigos”, celebra, já sonhando em embarcar a neta Bia, de 2 anos, em uma das suas viagens biográficas.

Ainda sobre a vida afortunada, “creio que não nos afastamos de nossa raiz e do que temos como exemplo”, arremata o filho da dona Adélia, esposo da Marcia Regina, pai de Felipe e Fernando, e avô da Bia, que após 41 anos de trabalho para a justiça estadual, faz da aposentadoria uma virtude.

(In memoriam)



JOSÉ GREGÓRIO MELGAREJO



POR TRÁS DO INSUFILME
QUE NINGUÉM VÊ, MELGAREJO É
PORTEIRO DO FÓRUM HÁ MAIS DE 20
ANOS

“**M**inha história é muito simples. Sempre busquei ser honesto e idôneo com as pessoas”, conta o servidor José Gregório Melgarejo, que há 19 anos cumpre seu expediente como porteiro na guarita de acesso aos veículos dos magistrados e do estacionamento de veículos oficiais no prédio do Fórum de Campo Grande. De Judiciário ele soma 30 anos de atividade e, cuidando do estacionamento, são mais de 20.

Foi desempenhando a mesma função na portaria de um condomínio onde tinha poucas folgas e já casado que ele prestou concurso para o cargo de zelador na comarca de Campo Grande. As provas foram na Escola Joaquim Murtinho, em 1988. Aprovado em 3º lugar, tomou posse em fevereiro de 1991, quando ficou responsável pela limpeza de um setor. O trabalho era dividido com outros zeladores e cada um limpava uma parte do prédio do Fórum, que funcionava ainda na Avenida Fernando Correa da Costa.

Com a chegada da equipe terceirizada, ele foi trabalhar no subsolo para cuidar do acesso ao estacionamento e das vagas dos juízes, promotores e defensores. Trabalhava sozinho e o portão era aberto, não tinha muita segurança e a entrada da garagem era fechada apenas por uma corrente, recorda. Mas os tempos eram mais calmos e ele não teve nenhuma intercorrência de segurança enquanto esteve por lá.

O único episódio foi, na verdade, sobre um rapaz que fazia segurança para um magistrado e estacionava seu Chevette na vaga do juiz. “E o pessoal tinha receio de abordar ele. Mas eu cumpri a norma e então ele quis me agredir”.

Quando da mudança para o atual prédio, no ano de 2002, ele assumiu o posto na guarita, agora com mais proteção, onde cumpre seu expediente até hoje. “No antigo prédio eu tinha mais contato com o público, com os magistrados, defensores e promotores. Hoje, ficamos eu e o segurança, e o insuflim impede as pessoas de me verem. O acesso dos juízes é por controle, eu verifico a identificação do veículo e libero o portão. Se o automóvel não está identificado, eu barro a passagem e converso para ver de quem se trata. Mas é tranquilo, fora alguns desavisados que querem entrar achando que o estacionamento é aberto, principalmente nos dias de chuva”.

Sobre sua função, ele diz que não tem do que reclamar, pelo contrário, adora. “Eu não estudei muito, então não tentei mudar de setor. Mas eu gosto de trabalhar aqui, tanto que hoje meu filho trabalha na terceirizada do Fórum, como eletricitista, e minha ex-mulher trabalha na terceirizada de limpeza”.

E enaltece: “sou muito grato ao Judiciário. Foi com meu salário e o complemento da minha ex-mulher na terceirizada que adquiri tudo que tenho, comprei casa, moto e criei meus filhos. Hoje, minha filha mora na minha casa com sua família e eu num condomínio, de outro imóvel que consegui adquirir. Estou pagando parcelado, tudo graças ao meu salário daqui”.

Dos momentos marcantes em sua trajetória, ele aponta um caso no antigo prédio do Fórum, uma operação que culminou com a prisão de diversos policiais e ele estava trabalhando no dia do julgamento. “Eram muitos policiais presos. Um pessoal do DOF envolvido em corrupção”.

Outro fato memorável já no prédio atual foi o dia do julgamento de Fernandinho Beira-Mar, ano de 2009, cercado de policiais. “Eu levei sorte que fiquei aqui dentro da guarita, de colete e tinha vários policiais na parte de fora. Mas o coitado de um porteiro colega meu estava trabalhando comigo e ficou para fora, com colete. Eu disse para ele, pode ir que eu fico daqui de dentro coordenando. Eu gos-



tei da movimentação, foi diferente, um caso de renome, e todo aquele aparato policial”.

Mas no dia a dia a vida de Melgarejo é aquela rotina do serviço para casa, conta o servidor. “Acordo cedo, tomo meu café e venho. Moro sozinho, vou na igreja e sou apegado muito a minha filha. Visito muito ela, meu filho também. Agora é esperar mais um ano para aposentar. Daí vou visitar meus parentes em São Paulo, viajar, eu nunca fui lá”.





MARIZA DOS SANTOS GONÇALVES



MÃE SOLO, MARIZA COMEÇOU
SERVINDO CAFÉ ATÉ CONQUISTAR O
“IMPROVÁVEL” PARA ELA E O FILHO

Há mais de quatro décadas trabalhando ininterruptamente no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, a história da servidora Mariza dos Santos Gonçalves, de 66 anos de idade, começou no ano de 1978, quando tomou posse no cargo de zeladora do Fórum da comarca de Amambai, ainda pertencente ao Estado de Mato Grosso na época. E lá se vão 42 anos de atuação, boa parte deles em Dourados, onde mora atualmente.

Mãe solo, seu filho tinha apenas 4 anos quando ela iniciou sua carreira no Fórum de Amambai. Passou em 1º lugar no concurso e só tinha uma vaga. O serviço era preparar e servir o café, além da limpeza do prédio. Mas sobrava muito tempo, conta ela, que aproveitava para auxiliar os colegas em outras atividades. “Como eu tinha a letra muito bonita, eu escrevia o termo de posse dos juízes e promotores, ajudava no cartório eleitoral” e assim foi se inteirando de diversas outras tarefas.

Naquela época, a sede do Tribunal de Justiça era em Cuiabá. “Eu sei que meu contracheque vinha de lá e tínhamos que entrar na fila, no setor de Exatoria, para receber o cheque do pagamento do mês”, o qual Mariza descontava na boca do caixa no banco. “Eu nem tinha conta na época. Depois de um tempo que veio a ordem para abrir uma conta bancária e o salário passou a ser depositado lá”, recorda.

Durante 7 anos, sua rotina em Amambai incluía, além do café e limpeza, o auxílio no que era preciso. Até que veio o concurso para escrevente e um episódio marcante para ela: a juíza diretora do Foro na época indagou se a zeladora havia se inscrito para o certame. Com apenas o 4º ano do ensino fundamental e sem dinheiro para inscrição, ela recebeu o incentivo da magistrada, que explicou sobre a pos-

sibilidade legal dela prestar as provas. E não se limitou a isso: a juíza pagou sua inscrição e lhe emprestou todos os livros.

Com a oportunidade na mão, mesmo estudando em casa, sozinha, enquanto muitos de seus colegas estavam em grupos e faziam aulas com professores particulares, ela conquistou o 4o lugar num total de 5 vagas disponíveis.

No dia 3 de abril de 1985 pediu exoneração do cargo de zeladora e assumiu o novo posto, indo trabalhar na direção do Fórum, na parte de contabilidade, cálculo de pena e assim por diante. “O Juiz Diretor na época era o doutor Odemilson Fassa, hoje Desembargador. Ele dizia que eu era polivalente, o que me ensinavam eu aprendia rápido, e assim fiz de tudo um pouco, menos trabalhar no cartório”.

Aquela Juíza Diretora que tanto lhe ajudou foi embora da comarca antes de ver o êxito dela e do filho de Mariza, a quem também auxiliou. Era a pessoa de Elizabeth Tae Kinashi, hoje juíza aposentada. Mas Mariza não esqueceu de todo apoio recebido e, cerca de 20 anos depois, localizou a incentivadora no interior do Paraná. “Consegui o contato dela para lhe agradecer, dizer que tinha dado tudo certo. Inclusive disse que meu filho havia se formado em Direito, passado aos 23 anos no concurso para Defensor Público do Mato Grosso, e hoje, afastado da profissão, é um advogado de sucesso”.

E foi para garantir o sonho do filho que no ano de 1995 ela se transferiu para a comarca de Dourados. O filho foi na frente, cursou dois anos da faculdade, chegou carregado de doações de livros de juízes, promotores e defensores de Amambai, e arrumou emprego com o auxílio da mãe para ajudar a pagar a faculdade. A mãe conseguiu meia bolsa com a Secretaria de Educação e saiu da casa dos pais rumo a segunda maior cidade do Estado.

“Eu não tinha nada na época. Foi então que meu irmão me deu quatro novilhas e com o dinheiro da venda consegui comprar e dar entrada no básico como sofá, fogão e cama”, lembra do recomeço.

Em Dourados, foi trabalhar na 7ª Vara Cível de Execução Fiscal, onde ficou por 11 anos até pedir para sair. Passou pela Controladoria de Mandados e Direção do Fórum e no Posto de Atendimento ao Cidadão (PAC), onde atuou até o início da pandemia. Com o setor sem atendimento presencial temporariamente, retornou para a 7ª Vara Cível, em trabalho remoto, onde cumpre seu expediente atualmente.

Em termos de satisfação pessoal, Mariza conta que foi no PAC que percebeu a relevância de seu trabalho para o público, o qual fazia questão de ser atendido por ela. “Até hoje me ligam. Eu acredito que é reflexo do bom serviço que eu prestava. Sempre busquei auxiliar até onde pude todos os que me procuravam. E fiz um trabalho muito legal também com as mães solteiras, para averiguação de paternidade, para que elas incluíssem o nome dos pais nas certidões, convidando os pais a virem até o Fórum oficializar o registro. Antes do PAC, aliás, eu era uma servidora muito quietinha, foi depois dele que me tornei falante”.

Com o impasse do fechamento do PAC por conta da pandemia, ela pensou em aposentar, mas não queria deixar o Judiciário dessa forma. Então, uma antiga colega lhe chamou novamente para a 7ª Vara Cível, muito mudou, ela teve receio, mas foi aprendendo o serviço aos poucos. “Acredito que até o final do ano eu me aposento e daí vou cuidar um pouco de mim”.

E os tempos difíceis ficaram no passado. Nesse ano, ela mudou para sua casa própria, “um sobradinho muito bom, presente do meu filho”. O carro velho também foi substituído por um novo, adquirido pelo filho também. “Depois que ele se formou, logo passou no concurso e foi para Cuiabá”.

Conta ainda honrada que “foi difícil no começo, éramos de uma família muito pobre. O ensino fundamental dele foi na escola pública. Já o ensino médio eu paguei, com esforço, o colégio particular, depois veio a faculdade particular. Não sabia se conseguiríamos, mas meu filho dizia: ‘se eu não estudar, a vida vai ser essa’. E ele já me pres-



tou duas homenagens, uma delas quando estava realizando um júri em Amambai e, recentemente, por videoconferência, quando estava fazendo sustentação oral no TJMS com os Desembargadores Zaloar Martins de Souza e Dileta Terezinha Thomaz, ambos com os quais já trabalhei em Dourados. Não sei como ele combinou, só sei que os dois magistrados iniciaram suas falas me homenageando, pedindo licença ao ilustre advogado para se dirigir à mãe dele e parabenizá-la pelos serviços prestados e pelo filho formado”.



LUIZ DIOGO PAREDES DOS SANTOS



UM MOTOCICLISTA COM MUITAS
REALIZAÇÕES NO DESTINO

Um homem dedicado ao trabalho. É assim que Luiz Diogo Paredes dos Santos se define. Todavia, a grande paixão desse biólogo por formação e servidor público do Poder Judiciário há mais de 30 anos sempre foi o motociclismo.

Nascido em Corumbá no ano de 1964, já aos 19 anos de idade Luiz Diogo foi aprovado no concurso do TJMS e tomou posse como auxiliar judiciário, iniciando sua carreira na 3ª Vara Cível da cidade natal. “Trabalhei na 3ª Vara por 25 anos, até 2008. Lembro que meu primeiro chefe foi o hoje Desembargador Joenildo de Sousa Chaves”, recorda.

Luiz Diogo somente deixou seu primeiro local de serviço para trabalhar como assistente técnico de informática no suporte técnico e de apoio ao SAJ da comarca de Corumbá, onde continua a atuar. Desde fevereiro de 2000, no entanto, ele já participava da equipe responsável pela implantação do sistema SAJ e pela transição de processos físicos para eletrônicos em várias comarcas, inclusive na capital do Estado.

Apesar de ostentar uma longa e estável carreira no funcionalismo público, exercida na mesma cidade em que nasceu, engana-se quem imagina Luiz Diogo apenas como um homem preocupado em levar uma vida segura, constante e pacata de interior, pois em paralelo à vida certa de um servidor público, sempre esteve o amor pelo motociclismo.

“Desde a adolescência sempre fui apaixonado por motos. Aprendi a pilotar aos 17 anos, mas só consegui comprar minha primeira motocicleta, uma Honda CG 125, em 1989, aos 34 anos. Com ela já fiz minha primeira viagem pela estrada. Eu e minha esposa fomos até Campo Grande”.



De lá pra cá, as cilindradas só fizeram aumentar. Logo, Luiz Diogo trocou sua primeira moto por uma Honda CB Twister 250 e depois por uma Yamaha Fazer 250. Foi em 2014, porém, que ele ingressou no mundo das altas cilindradas, tendo adquirido, ao longo do tempo, uma Honda CB 500, uma Honda NC 750X e uma Triumph Tiger 800. Hoje, Luiz Diogo pilota uma Triumph Tiger 900 GT.

“Em 2014 um amigo motociclista me convidou para participar do grupo ‘Estradeiros’, de pessoas apaixonadas por motos e por viajar com elas. Foi nesse momento que o hobby tomou maiores proporções”.

Com o grupo de motociclistas fundado em Corumbá em 2002 e que conta com aproximadamente 30 pessoas, incluídas as esposas dos participantes, Luiz Diogo realizou uma série de viagens, uma mais desafiadora do que a outra. As primeiras foram para várias cidades do próprio Estado. Posteriormente, vieram as viagens pelas regiões de serra do país. “Fomos até a Serra do Rastro da Serpente em São Paulo, Serra da Graciosa no Paraná, Serra do Rio do Rastro de Santa Catarina, e Serra Gaúcha no Rio Grande do Sul”, enumera com deleite na voz.

Desbravada boa parte do país, veio a hora de pilotar por estradas internacionais. Assim como as cilindradas aumentaram com o tempo, também os quilômetros marcados no odômetro cresceram. Na companhia dos “Estradeiros”, Luiz Diogo percorreu os caminhos que ligam Santa Cruz, Potosi, Oruro, Cochabamba e o célebre Salar de Uyuni - o maior deserto de sal do mundo - na Bolívia, Assunción, Concepción e Encarnación no Paraguai, bem como Salta, Jujuy, Purmamarca e Formosa na Argentina.

“Em fevereiro de 2020 realizei o grande sonho de conhecer um marco para o motociclismo mundial: a Mão do Deserto. Ela fica no Deserto do Atacama, região de Antofagasta, no Chile. Foram 5 mil quilômetros de viagem, passando pela Bolívia, Argentina e Chile”, comemora o motociclista por paixão, que compartilha ainda que, tão logo seja possível, gostaria de pilotar pelo litoral nordestino, da Bahia



ao Ceará, voltando por Maranhão, Piauí e Tocantins.

Indagado sobre a inspiração para sair viajando em apenas duas rodas, Luiz Diogo faz questão de enfatizar o quanto se sente realizado em muitos aspectos de sua vida. Aos 56 anos, casado há 36, e pai de um casal, uma moça de 25 e um rapaz de 29, o servidor se diz satisfeito ainda com os quase 38 anos dedicados ao Poder Judiciário. “Eu me sinto realizado por ter feito parte da evolução tecnológica da justiça. E quanto ao motociclismo, é uma paixão que me deu a oportunidade de conhecer novos lugares e novas pessoas, além de fazer muitos amigos”.



JONICE LEMOS DE SOUZA SIEBERT



PARA A PERSISTENTE JONICE,
O TJMS FOI UMA EXTENSÃO DE SUA
VIDA PESSOAL

Foram 11.373 dias trabalhados no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. Aposentada recentemente, Jonice Lemos de Souza Siebert entrou no TJMS ainda solteira, aos 24 anos, e casou um pouco depois. Hoje, com os filhos prestes a se casarem, ela conta, com saudade e o coração cheio de gratidão, um pouco do que viveu ao longo de 31 anos de atividade, onde, além da família e da vida religiosa, o Poder Judiciário representou para ela uma extensão de sua vida pessoal.

“Eu acredito que um trabalho é válido quando é desempenhado em favor do próximo. A espiritualidade é muito presente em minha vida, então eu sempre busquei levar uma palavra amiga para um colega e fiz amizades que perpetuaram. Muitas pessoas com quem convivi deixaram marcas em minha história e são meus amigos até hoje”, divide Jonice.

Foi por indicação de uma amiga, aliás, que no ano de 1985 ela foi contratada como auxiliar judiciário para atuar no cartório de protesto do antigo Fórum na Avenida Fernando Correa da Costa. De lá, seguiu para o TJ trabalhando na Secretaria Judiciária de 1988 a 1992, onde iniciou no Departamento Judiciário Cível, o Dejudi. No setor, ela fazia o serviço burocrático de cartório, datilografando as decisões em fichas que eram anexadas aos autos. Ela lembra que eles confeccionavam também as etiquetas dos processos. Era um tempo sem muitas ferramentas tecnológicas.

Nesse período ela foi mãe do seu primogênito, Vinícius, em 1989, hoje médico. E, em 1991, nasceu sua caçula, que escolheu o Direito como profissão. Com dois filhos pequenos, ela recorda que passou por uma situação difícil nessa época. Seu marido, que trabalhava em uma multinacional, foi demitido e a oportunidade de ingressar no Tribunal por meio de concurso e garantir uma estabilidade para a família precisou ser adiada, pois as provas ocorreram quando sua bebê tinha entre 1 e 2 dias de vida.

Quando retornou de licença maternidade, em 1992, coincidiu



com a decisão do Tribunal de Justiça de dispensar os servidores comissionados e ela fazia parte dessa lista. Jonice foi então conversar diretamente com o Presidente, o Desembargador Milton Malulei, e pedir uma oportunidade de permanecer no Judiciário, contando a situação da sua família. A ousadia deu certo e ela voltou para o Fórum de Campo Grande, atuando na 5ª Vara Cível, passando também pela Vara de Execução Penal e de Fazenda Pública.

Além de permanecer no emprego, foi nessa época que o Desembargador Milton Malulei criou a creche do TJ, e sua filha pode usufruir do espaço até os 5 anos de idade. “Eu tenho muitas fotos dela na creche até hoje, era muito bom, a Isabela se alfabetizou lá”.

Boas lembranças desse período ela também tem do convívio com o então Juiz Francisco Gerardo de Souza, que na Vara de Execução Penal atendia muitas mulheres dos presos com dificuldades financeiras. “Ele se comovia com as histórias delas. Aquilo me marcou muito, ele era um juiz tão humano, um exemplo de homem bom e eu achava bonito da parte dele”.

Mas lidar com a rotina de processos crime era um pouco pesado para Jonice e ela foi trabalhar na Vara da Fazenda Pública. Lá ficou até ser dispensada em 1998, numa outra leva de demissões de comissionados. E, dessa vez, foi mesmo desligada.

Claro que Jonice não desistiu de continuar sua carreira no Poder Judiciário. Sendo assim, estudou e prestou concurso para agente de serviços gerais, com receio de não ser aprovada em um cargo de maior concorrência. Aprovada, voltou à casa em 2001 e trabalhou na copa por seis meses. E logo toda sua experiência a fez retornar para a Secretaria Judiciária no ano de 2002. No Dejudi novamente, recorda que agora sim existiam os primeiros computadores e as antigas máquinas de datilografia deram lugar às elétricas. “Fiz curso de computador e fui trabalhar no setor de Registros e Debates, onde cada servidor usava um fone de ouvido para escutar as gravações das sessões de julgamento e transcrever tudo para o computador”.



Deixando a Judiciária em 2005, foi convidada para atuar na Gestão de Pessoal. “Eu trabalhava como secretária imediata da diretora da Secretaria, mas não no papel, meu salário continuava de Agente de Serviços Gerais, com remuneração baixa. Nessa época meu filho passou em medicina em Cuiabá. Como não tínhamos condições de mantê-lo, fomos tentar uma bolsa no Bionatus, embora o dono de lá não concedesse bolsas”.

Foi então que mais uma vez Jonice precisou ser audaciosa. Ela imprimiu seu holerite e apresentou ao proprietário do cursinho pré-vestibular. “Acho que meu salário era praticamente o valor da mensalidade, mas o Vinícius conseguiu uma oportunidade para trabalhar como monitor, o que gerou um desconto de 50%”. O esforço valeu a pena mais uma vez: o filho passou na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), além de faculdades de medicina do interior de São Paulo e de Londrina, no Paraná.

Por essa época foi também que Jonice conseguiu ascender ao posto de síndica do recém-inaugurado Juizado Central, no ano 2008, e depois sua coordenadoria. Foram sete anos no cargo e, em março de 2015, retornou ao Fórum de Campo Grande, onde passou seus últimos anos antes de se aposentar em dezembro de 2019.

“Eu só tenho gratidão do Judiciário. Graças a ele consegui formar meus filhos que são meu maior orgulho. Sinto muita falta da convivência com as pessoas. Fiz de tudo também para ajudar quem precisou de mim e para me reconciliar com quem precisei. Sobre minha trajetória, eu defino que sempre tive muita audácia, essa é uma característica minha. Não tenho medo de pedir. Foi no Judiciário que conquistei amadurecimento e responsabilidade. Me sinto feliz por ter escolhido ele como minha profissão e meus filhos sempre tiveram orgulho de mim. Hoje só lembro de coisas boas e sinto saudades que me façam, quem sabe, até mesmo voltar”.





PEDRO DE LIMA CORDEIRO



PEDRO, O CONCILIADOR

Nascido e criado na cidade de Dourados, Pedro de Lima Cordeiro é o que se pode chamar de homem de família. Casado há 38 anos e pai de três filhos, seu relacionamento mais longo, no entanto, é com o Judiciário. Já faz 40 anos que Pedro exerce a função de oficial de justiça na sua cidade.

Ele nasceu em 1960, mas ainda aos 5 anos de idade perdeu os pais e foi acolhido pelos avós maternos, junto aos dois irmãos. Sendo de família simples, Pedro começou a trabalhar desde cedo para ajudar em casa. “Passei a colher e vender guavira, vender sorvetes e salgados na rua, engraxar sapatos e fazer faxina em bordel”, recorda, sem lamentação.

Pedro conta ainda que ouvia o palavreado dos profissionais de Direito e via suas vestes bonitas, admirado com todo o garbo e elegância, e isso tudo o inspirava a um dia também trabalhar para a Justiça. Graças a sua determinação e dedicação aos estudos, tal sonho se realizou com apenas 19 anos, quando ingressou no Poder Judiciário Estadual por contrato de trabalho. No ano seguinte, o jovem servidor prestou o concurso público e passou em 3º lugar, assumindo uma vaga de oficial de justiça.

“Após alguns anos, me inscrevi no curso de avaliador judicial e passei a fazer avaliações. Também desenvolvi trabalhos eleitorais quando era solicitado. Mas nunca deixei de ser oficial de justiça”, relata.

Paralelamente aos trabalhos na Justiça, Pedro desenvolveu serviços sociais em movimentos jovens da igreja católica. Foi em uma dessas atividades que o rapaz conheceu sua esposa, com quem se casou em 1983, aos 22 anos. Logo em seguida veio a primeira filha, Karyna, coroando o início da família. Após um intervalo de quatro anos, o casal teve o segundo filho, Pedro Júnior. Três anos se passaram e a



família ficou completa com o nascimento da caçula, Kamyla.

Homem dedicado tanto à família quanto ao trabalho, Pedro narra que seu maior desafio na carreira jurídica era conciliar a hora do almoço com os compromissos profissionais, uma vez que sempre fez questão de fazer a refeição com os filhos e a mulher, todos reunidos à mesa.

“Os momentos que mais me afetavam foram as gestações de minha esposa, pois eram sempre com problemas médicos, então eu precisava tomar conta dela, dos meus filhos, e ainda realizar meu trabalho sem prejudicar ninguém”.

Para o servidor público, foi justamente seu trabalho que permitiu a realização do sonho de ter uma família. “Trabalhar no Judiciário me proporcionou ser um cidadão responsável, conhecido, inserido na sociedade. Graças ao meu trabalho, consegui constituir uma família e tive condições de sustentá-la”, celebra Lima.

Sobre o que guarda desses 40 anos como oficial de justiça, Pedro garante que são boas lembranças e a sensação prestigiosa de realização. “O melhor momento do meu dia é quando me deito sabendo que todos meus deveres foram cumpridos, tanto no trabalho, quanto com minha família. Estou em paz comigo mesmo, pois alcancei meu objetivo tanto como homem, quanto como ser humano, como pai de família”, conclui.





REVAIR LOPES JESUÍNO



DOS CAMPOS DE FUTEBOL PARA
A ÁREA JURÍDICA

Foi num cruzamento feito pelo zagueiro Revair Lopes Jesuíno aos 23 anos de idade que ele decidiu trocar os gramados pelos mandados judiciais. No entanto, passados 41 anos como oficial de justiça, o dedicado servidor jamais pendurou totalmente as chuteiras.

Como a maior parte dos craques, Revair começou cedo a carreira no futebol. Aos 16 anos já defendia profissionalmente o Sociedade Esportiva Industriária (Sei). “Jogávamos de igual para igual contra o Operário e o Comercial, tanto que o nosso time chegou a ser o 3º colocado no campeonato estadual, quando ainda só havia Mato Grosso”, lembra de forma solene.

Descoberto, o jovem talento logo foi contratado por outros times, fazendo rápidas passagens pelo Mixto, Operário, Comercial, Taueirópolis e Dom Bosco de Cuiabá. Mais tarde, rumou para a região do Pantanal mato-grossense. Primeiro, atuou na zaga do Cacerenses, time de Cáceres também conhecido como Crocodilos do Pantanal. Posteriormente jogou pela equipe da cidade de Barra do Garças.

“Foi nessa época que eu vim passar as férias em Campo Grande e acabei sendo convidado por um amigo para jogar no Forense, um time do Poder Judiciário que era composto por servidores, juízes, desembargadores e procuradores. O time estava participando de um campeonato e fomos até Minas Gerais jogar. Vencemos o torneio naquele ano”.

Com a vitória veio o convite inesperado. “Eu fiz amizade com todo o time durante as partidas e quando ganhamos o campeonato me convidaram para trabalhar no Judiciário como oficial de justiça ad hoc. Mas abandonar a carreira no futebol para ingressar no serviço público não foi uma decisão fácil”.



Revaire optou pela substituição guiado pelos conselhos de sua namorada na época que o alertou para a aposentadoria precoce dos jogadores de futebol e sobre os benefícios de uma carreira estável em um órgão público. Então o zagueiro trocou a camisa 3 pela do Judiciário. Tão logo foi nomeado, veio a abertura de concurso para o cargo de auxiliar e ele decidiu por aproveitar mais essa oportunidade. Assim, em 18 de agosto de 1983 tomou posse, definitivamente, como servidor do TJMS, lotado como oficial de justiça vinculado à 2ª Vara Cível.

“Eu continuei a jogar, mas agora pelo Forense. O time seguiu por mais uns 15 anos, até o falecimento do juiz Amílcar Silva, que era apaixonado por futebol. Foi uma época muito boa. Posso afirmar que viajamos por todo o interior do Estado jogando. Muitas vezes não dava quórum, então tínhamos que pegar servidores das comarcas onde estávamos para integrar o time. Com isso, conheci vários colegas, fiz muitas amizades. 90% dos meus amigos são do TJ. Se disser ‘Tucho’, meu apelido, todo o pessoal mais antigo sabe quem é”.

O servidor também conta que o extinto time do Judiciário ultrapassou as fronteiras sul-mato-grossenses, tendo jogado em cidades do Rio Grande do Sul como Caxias do Sul, de Santa Catarina como Joinville e Blumenau, além de ter percorrido vários municípios do interior de São Paulo.

Embora o Forense não tenha resistido aos anos, tanto a carreira de oficial de justiça quanto a paixão pelo futebol de Revaire mantêm-se firmes até hoje. “Estou com 63 anos, 4 filhos e nenhuma lesão. Nunca deixei o futebol, nem minha função de oficial, que sempre cumpri nos ditames da lei. Hoje estou no abono de permanência, mas ainda não consigo me ver aposentado. Vou trabalhar até o último minuto, até o dia em que eu aguentar. Eu não sei ficar parado”.

De fato, o servidor permanece ativo, cumprindo diligências e jogando por vários times amadores de Campo Grande nas horas vagas. Não bastasse, todas as quintas-feiras reúne-se com outros colegas do trabalho para jogarem no Sindijus.

Sobre ainda considerar acertada a decisão de deixar a carreira de jogador profissional para assumir a de servidor público, Revaír é enfático: “uma coisa da qual nunca me arrependi foi trabalhar no Judiciário. Se tivesse continuado como jogador de futebol, minha carreira teria se encerrado aos 31, 32 anos. Estaria aposentado, com um benefício pequeno. Graças a Deus hoje estou seguro, com sentimento de dever cumprido. Fiz tudo o que pude e trabalhei com honestidade e justiça”.

Aos colegas com menos anos no time de trabalho do Tribunal, Revaír deixa um manual de verdadeiro fairplay no exercício da função que dominou após 4 décadas de trabalho. “Ser oficial de justiça não é fácil. Você está lidando com pessoas diferentes, de níveis culturais diferentes, por isso é preciso saber abordá-las. Oficial de justiça não é se impor, não é bater no peito e agir com superioridade. É chamar a pessoa para conversar, explicar a situação, acalmá-la. Seguir com carinho e dedicação, é o que eu fiz todos esses anos de trabalho”, conclui como o campeão que sempre foi.





**ROSA MARIA
OCAMPOS DE
SOUZA GALVÃO** 

**ROSA É GENTE QUE ACREDITA NA
REALIZAÇÃO DOS SONHOS, E ENTÃO
ELES ACONTECEM!**

Era 1979, ano de criação do Poder Judiciário, e o seu presidente, Desembargador Leão Neto do Carmo, fazia entrevistas para selecionar integrantes experientes para a equipe que estruturaria a nova instituição. E assim Rosa não só foi uma das primeiras servidoras contratadas, como foi convidada para dirigir o Departamento de Pessoal. Seria a sua estreia no serviço público, já que desde os 15 anos ela trabalhava na área administrativa de empresas privadas.

“Naquela época, 90% da equipe selecionada para o TJ veio da área empresarial”, e recorda ainda Rosa Maria Ocampos de Souza Galvão: “presenciei uma equipe integrada, motivada e disposta a desenvolver o trabalho. Uma equipe orgulhosa desse início da criação de um Estado. Então arregaçamos as mangas em busca de conhecimento. Foi um trabalho maduro, com empenho e dedicação e por isso essa equipe marcou muito a minha vida”.

Além da criação do Estado e dessa Corte, Rosa participou da implantação da informática, dos cursos de capacitação e da creche. Ficou por 20 anos e aprendeu demais. “Quando o Tribunal foi implantado havia muita rigidez, disciplina. Eu achava bacana. Era exigido traje social. O Poder era visto como modelo de organização. Trabalhei com 10 presidentes e saí uma pessoa mais organizada, com postura e ética profissionais. Como o RH era uma área meio, de apoio, eu tinha que encontrar o equilíbrio entre a posição do órgão e dos servidores”, declara entre muitos ganhos.

E com toda essa bagagem ela aposentou achando que descansaria, faria o que não teve oportunidade já que precisou trabalhar desde muito jovem. Mas daí Rosa percebeu que poderia continuar e melhorar a renda da família, uma vez que a filha estava cursando



medicina. Então começou a empreender na 25 com a Rua da Paz e o resultado foi tão positivo que o negócio ganhou endereço também no bairro São Bento e na rua Antônio Maria Coelho. “Eu trouxe conhecimento do Tribunal para a área empresarial. No comércio, a empresa e o cliente têm que ganhar e, como disse, aprendi a ter esse equilíbrio à frente da gestão de pessoal”, comemora.

Rosa é sempre solícita quando o assunto é destacar a importância do TJMS na sua vida. “Estou realizando outros sonhos, mas mesmo de fora vibro pelas mudanças que engrandecem o órgão onde já trabalhei. O Tribunal está sempre presente porque me ajudou a vencer”, coloca emocionada.

“A gente tem que acreditar na realização dos sonhos e em Deus. Tem que acreditar que as coisas vão dar certo. Meu maior sonho foi ter a família que eu tenho, bem estruturada, filhos formados. Agora sonho em ver meus netos crescidos. Também quero passear, diminuir o ritmo de trabalho e sair em viagem com a família”.

Que venha mais essa realização. Afinal, Rosa tem fé e trabalha muito para tudo isso!



RENATO KARIM

SAFATLI



PARA RENATO, O TJMS FOI UMA
ESCOLHA E UMA ESCOLA

Campo-grandense de nascença, Renato Karim Safatli sempre aspirou conhecer o mundo! Apaixonado desde jovem por livros de história e seus relatos sobre diferentes povos e culturas, o rapaz sonhador viu a oportunidade de realizar seus desejos trabalhando no Poder Judiciário. De seu ingresso na carreira até hoje foram 38 anos de serviço público e de vários carimbos no passaporte.

Nascido no ano de 1962, quando contava com 20 anos de idade, Renato soube por uma amiga que o TJMS havia aberto concurso. “Eu trabalhava como bancário, mas decidi prestar o concurso. Naquele tempo, o Tribunal era o órgão estadual que melhor remunerava. Então estudei, me dediquei e fui aprovado. Tomei posse no dia 26 de julho de 1983, com lotação na Corregedoria”, conta com orgulho.

Desde esse dia, Renato trabalhou em diversos setores e viu as transformações significativas pelas quais o Judiciário passou. “Quando eu entrei, nós trabalhávamos com máquina de datilografia. Depois passamos para a informatização em termos, com um computador que servia apenas para armazenar dados, com um programa bem simples. Quando veio a digitalização propriamente dita, foi uma transformação muito marcante. Trouxe uma economia de tempo imensa. O malote, por exemplo, que demorava dias para chegar na outra comarca, agora com uns cliques já está feito”.

Com a vida profissional bem alicerçada, Renato casou-se e teve uma filha, hoje com 24 anos e cursando medicina. A ‘vida adulta’, porém, não fez se perder aquele jovem do começo desta história, o rapaz sonhador que desejava explorar o mundo.

“A segurança e estabilidade que o TJ me proporcionou, permitiu que eu me programasse para conseguir concretizar os sonhos de viajar, conhecer vários povos e várias culturas. Assim, o primeiro desti-



no internacional foi a vizinha Argentina. Fomos em 2003, eu e minha esposa. Ela queria muito conhecer os vinhedos. Então fomos para lá para comemorarmos 1 ano de união”.

Posteriormente o casal conheceu outros países da América do Sul, alguns da Europa e Oriente Médio, bem como Estados Unidos. Mais tarde, em uma viagem que juntou a família inteira, foram para o Líbano, Turquia e Estados Unidos, comemorar os 60 anos de casados dos pais de Renato. “Em 2018 foi minha última viagem, para a Espanha, e por enquanto não tenho outra programada, embora queira muito conhecer a Itália ainda. Vamos ver!”.

Renato faz questão de enfatizar que apenas conseguiu realizar o sonho de juventude graças a planejamento e organização, além de algumas renúncias. “Não podemos ter tudo o que queremos ao mesmo tempo. Então, muitas vezes, tive de escolher entre trocar o carro ou economizar para viajar. Acabava por ficar com a 2ª opção quase sempre. Mesmo porque, para mim, viajar não é um gasto, mas um tipo de investimento, uma forma de investir em você mesmo”, compartilha.

Questionado acerca do porquê continua trabalhando no lugar de viver apenas o sonho de viajar, Renato deixa claro o prazer que sente no serviço. “Não sei explicar ao certo, mas parece que quando a gente entra no TJ é contaminado e passa a amar a instituição. Eu estou no abono de permanência, mas peguei tanto amor no que faço que não quero parar. Hoje eu não consigo me ver sem ir trabalhar”.

O amor pela vida e pelo trabalho concedem a Renato um ar jovial que transcende a aparência de homem quase sexagenário. “Há alguns dias estava procurando o departamento de informática e vi um jovem no corredor para quem resolvi pedir informação. Antes de me dizer onde era, ele me perguntou se eu era novo no TJ. Eu quis rir, mas disfarcei e disse que sim. Aí eu perguntei a ele se também era novo, mas ele disse que não, que já tinha 10 anos de serviço no Judiciário”, conta rindo da situação.



O servidor de longa data externa seu desejo de que os colegas mais novos se orgulhem de trabalhar na instituição. “90% dos servidores do Judiciário são de bons para ótimos profissionais. É um pessoal diferenciado, extremamente dedicado e competente. Então, precisam aproveitar as oportunidades que o Tribunal tem oferecido na qualificação profissional, na melhoria das condições de trabalho. Dei o meu melhor e, em troca, aprendi bastante. Entrar no TJMS foi uma escolha e uma escola”, conclui totalmente sem arrependimentos.



SAMUEL REZENDE FREITAS



O ACASO SEMPRE PRIVILEGIOU
SAMUEL

Natural de Rio Verde, em Goiás, Samuel Rezende Freitas foi para Rio Brillhante em 1984 em função de seu emprego na época. Mas daí surgiu uma vaga para oficial de justiça da comarca. A indicação para ocupar o posto veio de um amigo que era segurança do juiz, hoje Desembargador Paschoal Carmello Leandro. Ele marcou uma entrevista com o magistrado e foi aceito, sendo contratado para o cargo em 26 de fevereiro de 1985. O ofício foi aprendendo na prática, com a ajuda do colega de profissão e também com a literatura jurídica e a contribuição dos advogados.

Atuou como contratado por 2 anos, até a oportunidade do concurso público para oficial de justiça em 1987. Ele então reuniu os livros jurídicos e as provas anteriores e se dedicou aos estudos. “Até uma máquina de escrever eu levei para casa”. E todo o esforço deu resultado: foi aprovado em 1º lugar.

Depois que passou no concurso fez faculdade de Ciências Contábeis e ainda se formou em Direito pela Unigran de Dourados, em 1999. Chegou a passar no exame da Ordem dos Advogados do Brasil, mas resolveu não arriscar e continuou na carreira pública. Contudo, a formação na área lhe ajudou muito no exercício da função. Samuel passou a ser mais respeitado pelos advogados, uma vez que tinha mais propriedade e conhecimento na área para resolver as situações.

Das diversas histórias que soma ao longo dos 36 anos de TJMS, ele recorda de um caso lá pelos idos de 1988 de um roubo numa fazenda da região, onde o suspeito levou uma caminhonete carregada de armamentos e foi preso em Barra do Bugres, interior do Mato Grosso, cerca de 1.000 km distante de Rio Brillhante. Samuel ficou incumbido de acompanhar o delegado e mais um policial que trariam o preso até a comarca.

E eles foram de avião. A ida foi tranquila, conta ele. Já na volta, escureceu e a aeronave não tinha instrumentos para voo noturno. Então eles tiveram que pernoitar em Santo Antônio do Leverger, ainda no Mato Grosso. No aeroporto em que pousaram tinha uma espécie de alojamento e dormiram por lá mesmo, com o preso algemado na cama. “Tivemos que ficar ali, meio improvisados. Era uma situação tensa, mas chega uma hora que todo mundo dorme. Eu dormi e acredito que o preso também”. No outro dia seguiram viagem e conseguiram concluir a missão.

Sua região tem ainda muitos casos de conflitos e invasão de terra. Foram muitas vezes que precisou se dirigir a assentamentos com a ordem de desocupação. “Primeiro eu ia para ler a sentença e informar o prazo que tinham para cumprir a ordem. Eu sempre era recebido com muito barulho, batiam latas e faziam um certo alvoroço. O barulho era para chamar os demais para me rodearem numa certa forma de coação, mas eu cumpria meu dever. Depois, na data de desocupação era ainda mais tumultuado. Algumas famílias deixavam o local, mas outras permaneciam lá quando chegávamos com reforço policial. Em certas ocasiões, vinha até ônibus com policiais de Dourados e os donos da terra nos acompanhavam com caminhões e maquinários para cumprir a desocupação”.

Embora vivendo diversos momentos de tensão, Samuel conseguiu se sair bem de todas as situações conflituosas. “Eu acredito que para ser oficial de justiça precisamos ter bastante controle emocional”. Tanto para enfrentar situações como as ordens de desocupação, como outras em que seu serviço o exigiu passar por situações mais delicadas.

“No juizado de pequenas causas temos diversas situações complicadas, como uma vez em que tive que entrar numa residência para levar o aparelho de televisão e duas crianças da casa estavam assistindo desenho. Mas era a determinação, eu precisava levar o aparelho para o credor”, recorda o constrangimento.



Como a cidade é pequena, muitas vezes ele precisou abordar pessoas conhecidas. “Se eram amigos muito próximos, de frequentar a minha casa, eu pedia para transferir a ordem para um colega. Mas eu jogava futebol, então tinha muitos conhecidos. Mas eu sempre separei muito bem as coisas e até explicava para as pessoas. Você pode não gostar de quem eu sou, mas a ordem judicial você precisa cumprir”.

E foi cumprindo mandados no presídio que conheceu sua atual esposa. Ambos eram divorciados. Ela servidora da Agepen que atuava na época como diretora do presídio feminino. No ambiente profissional nada aconteceu. Mas certo dia eles se cruzaram num posto de gasolina. “Eu estava abastecendo, ela também e conversamos. Ela estava indo para um almoço na casa do sobrinho em Nova Alvorada do Sul e me convidou para ir junto. E eu fui e fui muito bem aceito pela família dela e estamos juntos desde então. Isso já tem 8 anos. Mas quando eu ia até o presídio dela eu a cumprimentava profissionalmente como ‘dona Vera’. Depois ela reclamava para mim do porquê de tanta formalidade, não gostava que eu a chamasse de ‘dona”.

O trabalho que rendeu um encontro de amor passou por mudanças. “A população está mais esclarecida, o que facilita na hora do trabalho. Até mesmo pessoas simples já estão mais cientes de seus direitos”, observa Samuel com felicidade.

E assim ele segue sua rotina já prestes a se aposentar e acredita que o destino o levou até Rio Brillhante. “Se não fosse pela empresa que estava com uma empreitada no município, nunca teria chegado até a cidade, onde logo após terminar a obra, estaria sem emprego. Eis que surgiu a vaga, a ponte com a ajuda do meu amigo e lá fui eu. Era meu destino”.





**OILSON FERNANDES
DOS SANTOS
JUNIOR** 

DO DESEJO DE EMBARCAR NO
ÔNIBUS DO TRIBUNAL, ELE LEVOU A
FAMÍLIA JUNTO PARA A CARREIRA
PÚBLICA

Aos 54 anos de idade ele já soma 38 de atividade no Poder Judiciário de MS. De “carteira assinada” já são mais de 40. Trabalhando desde os 9 anos de idade, Oilson Fernandes dos Santos Junior foi entregador de pastéis, depois trabalhou como atendente de farmácia, até o primeiro registro ser oficializado aos 12 anos num pet shop onde, além do atendimento ao público, era montador de aquários. “As pessoas compravam todos os itens e eu ia até a casa delas montar”, recorda.

Morando próximo da avenida Bandeirantes, em Campo Grande, ele sempre foi caminhando para o serviço e no trajeto cruzava com o ônibus do Tribunal de Justiça. Aí imaginava que seria bom estar do lado de dentro dele. Por indicação de uma amiga da igreja, conseguiu uma oportunidade aos 16 anos, quando foi contratado para trabalhar como auxiliar de almoxarifado no Tribunal.

“Naquela época era permitido trabalhar de carteira assinada com a minha idade, mas conta em banco somente com a maioridade, que era aos 21 anos. Então, eu precisava me dirigir todos os meses até o Edifício Cosmos, onde o Tribunal ocupava alguns andares, e buscar o cheque do meu pagamento”.

Até que no ano que completaria 18 anos foi convocado ao serviço militar obrigatório. Retornou no ano seguinte, em janeiro de 1987, e encontrou uma atmosfera diferente no TJ. Entre os colegas de trabalho, a grande maioria contratado, o sonho da estabilidade motivou a formação de grupos de estudo para o concurso de técnico judiciário.

“Pela manhã estudávamos e à tarde cada um ia para o seu setor. Um colega meu do almoxarifado gravou em fita cassete uma apostila de Direito para as provas”, lembra o esforço coletivo.

As provas ocorreram em 1989 e ele tomou posse em 20 de agosto



de 1990. Sua aprovação, conta ele, mudou a realidade de toda a família. “Até então não acreditávamos muito em concurso público, achávamos que eram cartas marcadas. Mas depois de mim, minhas irmãs se motivaram e duas delas são servidoras do Ministério Público e a outra é minha colega no TJMS. Até minha mãe virou servidora do TJ por meio de um concurso que teve na época do desembargador Milton Malulei para cozinheira da creche”.

Após ser empossado, aos 23 anos de idade, ele foi para a seção de expediente na Corregedoria. O serviço era totalmente diferente do que já tinha feito até então. Mas aprendeu o novo ofício e se tornou, inclusive, chefe da seção por 5 anos.

Casado e pai de três filhos, a opção pela carreira pública também foi escolhida pela sua esposa. “Acabei motivando a família da minha esposa também. Além dela, que hoje é minha colega de Tribunal, uma cunhada minha se tornou servidora do MP, a outra passou no concurso para professora e meu cunhado é policial”.

E foi por conta da aprovação da mulher em 1998 para escrevente na comarca de Dourados que ele pediu sua transferência para lá. O plano do casal era aproveitar para cursar Direito e, cinco anos depois, retornar para a capital. Mas as oportunidades foram aparecendo, os filhos já estavam em idade escolar e eles permaneceram.

Em Dourados trabalhou na Direção do Foro e foi diretor do Departamento de Administração por quatro anos, enquanto sua esposa era distribuidora. Até que em 2015 resolveram prestar o processo seletivo para oficial de justiça: “Tínhamos um combinado. Eram os últimos anos de nossa carreira no Judiciário e, se ambos passassem, iríamos nos aventurar numa área que ainda não tínhamos atuado”.

Aprovados, hoje trabalham em dupla muitas vezes, sobretudo nos cumprimentos em que é mais arriscado para sua esposa ir sozinha. Sobre a nova experiência, ele disse que embarcou noutra realidade. “Quando você está na rua, você percebe a justiça na prática e



eu gosto muito porque acabo me sentindo mais útil para a sociedade. Quando chego com uma intimação para uma pessoa, ela só tem a mim como referência para explicar o que está acontecendo”.

Mas às vezes não é possível acalmar as partes e ele já passou por situações de perigo, uma delas quando ele e sua esposa foram recuperar um trator numa fazenda. “Chegamos lá, no meio do mato e fomos cercado por umas 20 pessoas que impediram a retirada. A conversa não resolveu e a noite foi chegando. Então dei um ultimato que iria chamar a polícia, que também não adiantou, então eu tive que ligar mesmo. Já estava com receio se conseguiria contato. Mas deu certo e, para minha sorte, a polícia chegou em 10 minutos e daí a conversa foi outra”.

“Outra vez fui cumprir num bairro da periferia de Dourados um afastamento coercitivo de marido. Quando cheguei, ele pulou a janela e correu mato adentro e eu corri atrás e, quando vi, havia cinco motos da polícia ao meu lado me dando apoio. Deu tudo certo com a ajuda deles, claro, mas eu fiquei curioso para saber quem os tinha acionado. Os policiais me contaram que estavam passando quando viram o fugitivo e, eu, no seu encalço. Então, nessa vida de oficial de justiça, precisamos ser abençoados em certas situações porque senão, num instante para o outro, nos colocamos em situações de risco”, relatou.

Perrengues à parte, para Oilson, ter se tornado servidor público fez muita diferença. “Abençoou a minha vida e a de toda a minha família também e a da família da minha esposa”. E seu êxito, lá atrás, que começou do desejo de poder embarcar num ônibus para trabalhar continua gerando novos frutos até hoje, pois seus filhos já estão seguindo o mesmo caminho: “São todos concurseiros. O mais velho já foi aprovado na Sanesul e hoje trabalha na UEMS e os outros dois estudam para concurso”.



ROZANE RODRIGUES

DA PAIXÃO PELO ESTUDO DA
VIDA À DEDICAÇÃO AOS JUIZADOS:
A HISTÓRIA DA BIÓLOGA QUE SE
RENDEU AO FAZER JUSTIÇA

Ela cursava a faculdade de Biologia em Aquidauana quando soube do concurso para auxiliar judiciário da comarca. Nomeada em 2 de abril de 1985, aos 23 anos de idade, Rozane Rodrigues conciliou o término da graduação com os trabalhos na 1ª Vara Cível de Aquidauana, onde começou registrando as petições e as cargas dos processos no livro de registros, além de prestar atendimento no balcão.

Aos poucos foi aprendendo o serviço de cartório e também a trabalhar nas audiências. Na época, o expediente do Judiciário era de 8 horas, dividido em dois turnos. Assim, pela manhã cumpria as tarefas cartorárias e à tarde auxiliava nas audiências, com a incumbência de datilografar os termos em três vias, utilizando papel carbono entre as folhas para a produção das cópias e, as eventuais rasuras, ela corrigia com um corretivo líquido.

Seis anos depois, foi promovida a escritã substituta e passou a auxiliar a titular na 2ª Vara Cível até que, no ano de 1990, com a criação dos Juizados Especiais, ela foi convidada a integrar a equipe do Juizado de Aquidauana e começou a cumprir jornada diurna de 6 horas na justiça comum, das 7 às 13 horas, e das 18 às 23 horas estava a serviço dos juizados especiais, sua grande paixão até hoje.

“Durante muitos anos os juizados funcionavam à noite. Então, depois que eu cumpria meu expediente pela manhã, eu aproveitava a tarde para cuidar dos filhos e da casa e, à noite, por todo o tempo que o juizado funcionou nesse período noturno, eu trabalhei lá. O clima era muito agradável”. Ela conta ainda que se apaixonou pela proposta do atendimento mais próximo à realidade da população mais simples.

Das histórias que marcaram esse tempo, ela recorda de um rapaz que vendia produtos de catálogo e chegou ao juizado muito

acanhado, mas que se sentiu acolhido pelo atendimento e iniciou os trâmites para receber a dívida relativa a um frasco de desodorante de um cliente que havia lhe dado calote.

“Dava para perceber que ele era bem humilde e estava constrangido, pois o valor não era muito, mas para ele a quantia fazia falta e já tinha cobrado várias vezes, sem sucesso. Ele teve que pagar o produto e só queria receber o prejuízo. No final conseguimos localizar o devedor, que acabou acertando o débito”.

Para Rozane, essa proximidade com o público lhe cativou, sobretudo de ser útil muito além do que pudesse imaginar. “Muitos buscavam atendimento mais como desabafo. Certa vez, tinha um rapaz que aparecia no juizado todas as noites. Ele era homossexual e não tinha a aceitação da família. Na época, era mais difícil. E foi com as nossas conversas que conseguimos tranquilizá-lo e, depois de um tempo, ele confessou que quando chegou até nós estava prestes a se suicidar. Foi com o nosso apoio que mudou de ideia e passou a se aceitar melhor. Aquilo me marcou muito”.

Depois que o período noturno terminou, ela continuou em dupla jornada, pela manhã na 2ª Vara Cível e à tarde no atendimento do juizado. Até que, aos 42 anos, com os filhos já encaminhados, ela resolveu realizar um antigo desejo de se formar em Direito. “Por mais que eu trabalhasse na área, sentia essa necessidade de cursar a faculdade, até mesmo para estar mais preparada para atender o público”, partilha.

Então iniciou a faculdade em Campo Grande, no ano de 2005. Para conciliar os estudos, conta que teve que optar pelo período da manhã no Fórum, pois às 16 horas era o horário de partida do ônibus de Aquidauana que a deixava na universidade por volta das 18h30. As aulas terminavam um pouco antes das 23 horas e o ônibus de volta só chegava 40 minutos depois. Até estar em casa, já eram 2 horas da manhã. Algumas vezes, o ônibus velho que tinha a missão de levar todos os universitários para a capital não aguentava o trajeto e quebrava.



Daí a chegada avançava madrugada adentro. Poucas horas depois, já estava de pé.

Quando estava no final da graduação foi implantada a comarca de Anastácio e ela pediu remoção para lá. Queria uma experiência nova e caiu na sua antiga paixão, voltando a trabalhar no juizado cível e criminal, onde está até hoje.

Além das plantas e animais, que seu lado bióloga sempre manteve na vida pessoal, Rozane não pensa em aposentar. “Eu gosto de bicho, tenho seis gatos, quatro cachorros, um jabuti e crio galinhas, só pelos ovos. Meu quintal é grande, tenho um pomar de frutas em casa. É minha rotina de manhã cuidar dos animais e mexer na terra e à tarde vou para o juizado, pois eu gosto muito de gente também”.

E emenda: “para mim é muito gratificante meu serviço. E o juizado foi um divisor de águas na minha vida. Foi algo que me engrandeceu como ser humano e fico muito feliz em poder auxiliar as pessoas. Gosto muito do que faço e por isso não pretendo parar”.

Das outras tantas histórias que chegaram até seu atendimento, Rozane finaliza contando a de um senhor, de mais de 70 anos de idade, que tinha se envolvido num acidente e aceitado assinar um acordo onde, pelo período equivalente a dois anos, deveria se apresentar no juizado uma vez por mês.

No primeiro dia que chegou, recorda Rozane, ele estava transtornado. O motivo de tamanha indignação era o fato de ter sido apontado como o autor do incidente, o que o colocara na categoria de criminoso.

Rozane foi acalmando o senhor ao longo dos meses e explicando que não se tratava disso e aos poucos criaram uma relação de amizade. Concluído os dois anos, o vínculo já estava formado e pelo menos uma vez por semana, durante muito tempo, ele passava por lá para visitá-la. “Ele era sozinho, nos tornamos uma espécie de família dele”.

O novo membro da comarca era conhecido na região como “Papai Noel”, muitos o chamavam de “Barba” e ele não revelava seu nome verdadeiro. “A única coisa que me pediu era para eu não contar para ninguém sobre sua identidade”. Como ele precisava assinar seu nome mensalmente, a servidora teve acesso a seu ‘segredo’, mas fez a vontade dele, mantendo seu nome em sigilo.

Nos 36 anos dedicados ao Judiciário, a rotina de Rozane ainda inclui duas paradas obrigatórias para alimentar os gatos de rua. E assim divide sua atenção pelas paixões por “gente, bicho e planta”.





VANDERLEY ARIMA XAVIER



ELE FOI O 1º CHEFE DE CARTÓRIO
DE UMA VARA COM PROCESSO
VIRTUAL

Vanderley Arima Xavier iniciou sua história no Judiciário em 1983, aos 20 anos de idade, como contratado. Bastaram três anos para ele passar no concurso. O Fórum era na avenida 31 de Março, hoje Fernando Corrêa da Costa, onde foi designado para trabalhar na 7ª Vara Cível, então especializada em família e sucessões. Do serviço de cartório ele afirma que não tinha nenhum conhecimento, mas teve a ajuda de uma escritã que lhe ensinou muito sobre a função.

Por 17 anos ele atuou em vara de família e acompanhou muitos casos de dívida de pensão alimentícia. Em algumas vezes ele acabou recebendo no balcão do cartório justamente um pai devedor, desavisado sobre o mandado de prisão em aberto. “Acredito que em três ocasiões esses pais estavam lá atrás de informações e eu tive que cumprir o meu dever e chamar o oficial de justiça e o policial e o réu acabou sendo preso ali mesmo. Eles não gostavam muito, claro, mas o processo de pensão alimentícia é muito sério e a prisão acaba resolvendo”, explica.

Outras situações que vivenciou por muitos anos eram os processos de investigação de paternidade. Naquela época os exames de DNA só eram feitos em Minas Gerais e o laudo era juntado ao processo. “Vi muitas mães surpresas quando informávamos que o teste havia dado negativo e muitos pais surpresos quando dava positivo”, diverte-se Vanderley.

Ele atuou também na Vara da Fazenda Pública, na Vara Cível Residual e, desde a instalação em 2005, Xavier é chefe de Cartório da 10ª Vara do Juizado Cível e Criminal da comarca de Campo Grande, aliás a primeira vara virtual do Estado.

São muitas lembranças marcantes nesses 37 anos de atuação, conta ele, mas a que mais o surpreendeu foi a evolução e a rapidez da tecnologia. “Antes as audiências, por exemplo, eram feitas em máquina de datilografia e hoje estamos por videoconferência. O processo físico virou virtual”, celebra. Já sobre sua experiência como chefe do cartório pioneiro no processo digital, ele conta que teve medo no início porque era um terreno totalmente novo a explorar e eles só tinham o apoio da Tecnologia da Informação do TJMS para sanar as dúvidas.

Por um bom tempo ele precisou orientar o público externo, que recebia esse processo virtual com certo receio. “Quando despachávamos as cartas precatórias com a assinatura digital, havia quem recusava o documento por falta de assinatura da juíza. Então era preciso esclarecer a validade da assinatura digital. Mesmo assim, tinha um tabelião aqui em Campo Grande que se recusava a aceitar”.

Como toda transição, era preciso tempo e até resignação para que a grande maioria se adaptasse. “Muitas vezes os advogados chegavam até o cartório querendo consultar o processo antes de começar as audiências. Eu precisava explicar que essa consulta agora poderia ser feita de casa ou do seu escritório, pois não havia mais autos físicos”.

Era só o começo dos processos virtuais. Com o passar do tempo, outros juizados digitais foram criados, o formato foi se popularizando e com o êxito da experiência vieram também muitas visitas de outros tribunais para conhecerem como era o funcionamento desse processo que revolucionou a forma de trabalho no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. “Convivi com uma boa parte das mudanças de rotina de trabalho, contando ainda com o setor da CPE”, diz Vanderley, se sentindo privilegiado por ter participado dessa história.

“Se fosse voltar no tempo, lá em 1983, com certeza estaria novamente batendo às portas do TJMS solicitando para que fosse servidor deste órgão”, arremata.



EZENIDETE NEVES



MULHER DE FÉ, EZENIDETE NEVES
VENCEU MUITAS BARREIRAS

Foram 27 anos de trabalho como servidora concursada do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, mais 9 anos prestando serviços na extinta Justiça Comunitária. Aposentada desde 2009, Ezenidete Neves passou no concurso do TJMS em 1982, ao 29 anos. De lá pra cá, a rio-pardense precisou enfrentar inúmeros desafios, sendo o último deles um câncer de mama. Em todos, porém, ela sempre se manteve resiliente e com a fé em Deus inabalada.

“Sou uma mulher cristã. Todas as vezes que me sinto enfraquecida, me agarro a Deus e sigo em frente. E quando preciso espairer, viajo para o Nordeste. Amo praia. Conheço todo o Rio Grande do Norte. Por isso eu sempre digo que Deus e o mar curam tudo”, brinca Ezenidete.

Essa forte mulher conta que sempre foi apaixonada pelo Direito, mas por diversos motivos acabou ingressando no curso de Assistência Social da antiga FUCMT. Porém não chegou a concluí-lo. Faltando apenas um ano para se formar, Ezenidete se casou e se viu obrigada a deixar a faculdade.

Os caminhos da vida, ou de Deus, contudo, levaram-na para perto do sonhado Direito. A jovem conseguiu um emprego no Cartório Extrajudicial do 3º Ofício, e foi trabalhando lá que uma colega sugeriu que ambas prestassem o concurso do TJMS. Como não tinha dinheiro para a inscrição, a amiga pagou para ela. Assim, em 1982, Ezenidete tornou-se servidora do Poder Judiciário.

“Eu comecei a trabalhar em uma seção de datilografia. A gente fazia os acórdãos do Tribunal. Eram cerca de 8 ou 9 folhas datilografadas, tudo no carbono. Se cometesse um erro, tinha que apagar folha por folha. Com o tempo veio a máquina de escrever. Depois, a máquina fotocopadora. Aí fazíamos uma via, era corrigida, e então tirávamos 9 cópias”, relata.



Depois de um tempo no setor, veio o convite para ir para a Seção de Transportes, local onde nenhuma mulher trabalhara até então. “No começo fiquei meio tensa, mas os meninos me respeitavam muito e me tratavam sempre bem. Até substituiu o chefe, quando ele saía de férias. Acabou sendo uma experiência muito válida”.

Conforme narra ainda Ezenidete, quando o Desembargador Milton Malulei assumiu a Presidência do Tribunal em 1991, ele decidiu dar uma oportunidade às pessoas que constantemente realizavam as substituições de chefia nos setores, oferecendo cargos de comando a elas. Foi assim que ela recebeu o convite para chefiar a extinta Seção de Obrigações.

“Era um setor que lidava com as consignações da Caixa Econômica, as pensões alimentícias no holerite, os contratos de CLT. Eram muitos números, muitos cálculos”, explica.

Foi nesse cargo que Ezenidete aposentou-se em 2009. Sua saída deveu-se a questões pessoais que a forçaram a tomar essa decisão. “Nessa época eu me divorciei. Como tive minhas filhas tarde, elas tinham 10 e 7 anos de idade durante a separação. Como me vi sozinha para criar minhas filhas, achei melhor aposentar e me dedicar a elas”.

E a fé na vida, mais uma vez, providenciou uma reviravolta feliz para Ezenidete. Ela foi escolhida para ser agente da Justiça Comunitária, braço do TJMS que capacitava cidadãos de várias regiões da cidade para atuarem como mediadores de conflitos e orientadores nos bairros onde moravam.

“Éramos um grupo de 14 ou 15 pessoas escolhidas na comunidade de Novos Estados. Fazíamos acordo de pensão alimentícia que eram levados para homologação na Itinerante, solicitávamos exames de DNA, dávamos orientações sobre onde ir ou simplesmente conversávamos com as pessoas. Era um atendimento muito humanizado. Eu me encontrei novamente na Justiça Comunitária”.

Depois de transpor tantos obstáculos, a aposentada não ima-



ginava que ainda enfrentaria a maior adversidade da sua vida. “Fui diagnosticada com câncer na mama e também possíveis tumores nos linfonodos do braço. Eu desabei quando peguei o resultado do exame, mas logo disse pra mim mesma que não precisava ficar com medo porque meu Deus é maior que qualquer doença. Então, com Ele e o apoio da minha família, decidi vencer esse desafio”.

A mulher de 67 anos submeteu-se ao tratamento. Foi uma cirurgia, 6 meses de quimioterapia e 1 mês de radioterapia. “O que me ajudou também foi o nascimento de meu neto quando eu estava com 15 dias de operada. Ele me deu forças para combater a doença”.

E finaliza com otimismo: “Agora, estou curada. Meu neto já fez 1 ano e estou contando os dias para voltar a viajar para o Nordeste. Não vejo a hora de me encontrar com o mar de novo”.



**ANTÔNIO CARLOS
FELICIANO TERRINHA
DA SILVA**



**TERRINHA SE DIVIDE, E BEM,
ENTRE A CARREIRA DE OFICIAL DE
JUSTIÇA E ANFITRIÃO EM IVINHEMA**

Filho caçula de pai cearense, que fixou moradia em Ivinhema na década de 1960, Antônio Carlos Feliciano Terrinha da Silva, o “Terrinha”, conta que a alcunha veio por conta do pai, chamado de “Terra Seca”. Ele foi o único dos irmãos que permaneceu no município e a denominação de infância foi ficando, até que ao ingressar no Poder Judiciário estadual soube da possibilidade de incluí-lo em seu registro civil. Processo concluído, o apelido foi devidamente averbado em sua certidão de nascimento, em Presidente Prudente, sua cidade natal.

Dos atuais 65 anos de idade, são 39 deles atuando na comarca de Ivinhema, onde ingressou como contratado para o cargo de avaliador judicial e depositário em 1982, ou seja, um ano após a instalação da circunscrição. No ano seguinte, passou no concurso para o mesmo cargo que, em 2000, foi transformado em oficial de justiça e avaliador, função que desempenha até hoje.

“Uma vez fui intimar uma senhora que estava escutando o rádio num volume tão alto que não me ouvia chamá-la de jeito nenhum. Eu percebi que havia gente em casa, mas que não iria me ouvir. Foi então que eu decidi ir até o padrão de energia elétrica e desligá-lo. Enfim, com o silêncio reinando, ela veio me atender. Eu tive que confessar minha ação, mas no fim deu tudo certo. Consegui concluir meu trabalho e ela deu risada”, recorda Terrinha sobre um de seus momentos marcantes na carreira.

Pai de quatro filhos e atualmente divorciado, ele mora com o caçula de 22 anos numa chácara, pertinho da cidade. A propriedade foi adquirida no ano de 2013 e, aos poucos, foi se transformando num recanto de morar e se divertir. Ali foi criado o barracão, xodó de Terrinha que tem planos de fazer desse um espaço para eventos.

Batizada de Chácara Santo Antônio, Terrinha elaborou uma



marca própria e foi personalizando cada cantinho do seu barracão com ela, como as mesas redondas que ganharam um tampão de vidro com uma arte que, além da logo ao centro, contém diversas fotos dos encontros em família e com os amigos.

Personalizou também sua chopeira, adaptada a partir de um freezer vertical que recebeu adesivagem e, na porta, foram instaladas torneirinhas, enquanto o barril de chope permanece geladinho lá dentro. E assim por diante: “Encontrei um local em Santa Catarina onde personalizei toalha, copo, prato, guardanapo, tudo. A cristaleira antiga deve ter mais de 100 anos, adquiri de uma senhora e foram uns três anos de negociação até convencê-la a me vender. A viola de cocho pedi a meu irmão para trazer de Cuiabá. Apesar de não ser natural de Mato Grosso do Sul, considero que esse é o meu Estado. Cheguei aqui aos 6 anos de idade e gosto de valorizar a cultura de onde vivo. A foto na parede é de meu pai, no caminhão, em 1964. Ele era motorista da Someco que colonizou a região”.

Aos poucos, o barracão foi ficando “ajeitado”, como define o dono. Mas daí, quando o espaço foi concluído, ficou tudo tão do seu agrado que ele não teve coragem de alugar, como revela: “tenho ciúmes, então, quando alguém me pede, eu empresto, mas não alugo”.

E assim, seu barracão exclusivo de eventos foi se transformando no espaço para as confraternizações de final de ano da família, de feijoadas com os amigos, entre tantos outros encontros.

Curiosamente, nas paredes do barracão prateleiras organizam uma variedade de cachaças. “Cada amigo que vem me visitar me traz uma garrafa de pinga. E a coleção começou quando recebi, há uns três anos, o Desembargador Vladimir Abreu da Silva, que o conheço desde os tempos em que era advogado em Ivinhema. Ele chegou com uma sacola cheia de pinga e, desde então, a coleção só aumenta”, se diverte.

Mas os momentos de lazer e descanso no barracão se limitam aos domingos. Ativo como oficial de justiça, ele cumpre sua rotina de trabalho até aos sábados e não pensa na aposentadoria.





MARIA RAMOS DE PAULA



MARIA RAMOS ACOMPANHOU O
TJMS EM TODAS AS SUAS SEDES

“**T**enho muitas histórias que não dá pra contar. Elas foram vividas, sentidas na pele e não tem como colocar em palavras”, começa despretensiosamente a servidora aposentada Maria Ramos de Paula, que por quase 17 anos fez parte do Judiciário sul-mato-grossense, muitos deles dedicados à biblioteca da Corte.

Foi durante as férias na praia de seu serviço também na biblioteca, só que da antiga Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT, hoje UCDB), que Maria recebeu uma ligação com o convite para montar a livraria do recém-criado Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. E assim, quando o TJMS funcionava provisoriamente no mesmo local que a Câmara Municipal de Campo Grande, ela já fazia parte do quadro de servidores.

Posteriormente, o órgão foi instalado no Edifício Cosmos, na Rua Marechal Cândido Mariano Rondon, onde no 8º andar ela e a servidora Ana Baldacin Verde Selva deram corpo à biblioteca do TJMS.

A consecutiva alteração para o prédio da rua Jornalista Belizário Lima trouxe também mudanças para Maria Ramos. Na mesma época, ela passou no concurso público do TJMS e ocupou o cargo de técnica judiciária, começando a trabalhar na Secretaria do Tribunal, local em que permaneceu até a instalação definitiva do órgão no Parque dos Poderes.

“A gente trabalhava bastante, mas também brincava muito, ria muito. Nesse tempo, o Coronel Reis e a Volda Moreira Carmo Lewergger trabalhavam junto comigo. Quando chegava a hora do intervalo, nós nos reuníamos para contar piadas. Era nossa distração. A Volda chegou a montar o que ela chamava de ‘Dossiê de Piadas’ com todas as anedotas que íamos contando”, lembra feliz.

Após algum tempo, já no prédio do Parque dos Poderes, veio o convite para retornar à biblioteca. “A Ana Baldacin saiu e ficou a vaga de diretora. O Desembargador Higa Nabukatsu, que era o Presidente do Tribunal na época, então me convidou para assumir. Eu aceitei e lá fiquei até me aposentar em fevereiro de 1995”.

Sobre o serviço na biblioteca, Maria Ramos ressalta que viveu o período antes da informatização. “Nós pegamos o grosso da história. Quando precisávamos fazer pesquisa sobre julgados dos órgãos superiores, ligávamos para Brasília, que fazia a pesquisa no acervo deles e nos mandava. Desse jeito, atendíamos os juizes de todas as comarcas do Estado. Além disso, fazíamos a catalogação manual dos assuntos dos acórdãos e também das revistas. Só depois que foi modernizando tudo, com os computadores e a internet”.

Indagada ainda a respeito de alguma situação marcante durante sua trajetória no Judiciário, Maria Ramos relembra o dia em que atendia o Desembargador Leão Neto do Carmo na biblioteca e uma barata invadiu a cena. “Eu estava fazendo uma pesquisa para ele e quando mostrava o que estava escrito no documento que ele tinha pedido, senti algo subindo na minha perna. Eu olhei pra baixo e vi que era uma barata. Eu estava de saia e, para não gritar nem sair correndo, eu comecei a sapatear, para fazer com que o bicho caísse”.

Assim, entre fatos inusitados e de muito trabalho para a implantação do Poder Judiciário, o momento da aposentadoria só veio mesmo por conta de modificações nas legislações e do medo de perder alguns direitos. Caso contrário teria continuado, garante Maria. “Quase entrei em depressão quando deixei o Tribunal, mas comecei a me ocupar com outras coisas. Só tenho a agradecer ao TJMS por tudo que me proporcionou e, especialmente, a Deus”.





ODAIR DE BRITO MAZO

EM MS, UM MUNDO NOVO ABRIU
AS PORTAS PARA A FAMÍLIA BRITO

Mundo Novo. Foi exatamente isso que o município localizado no extremo sul do Estado significou para a família de Odair de Brito Mazo. Eles vieram de Santa Cruz de Monte Castelo, que fica no Paraná. Era setembro de 1975 quando o menino de 13 anos veio com os pais e mais quatro irmãos em busca de melhores oportunidades.

Os lavradores paranaenses tiveram então como primeiro endereço um sítio para, dois anos depois, se estabelecerem na cidade. O pai, seu Frutuoso de Brito Neto, conseguiu uma vaga de servente de pedreiro e Odair de serralheiro. Além de ocupar uma vaga em uma siderúrgica, Odair fazia o ensino médio quando um colega de sala falou do concurso para o recém-instalado Fórum de Mundo Novo.

“Eu nem sabia o que era oficial de justiça. Mas eu também estava aprendendo datilografia e sonhava em passar em um concurso. Mesmo assim, jamais imaginava que iniciaria minha carreira pública no Fórum”. E lembra ainda sobre esse tempo: “graças a Deus fiz a prova e em maio de 1982 fui chamado”.

Mundo Novo, vida nova, emprego novo, estabilidade e alegria sem fim quando uma moça do Fórum foi avisar sobre a aprovação do filho mais velho. No dia seguinte Odair já estava lá, construindo a história de uma nova comarca, mesmo sem ainda sequer saber qual o trabalho a ser desempenhado por um oficial de justiça.

E teve que aprender logo porque saiu o primeiro mandado e o então Juiz Manoel Mendes Carli perguntou se Odair sabia fazer uma intimação. “Não, doutor. Sou leigo e nem sei sobre a minha função.

No que respondi isso, ele pegou uma folha sulfite e rascunhou a certidão”, lembra com carinho sobre o apoio inicial vindo do magistrado.

Ainda sobre o seu primeiro mandado, Odair conta que um escrivão trouxe uma precatória do Rio Grande do Sul em mãos. Era de busca e apreensão de um caminhão e um trator na área rural de Japorã. “Daí o escrivão olhou pra mim e falou: ‘Mas é você que vai? Quantos anos você tem?’. Eu respondi que tinha 19 anos e ele não acreditou muito”, conta o oficial, pontuando aqui a situação tensa vivida nessa região de fronteira há 39 anos.

Trajatória essa marcada principalmente pelas orientações de Mendes Carli, que lhe ensinou ainda que um oficial de justiça, ao abordar o intimado, deve se posicionar com tranquilidade, respeito, dar toda atenção à pessoa, ouvir o que ela tem a dizer e sempre orientá-la pra consultar um advogado ou a Defensoria Pública. “Mostrar a ela que você está ali a mando do Juiz e lhe transmitir segurança. E até agora, graças a Deus, nunca tive nenhum problema na função”.

A não ser quando algo saiu do controle. Já trabalhando em Campo Grande, Odair foi cumprir um mandado de busca e apreensão de cinco crianças, todos irmãos, com idade entre 2 a 9 anos, no bairro Los Angeles. “Chegamos com o carro do Tribunal, bati à porta e ninguém atendeu. Uma das vizinhas disse que a mãe teria ido buscar as crianças na escola. Já era final de tarde, então aguardamos um pouquinho. Com uns minutos, a mãe chegou com os filhos, Dei a notícia e ela começou a gritar: ‘estão levando meus filhos! Socorro, me ajude!’”.

Em seguida, os dois meninos maiores saíram correndo e os vizinhos se aproximaram. Resumindo: em cinco minutos Odair estava cercado por dezenas de pessoas e não pôde fazer nada. A polícia chegou, mas a mãe e as crianças desapareceram. “Me senti frustrado porque as ordens judiciais têm que ser cumpridas. Não interessa qual parte tem a razão”, revive.



Mesmo gostando muito de Mundo Novo e grato a tudo que a cidade lhe proporcionou, Odaír e a esposa Ulda decidiram mudar para a capital de Mato Grosso do Sul para que os filhos Leandro, Fernanda e Vinícius se preparassem para o futuro profissional. “Assim, fiz permuta com o colega José Alves e estou em Campo Grande há praticamente 18 anos, muito feliz porque nossos projetos de vida deram certo”.



**ROSANE
CONCEIÇÃO
DE ANDRADE** 

**EM CADA REVIRAVOLTA NA VIDA
DE ROSANE, LÁ ESTAVA O TJMS**

Quem olhar o histórico funcional da assistente social da cidade de Jardim, Rosane Conceição de Andrade, muito provavelmente terá uma ideia confusa do quão forte é a relação dessa servidora com o TJMS. Embora seja do quadro efetivo há pouco mais de um ano, a ligação de Rosane com o Tribunal é bem mais antiga.

“O meu primeiro contato com o Poder Judiciário ocorreu em 2003 em Maracaju, para onde eu me mudei quando criança e morei por muito tempo. Tinha um ano que eu havia passado no concurso da Prefeitura de lá para o cargo de assistente social, quando me pediram para ser a representante municipal no Conselho da Comunidade. Na época, eu não imaginava as portas que isso abriria na minha vida”, relata com emoção.

Apenas para situar melhor o leitor, é bom reforçar que os conselhos da comunidade são órgãos da execução penal voltados a auxiliar, proteger e orientar a pessoa que cumpre pena na execução de suas obrigações e na obtenção de atividade laborativa. De responsabilidade do Juiz da execução penal da comarca, ele é composto por representantes da sociedade, Defensoria Pública, OAB e por um assistente social. Nesse caso, por Rosane.

“Independentemente de ser uma função voluntária, eu era muito dedicada. Então mudavam as diretorias do Conselho, mas os magistrados responsáveis sempre pediam para que eu não saísse, porque gostavam do meu serviço. E eu também amava trabalhar lá”.

Até que “no final de uma reunião com o Juiz Marcus Vinicius de Oliveira, em 2014, ele pediu para eu ficar porque queria conver-



sar comigo. Eu fiquei preocupada, já achando que tinha feito algo de errado, mas, na verdade, ele queria saber o que estava acontecendo porque ele percebeu que eu estava diferente, mais quieta. Aí eu contei para ele que eu estava sofrendo assédio moral e foi quando ele virou para mim e perguntou: você não quer vir trabalhar no Fórum?”.

Rosane disse sim e logo sua cedência para o TJMS foi providenciada. Ela passou a atuar como assistente social nos processos do Fórum de Maracaju. “Em 2017 saiu o concurso para minha área e decidi prestar. Com a graça de Deus e com os três anos de cedência que eu já tinha, o que me deu experiência e conhecimento para a prova, eu fui aprovada”.

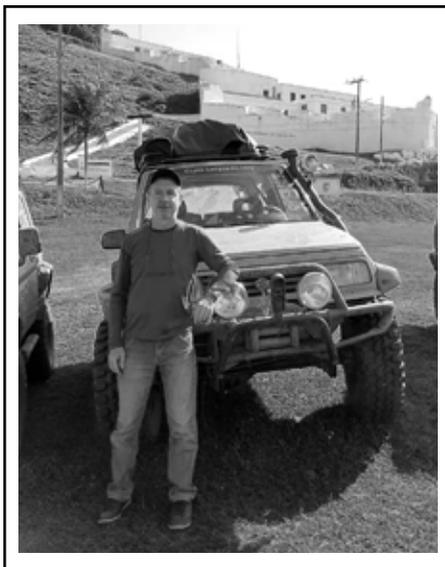
A convocação, porém, não era imediata e Rosane continuou a realizar o seu trabalho enquanto esperava ser chamada para assumir o cargo. Nesse meio tempo, sua vida deu outra reviravolta.

“Eu me divorciei em 2018 e um divórcio bagunça muito a vida da gente. Maracaju também é uma cidade pequena, o que dificultava um pouco as coisas. Contudo, mais uma vez, o Tribunal me ajudou em um momento importante da minha vida”.

Rosane foi chamada para ser assistente social na comarca de Jardim. A guerreira aceitou o desafio e mudou-se da cidade que vivera a maior parte da vida para recomeçar. Tomou posse em setembro de 2020. “Quando cheguei, a gente tinha muitos processos na fila, uma carga de trabalho assustadora. Hoje estamos trabalhando praticamente com o que entra. Conseguimos atender toda a demanda”, celebra o bom desempenho.

Perfeitamente instalada e com uma ótima relação com todos os colegas de trabalho, Rosane diz olhar para trás e ter a certeza de algo maior conduzindo sua vida. “Em dois momentos complicados o TJ me ajudou, deu um novo rumo pra mim, e sempre para melhor. Tenho muito orgulho e gratidão de ser uma servidora desse órgão. Eu consigo ver a mão de Deus, como aos poucos Ele foi desenhando minha vida, pintando minha história”.





**REINALDO
RODRIGUES
RIBEIRO**



**A VIDA 4X4 DE REINALDO, SER
HUMANO MOVIDO A ADRENALINA E
REVERÊNCIA**

A escolha pelo Direito foi inspirada na carreira do pai, o advogado Cyro Escobar Ribeiro. Já o trabalho precoce no TJMS veio em consequência da ligação com o Desembargador Híga Nabukatsu, que na época era casado com uma tia sua. É exatamente assim que Reinaldo Rodrigues Ribeiro começa a trilhar a sua bem-aventurada história profissional. E de trilha ele entende bem, mas isso é apenas um spoiler do que vem mais adiante.

“Ingressei no Tribunal de Justiça ainda guri, com 17 anos, como oficial de gabinete de Desembargador e fui lotado inicialmente no almoxarifado. Mesmo tempo em que comecei a fazer Direito na Faculdade Unidas Católicas em Campo Grande (FUCMAT)”, esclarece o protagonista sobre o início de sua carreira pública.

E lá estava o Judiciário de Mato Grosso do Sul colaborando para uma das primeiras realizações de Reinaldo. “Me assumi financeiramente e tive a possibilidade de custear meus estudos e meu sustento. Era um trabalho árduo e pesado pois todos os meses fornecíamos todo material de consumo para o TJ e para todas as comarcas do Estado”.

Reinaldo conta ainda que, na época, as comarcas preenchiam um formulário de requisição de material. “A gente separava o material, embalava e despachava pelo correio. Depois a gente datilografava o preço unitário do item solicitado em 3 vias carbonadas, multiplicava pela quantidade e datilografava o preço total. Em seguida somava o preço total de cada item para datilografar o valor total da requisição. Nem dá mais para imaginar um trabalho assim nos dias de hoje”.

Em fevereiro de 1986, Reinaldo foi trabalhar no Departamento do Conselho Superior da Magistratura e, enfim, passou a usar seus

conhecimentos jurídicos conquistados na faculdade. Em 1992 recebeu o convite do Desembargador Rubens Bergonzi Bossay para ser assessor jurídico-administrativo da Presidência, onde atuou por 17 anos. “Lá me especializei em fazer projetos de lei, minutas de resolução, provimento, portaria, contratos e convênios”, recorda mais um momento de grande satisfação.

Até que no ano 2000 a vida fora do Tribunal provocou um encontro audacioso. “Descobri o jipeiro que existia dentro de mim. De lá pra cá, sempre que posso, estou nas trilhas do caminho com os amigos em comum”, divide aqui.

De volta à estrada profissional, desde abril de 2012 a função de Reinaldo é colaborar para a regulamentação dos projetos e das ações protetivas e socioeducativas das crianças e dos adolescentes. Assessor da Coordenadoria da Infância e da Juventude, Reinaldo diz que se encontrou na carreira. “Curti muito a assessoria da Presidência, mas mais ainda a assessoria jurídica da Coordenadoria da Infância por conta do público-alvo. Tudo que fazemos é para proteger a criança e o adolescente”, releva animado a sua predileção.

“A Coordenadoria fez uma parceria com o Comando Militar do Oeste (CMO), o programa Força nos Esportes (Profesp), que oferecia condições para prática de atividades esportivas para crianças que viviam em entidades de acolhimento”, destaca quando perguntado sobre um momento inesquecível no emprego dos sonhos.

E segue: “a responsabilidade do TJMS na parceria era disponibilizar o transporte para as crianças dos abrigos até o CMO, e vice-versa, duas vezes por semana. E no início não tinha a van e o motorista. Naquele afã de colocar o projeto em funcionamento, peguei a Doblò e fazia de duas a três viagens no primeiro mês e por deliberação própria”.

Mas foi lá atrás, na assessoria jurídica administrativa da Presidência que Reinaldo pôde investir no seu primeiro jipe. “Cresci com



a vontade de ter um jipe. Quando pequeno eu gostava de brincar no barro. Ainda vivo, meu pai me ensinou a dirigir num jipe e fiquei com aquele saudosismo do barro e do jipe”, diz hoje realizado.

Essa história não poderia terminar sem antes revelar que o também pai Reinaldo já levou a filha Thais Pavão Ribeiro, que identicamente trabalha no TJMS lotada na CPE, de jipe no casamento dela, arrastando latinha e tudo! Veículo 4x4 que deve acompanhá-lo na aposentadoria pelo litoral nordestino onde esse campo-grandense pretende morar.





EDNA MARIA BOJIKIAN SARUBBI



EDNA MARIA É UMA CORUMBAENSE
CHEIA DE VIDA E ORGULHOSA DE TER
SIDO DA “FAMÍLIA TJ”

Conversar com Edna Maria Bojkian Sarubbi é uma excelente oportunidade para recarregar as próprias energias, tamanha é a vivacidade dessa mulher. Aposentada há um tempo considerável (o suspense quanto aos anos exatos é proposital), essa corumbaense de sotaque vigoroso como sua personalidade é um exemplo de disposição.

“No meu percurso até hoje, nunca tive um grande problema sabe? Algo muito forte mesmo! Nem de saúde, nem com meus filhos, nem com meu casamento, nem financeiro. Eu só tenho a agradecer a Deus pela minha história”.

Essa maneira positiva de encarar o mundo é apenas o reflexo do jeito corajoso de Edna, uma pessoa que não vê tempo ruim e enfrenta qualquer desafio desde cedo. “Eu comecei a trabalhar com carteira assinada quando eu ainda tinha 14 anos. Meu pai era comerciante, lidava com frios e me colocou para trabalhar com ele”, conta.

Ao atingir a maioridade, porém, Edna decidiu que precisava trabalhar fora do olhar do pai e assim conseguiu um emprego como bancária. Cinco anos depois, a jovem quis algo novo e ingressou em uma empresa de telefonia. “Fiquei alguns anos na telefônica e depois voltei a trabalhar com meu pai no comércio. Enquanto estava com ele no comércio, eu prestei concurso para ser professora em Corumbá e passei”.

Nessa nova etapa, Edna, que era técnica de contabilidade e normalista, decidiu se deslocar para Campo Grande em busca de mais qualificação profissional. “Eu tinha feito o Curso Normal, que também era conhecido como Magistério, mas com ele eu só podia lecionar para as séries iniciais. Então vim para Campo Grande fazer um curso que ia me permitir dar aula para as turmas mais avançadas. Mas quando eu cheguei na capital, fiquei encantada”.



Então Edna pediu transferência e foi morar em Campo Grande já assumindo uma escola na Vila Alba que, segundo ela, nem sabe dizer onde é hoje, pois naquela época o bairro só tinha a escola e “mato em volta”. Na nova cidade, a corumbaense se casou, constituiu família e passou a trabalhar no escritório de advocacia de seu marido.

“Nessa época aconteceu a criação do Estado. Meu irmão morava em Cuiabá e conhecia o Desembargador Leão Neto do Carmo, então veio falar comigo se eu queria entrar no Tribunal de Justiça que estava sendo criado. Eu aceitei e ingressei em 25 de janeiro de 1979 como contratada. Mas em abril de 1980 já saiu o concurso e eu resolvi fazer e, graças a Deus, passei”.

Sobre esse período inicial no Judiciário, Edna afirma categoricamente só ter excelentes recordações. “Éramos uma família! Quando tinha aniversário de um Desembargador, nós íamos até a sala dele, fazíamos serenata. Comemorávamos aniversário de todo mundo, porque todos se conheciam. Mas também tinha todo o requinte. Nós éramos a elite do serviço público. Éramos muito bem tratados pelo Tribunal”.

O tempo no Poder Judiciário foi curto, mas intenso, na visão da aposentada. “Fiquei só 13 anos. Eu entrei como auxiliar e aos poucos fui subindo na carreira. Eu tinha bastante experiência profissional, então consegui chegar a diretora do Departamento Financeiro. Fiquei 5 anos na função e pedi aposentadoria. Com certeza ficaria mais tempo, mas como eu já tinha 35 anos de contribuição para a previdência, e naquela época precisava só de 25, acabei aposentando aos 52 anos de idade”.

Sempre tão ativa, Edna não podia simplesmente ficar parada. Assim, a convite do Desembargador José Rizkallah, que havia sido escolhido para ser Secretário da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado, a recém-aposentada aceitou o desafio de trabalhar no Poder Executivo. “O doutor me conhecia, gostava do meu serviço, então me chamou para trabalhar com ele na Sejusj. Eu disse que fi-



caria só 1 ano e foi o que eu fiz. Depois desse período, me aposentei mesmo”.

Hoje ela faz questão de assumir vários serviços de casa. Além disso, auxilia a filha que trabalha fora cuidando da neta, inclusive levando e buscando a menina na escola em seu carro.

Indagada sobre o que a fez chegar na sua idade com tanta disposição, Edna responde sem hesitar. “Trabalhar, e trabalhar muito! Sua cabeça funciona, seu corpo também. No Tribunal a gente trabalha mais com a cabeça. Agora em casa, eu movimento mais o corpo. E é disso que a gente precisa. Estar sempre ativo, sempre em movimento”.

E para aqueles que ainda não conseguiram mensurar, resta aqui festejadamente concluir que essa senhora corumbaense, há 54 anos em Campo Grande, ainda mantém seu jeito inconfundível de falar, há 52 anos vive ao lado do homem que escolheu para compartilhar a vida e há 32 anos está aposentada, hoje curte gratamente seus 80 anos de idade.



(In memoriam)



MILTON SILVA



REENCONTRO COM ANTIGO
DESAFETO TROUXE MILTON PARA O
TJMS

Aposentado há 3 décadas, o oficial de justiça Milton Silva iniciou suas atividades no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul no ano de 1957, ainda Estado de Mato Grosso, aos 25 anos de idade. Mas sua história em Campo Grande começou um pouco antes, quando ainda pequeno desembarcou de trem na estação ferroviária, na companhia de sua mãe e irmã mais velha, vindos de Ribeirão Preto para se juntarem ao pai, que já estava instalado e trabalhando na Usina do Córrego Ceroula, a primeira hidrelétrica da cidade.

Alguns anos depois, a família mudou para a Usina de Brotas. Embora muito trabalhador, ele conta que seu pai era um “turrão” e Milton sonhava com uma vida diferente. Se hospedou num hotel na cidade para concluir o ginásio. E tudo corria bem. Seu pai arcou com os gastos, até buscá-lo certa vez, no início das férias escolares, e acreditar na fala de um funcionário da escola sobre a suposta reprovação do filho. Embora a informação fosse falsa e o boletim comprovasse o contrário, o ocorrido foi suficiente para que o pai interrompesse o custeio dos estudos.

Mas Milton não quis regressar à usina e arrumou um emprego na empresa de energia elétrica de Campo Grande, na parte de manutenção de postes. O trabalho era cansativo e perigoso e a solidão de estar à própria sorte, também o fez sofrer.

E assim a vida dele foi se desenrolando. Cumpriu o serviço militar obrigatório na base aérea de Campo Grande. Lá fez um desafeto em uma briga feia motivada por uma brincadeira boba de jogar pedrinhas na poça d’água para molhar outros soldados.

Concluindo o ano, retornou ao ofício de eletricitista, encontrou uma pensão mais em conta e próxima do trabalho e, por coincidências da vida, se tornou vizinho do seu desafeto da época de quartel.

Chamado para consertar um problema na residência do rapaz, os ânimos entre eles se acalmaram um pouco. Mas a paz só foi selada no ano de 1953, quando Milton se casou com a irmã do antigo adversário.

Foi graças à concunhada (esposa do mais novo amigo e cunhado), funcionária do cartório do 2º Ofício da Capital, que veio a indicação para se tornar oficial de justiça e assim iniciar sua carreira de 33 anos no Judiciário. Fato que mudou definitivamente sua vida. “Nessa época eu trabalhava numa loja de construção. Meu patrão gostava de mim, inclusive tinha planos de abrir uma filial em Rondonópolis e me levar para lá. Mas eu era recém-casado, morava nos fundos da casa de meu sogro e não queria partir. Eu não tinha nada, então me tornar oficial de justiça foi tudo para mim”.

Apesar de Campo Grande não ser tão grande naquela época, Milton percorria tudo a pé, cumprindo os mandados. Até que, com a ajuda de um Juiz, conseguiu tirar uma bicicleta à prestação na loja de um português. O magistrado atestou a confiança do cliente que honrou religiosamente cada parcela.

Foram muitos os júris populares que Milton atuou. “Naquele tempo, em dia de julgamento não havia sessão na Câmara de Vereadores, pois o plenário era compartilhado pelas duas instituições. O júri tinha início sempre às 12 horas e seguíamos até acabar, muitas vezes madrugada adentro”.

Ele recorda que sempre atuava em dupla de oficiais de justiça nas sessões do júri, o que, aliás, ocorre até os dias atuais. “Na hora da votação dos termos de quesitação, cada oficial distribuía as cédulas com ‘sim’ ou ‘não’ e depois recolhíamos num saquinho as cédulas não utilizadas para a nova rodada. O Juiz abria os papéis em sua mesa, conferia o resultado e começávamos tudo de novo”.

Um dos júris mais emblemáticos que atuou como oficial de justiça foi outra coincidência em sua vida. Ele estava num domingo, com seu filho e um amigo, nas imediações da Rua 14 de julho, quando es-



cutou tiros vindos de um bar famoso naquela época, que ficava próximo onde hoje funciona uma loja de departamento. Ele se apressou em retirá-los dali. “Estão matando gente!”

E de fato tratava-se de um crime de grande repercussão de um pai e dois filhos que mataram dois irmãos. Havia uma motivação por desentendimento religioso, segundo Milton. Os autores permaneceram foragidos por um tempo, mas graças à sagacidade de um policial muito bom que atuava na cidade, apelidado de Tatu, houve a captura dos três suspeitos. Um deles estava em Santos e, finalmente, o júri popular do trio foi realizado.

“O plenário lotou, muita gente ficou para fora e os trabalhos duraram quase 24 horas. Varamos aquela noite. Se um jurado ameaçava dormir, dávamos aquela cutucada e vinha um café para despertar. Já ultrapassava as 8, 9 horas da manhã do dia seguinte quando veio o veredito que culminou na condenação dos réus”.

Das infindáveis histórias de sua vida antes e durante o Judiciário que não caberiam aqui, fica a impressionante seriedade de Milton ao exercer uma das atribuições do cargo: a de garantir a inviolabilidade dos jurados. “Então começávamos o júri e eu lia o pregão, que já anunciava que a partir daquele momento os jurados estavam incommunicáveis. Em qualquer necessidade, deveriam se dirigir ao oficial de justiça. E assim eu interrompia o advogado quando tentava abordar um jurado. Eu também consultava o Juiz quando o jurado me solicitava para ir ao banheiro e o acompanhava. Mas a conversa deles era só comigo mesmo. Quem quer que desejasse se dirigir ao Conselho de Sentença, eu garantia que assim o fosse, até encerrar o julgamento”.



ANTÔNIO CARLOS DE NOVAES



UM SERVIDOR DA HISTÓRIA DE MS

Leão Neto do Carmo, Jesus de Oliveira Sobrinho, Rui Garcia Dias, Gerval Bernadino de Souza, Higa Nabukatsu, Milton Malulei, Nelson Mendes Fontoura, Marco Antônio Cândia e Nildo de Carvalho. Primeiros desembargadores presidentes do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e colegas de trabalho de Antônio Carlos de Novaes. Antônio foi chefe de gabinete de todas essas notáveis figuras e, em vista disso, também participou do nascer de um novo Estado e da implantação do Poder com a responsabilidade de defender os direitos individuais e a segurança coletiva.

Mas sabe como começou essa história memorável? Bem, Antônio e a esposa Eliane moravam em Cuiabá, cidade-sede do Judiciário do Mato Grosso uno. Com a divisão, o Desembargador Leão Neto do Carmo, escolhido pelo Governador Harry Amorim Costa para ser o 1º Presidente do TJMS, precisava de um braço direito para enfrentar o desafio e fez o convite para o até então servidor da Secretaria de Educação mato-grossense.

Assim, em fevereiro de 1979, Antônio assumia suas responsabilidades administrativas e operacionais pioneiras como ajudar a elaborar o 1º Código de Organização Judiciária, o 1º Regimento Interno, a abertura de concursos e a criação de novas comarcas. “Tudo em primeira mão e com muito dinamismo. Era preciso montar o Poder Judiciário”, revive ainda muito bem-disposto.

Isso tudo acontecia ao mesmo tempo em que Antônio e a esposa Eliane procuravam se encontrar na nova Capital federativa. “Vir morar em Campo Grande foi um fato pitoresco. Viemos de Cuiabá com 42 graus diários, inclusive na madrugada, e passamos frio em Campo Grande praticamente o ano todo de 1979. Parecia que não nos adaptaríamos. Mas o trabalho no TJMS ajudou e hoje amamos Campo Grande”, declara-se.



Inclusive ainda sobre se ambientar, em 1980 os servidores fundaram a 1ª associação da categoria e Antônio Carlos Novaes foi o 1º presidente, e reeleito. “Fazíamos competições esportivas, viagens para Cuiabá e Corumbá. Momentos de muita união e confraternização. Claro que éramos uma turma coesa, de 110 servidores”, complementa sobre os muitos inícios.

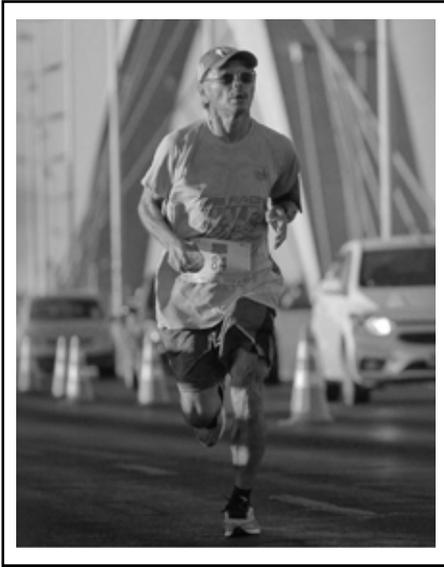
Já na rotina empolgante de implantação do Judiciário, Antônio cuidava dos editais, de adquirir bens e equipamentos e orientar os servidores sobre o controle patrimonial tanto da sede quanto das comarcas que estavam crescendo em número. “Participei da instalação das comarcas de São Gabriel do Oeste, Nioaque, Terenos, Bela Vista e Porto Murtinho. Fui o responsável até pelo Cerimonial”, divide sem reclamar do volume de trabalho.

Outro fato marcante trazido e vivido pelo personagem dessa história foi a retomada da obra da sede do TJMS no Parque dos Poderes. “Toda sexta, eu e o Desembargador Gerval Bernadino de Souza visitávamos o local ainda só com os alicerces. Daí o Desembargador acertou tudo para o reinício da construção”.

Até que em 1997, com a reforma da previdência, Antônio solicitou sua aposentadoria. Advogou por 3 anos e foi chamado de volta para atuar na Corregedoria Geral de Justiça. Vinte e poucos anos e dez presidentes depois, ficou para ele uma transformação profissional e pessoal extraordinárias.

“Para ter uma formação jurídica e contribuir, por exemplo, com a redação dos projetos encaminhados para a Assembleia Legislativa, fiz o curso de Direito. Eu já era pedagogo. Minha convivência com esses Desembargadores talhou o meu caráter. Me formei como homem e servidor graças ao Tribunal”, celebra.

Agora Antônio anda servindo ternamente a outras figurinhas tanto quanto consideráveis: os cinco netos, alegria de viver do avô, e se dedicando à chácara e ao trabalho de catequista de jovens e adultos com a mesma energia de sempre.



CELSO GUIBU



FOI EM UM EVENTO DO TRIBUNAL
QUE ELE COMEÇOU A CORRER AOS 55
ANOS

A história de Celso Guibu com as corridas começou por volta de 2009, época em que ele era Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoal e o Tribunal de Justiça promovia a Minicorrída do Poder Judiciário. Ele passou por um check-up médico e os exames apontaram que o sedentarismo estava afetando sua saúde. Assim, por indicação do médico, começou a correr e aproveitou a iniciativa do TJMS para estreitar nas competições.

E o hobby foi evoluindo e transformando-se em estilo de vida. Hoje, aos 65 anos, já são 11 anos dedicados ao esporte e, desde 2017, ele monitora seu desempenho detalhadamente. Nessa mesma época traçou também um objetivo pessoal: correr a meia maratona de 21 km em todas as capitais do país. Além de Campo Grande, já esteve em outras 12 capitais. “Restam ainda 14!”, enfatiza ele que, em razão da pandemia, teve que adiar os planos de concluir o objetivo, já que muitas corridas foram suspensas.

No final de julho deste ano, Guibu esteve em Brasília e conquistou o 1º lugar em sua categoria, para corredores maiores de 64 anos. Da corrida mais famosa do país, a de São Silvestre, ele já participou três vezes. Na primeira precisou concluir o trajeto caminhando, na subida da Brigadeiro. Nos dois anos seguintes correu, de ponta a ponta, os 15 quilômetros do trajeto previsto.

Em sua primeira competição, a Minicorrída do Judiciário, eram apenas cinco quilômetros e, com os treinos diários, ele foi evoluindo para 10 quilômetros e começou a participar das demais corridas promovidas na Capital sul-mato-grossense. Depois, partiu para o in-

terior do Estado e já estive em muitas cidades onde são realizadas corridas. “Acredito que já fui em quase todas!”.

Fora do Estado, além das 12 capitais, estive em Pomerode, Balneário Camboriú, Foz do Iguaçu, Porto Seguro e Gramado. Na Serra Gaúcha, aliás, foram três competições e ele ganhou as três. Na última delas, uma corrida noturna em julho de 2019, Celso esperava a neve que não veio, contudo, mesmo assim foram 10 quilômetros a zero grau. “Correr no frio ou com temperatura amena é muito bom. Ruim é no calor”, conta o atleta sua preferência.

Por influência dele, a filha, o neto e o sobrinho começaram a correr, mas o fazem mais por diversão, sem encarar os treinos como Guibu. Geralmente, ele viaja com a família ou com a esposa. Os dias das provas são no domingo, então o resto do final de semana do evento ele aproveita para fazer turismo.

Durante a semana, a rotina de treinos é pré-definida. Foi a partir de pesquisas na internet e consultando professores que ele definiu um cronograma que inclui dias para exercícios funcionais e educacionais para evitar lesões, dia de tiros curtos, tiros longos, treino de bicicleta e, nos domingos em que não está viajando, geralmente está em algum percurso organizado por grupos de corrida dos quais participa.

Enquanto a pandemia adia os planos de concluir sua meta das capitais, ele está evoluindo nos treinos da meia maratona e da maratona de 42 quilômetros. No ano passado, sua planilha de controle registrou 3.600 km corridos entre treinos e competições e a meta deste ano é ultrapassar os 4.000 km.

Para competir na maratona, Celso está também baixando o tempo: antes concluía a meia maratona de 21 km em 1 hora e 50 minutos. Hoje seu tempo já está em 1 hora e 35 minutos. Na maratona de Brasília, sua última competição, o percurso com subida foi completado em 1 hora e 38 minutos.



Com o monitoramento mais detalhado, desde 2017 computou sua participação em 147 corridas oficiais até agora. E a quilometragem total entre treino e corrida ultrapassa os 10.000 quilômetros. Sobre competições internacionais, ele conta que foi somente a Pedro Juan Caballero.

“Para as internacionais, eu preciso me aprimorar mais na meia maratona e na maratona. Aí quero começar pela América do Sul, nas principais competições que são no Chile e na Argentina”, conta ele, relatando que para o futuro tem o sonho de correr em Paris, na Maratona da China e no Japão. “Mas isso ainda vai demorar”, completa.

Para Celso, a corrida representa acima de tudo qualidade de vida, saúde, lazer e novas amizades. E para continuar nesse circuito, aliás, ele não tem planos de deixar o Tribunal. “É por isso que não me aposento. Eu poderia, desde 2012, mas como estou no abono de permanência, com esse recurso eu consigo arcar com as viagens”.

Sobre o pontapé que o Tribunal deu em sua história com a corrida, Celso reflete sobre a importância de o Poder Judiciário incentivar os servidores a buscarem não o tratamento de doenças, mas sua prevenção. “A Minicorrída parou, mas eu continuo, e ela é tudo para mim”. E para quem quiser se aventurar, ele conta que não precisa muito, só um tênis bom e, mais tarde, um relógio com GPS e recursos de monitoramento.

Em consequência das corridas, Celso conta que passou a se alimentar melhor, seus exames estão normais e de remédio só toma suplemento. Uma realidade que acredita que seria outra se, há 11 anos, não tivesse abandonado o sedentarismo.





ILMA TEREZINHA VIEIRA DE NARDO



ILMA E O MARIDO INTEGRARAM
A PRIMEIRA EQUIPE DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA

A história de Ilma Terezinha Vieira de Nardo com o Judiciário começou por meio do esposo, Hélio de Nardo. Ela era professora em Dourados e ele trabalhava no cartório extrajudicial até que, com a implantação do estado de Mato Grosso do Sul, em 1979, Hélio foi convidado a integrar a equipe do recém-criado Tribunal de Justiça.

“Ele era reconhecido por ser muito correto em tudo o que fazia. Os juízes de Dourados gostavam muito dele e quando o juiz Sérgio Martins Sobrinho foi promovido a desembargador, meu marido aceitou o convite para trabalhar no TJMS. Ele foi com um grupo para Cuiabá, onde todos passaram por um estágio, e de lá assumiu como 1º Diretor do Judiciário Cível do Tribunal.

Ilma veio no ano seguinte, com as três filhas do casal. “Nós já tínhamos casa em Campo Grande, pois pensávamos em nos mudar para a Capital em razão do estudo das nossas filhas. Nossa ideia era mudar em 1976, mas foi o ano em que um trágico acidente de trânsito vitimou meus pais e uma sobrinha e adiamos a vinda. Depois de uma coisa tão ruim, parece que o caminho se ajeita novamente e viemos para a Capital, com essa oportunidade”, recorda ela das reviravoltas.

Ilma conta que terminou o ano letivo em Dourados e, em 1980, mudou definitivamente para Campo Grande. Ela arrumou emprego em uma escola ao lado da sua casa até que foi lançado o primeiro concurso para o TJMS. “Formamos um grupo de estudos e, como era professora de matemática, auxiliava nessas aulas e minha prima, Arlete Vieira, dava aulas de português. Outra amiga nossa tinha formação em Direito e nos ajudava na área. Todas nós conseguimos passar”.



E assim, no dia 10 de setembro de 1981, ingressou no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, tendo como colega de trabalho o marido. A diretora-geral na época era sua amiga de Dourados e perguntou em qual setor Ilma queria atuar. Ela escolheu o departamento financeiro e começou auxiliando na folha de pagamento. Em 1983, tornou-se chefe de seção, assumindo o posto do então colega Geraldo de Almeida Santiago, hoje desembargador do Tribunal de Justiça.

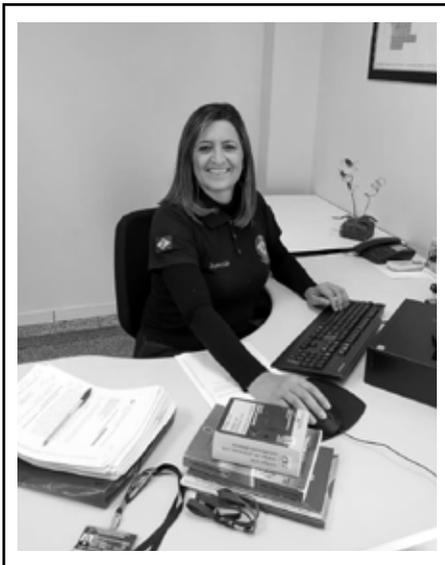
Quando ingressou no Judiciário, Ilma tinha 42 anos e lecionava há 26 anos. “Eu já estava cansada de dar aulas, então o trabalho no TJ para mim foi como férias, mas foi por pouco tempo, pois logo completei 30 anos de contribuição e resolvi me aposentar. Depois até me arrependi. Eu era a mais velha do setor, rodeada de jovens. Como não tinha filhos homens, ficava observando o jeito de um e de outro e imaginando que se eu tivesse um filho, com qual deles se pareceria. Era muito divertido. Fui madrinha de casamento de um, me tornei mãe de coração de outro e fiz muitas amizades”.

O Tribunal ainda era pequeno no começo e os servidores se conheciam melhor. “Nós gostávamos de nos reunir na casa de um e de outro. Inventávamos que era aniversário da pessoa, comprávamos bolo e chegávamos na casa dela para comemorar. Na verdade, o colega ficava meio sem jeito porque não era seu aniversário de verdade, mas era a desculpa para nos reunirmos e logo ele entrava na brincadeira”.

Sempre antes do meio-dia, Ilma e o marido iam juntos para o trabalho. “Nós éramos o único casal de servidores, que eu saiba, na época. Eu era dona Ilma e meu esposo era o seu Hélio”. Atualmente, a filha caçula do casal é servidora da Secretaria Judiciária. A filha mais velha também fez carreira no Tribunal e aposentou há cerca de dois anos. A filha do meio trabalha em Brasília, no Senado Federal.

Hoje viúva, Ilma compartilha com orgulho que o personagem principal de sua história no Judiciário é seu falecido esposo, com quem viveu por 60 anos. “Tudo aconteceu no tempo certo”, conclui.





**MARIA IVONEIDE DE
ALENCAR AZEVEDO
SANTOS**



**MARIA IVONEIDE E O DESAFIO DE
SER A ÚNICA OFICIALA DE JUSTIÇA DA
COMARCA**

Paranaense da cidade de São João do Caiuá, Maria Ivo-neide de Alencar Azevedo Santos veio adolescente com a família para Glória de Dourados e, apesar de cursar faculdade de Pedagogia, seus interesses mesmo eram pela área de Direito e por trabalhar no Fórum. Aos 21 anos, surgiu o concurso com duas vagas para a comarca da cidade: uma para escrevente e outra para oficial de justiça. Ela se inscreveu para oficial, sem saber ao certo qual a incumbência do cargo, mas tinha a impressão de que era algo muito importante.

Vinda de uma família humilde, quando sua convocação foi publicada seu pai a procurou para dar a notícia. “Eu fazia bicos para ganhar algum dinheiro para ajudar em casa e no dia eu estava numa fábrica de produtos de limpeza. Saí de lá e fui a um local onde eu sabia que tinha uma cópia do Diário Oficial para ver se era verdade mesmo. De tão emocionada, tive que pedir ajuda para o pessoal para conseguir localizar meu nome. Lá estava, e aquilo mudou minha vida completamente!”.

Ela foi nomeada em 15 de março de 1985, mas cerca de um mês antes, como estava em 1º lugar e sabia que seria chamada mais cedo ou mais tarde, ela se apresentou no Fórum e pediu autorização do Juiz para acompanhar as rotinas dos oficiais de justiça e ir se inteirando do serviço. Como sempre gostou de estudar, aproveitou ainda para ler muito sobre seu futuro ofício.

Já no primeiro mandado a cumprir enfrentou um grande desafio que ficou marcado na sua memória: “recebi a ordem para penhorar uma lavoura de soja. Era um caso onde o dono da safra tinha arrendado a terra e estava devendo ao proprietário. A liminar determinava o sequestro de uma quantidade de soja que ainda não havia sequer sido colhida. Como eu tinha lido o código de normas de cabo a rabo, sabia que em situações como aquela eu poderia solicitar apoio de um colega oficial e lá fomos nós, junto com o proprietário e seu advogado”.



Naquela época, explica Maria, a região de Deodópolis fazia parte de seu território de atuação e a fazenda ficava na zona rural de lá. “Foi longe o trajeto até que chegamos em plena colheita. Não tinha tanto apoio de maquinário, então havia uns 50 peões na lavoura e foi aquele alvoroço. Mas a indignação maior do pessoal não era sobre o caso em si e sim sobre o fato de uma mulher ser quem estava dando as ordens. O devedor não se conformava e eu tive que me impor. Ou ele cumpria a determinação e deixava eu fazer o meu serviço ou ele teria que obedecer do mesmo jeito, só que com a força policial”.

“Ele acabou cedendo e comecei o meu trabalho. Fui andar um pedaço da lavoura, verificar em que pé estava a colheita, e atrás de mim vinha o grupo de homens. Eu podia ouvir os cochichos deles, ainda incrédulos de que toda aquela situação estava sob o comando feminino. Muitos diziam que não era para eu estar ali, que lugar de mulher era em casa”. E ela precisou aprender a lidar com o preconceito até porque, depois de 36 anos de atuação, Maria continua a ser a única mulher a ocupar essa função em Glória de Dourados.

“Teve um dia que bati na porta e o homem que atendeu levou um susto. Disse que eu era a única mulher que lhe gelava. Depois disso virou até motivo de brincadeira. Quando eu cruzava por ele, eu perguntava se ele estava sentindo um friozinho com a minha presença”. E assim, com sua postura profissional e inteligência emocional, a população foi se acostumando com ela.

Outra situação que marcou a trajetória de Ivoneide foi a de três crianças que eram criadas pelo pai e pelos avós numa fazenda após a mãe ir embora com um amante. “Cinco anos se passaram e a mãe entrou com uma ação que lhe concedeu a guarda dos filhos. Ela ficou aguardando no Fórum e eu fui cumprir a diligência. Chegando lá, os avós ficaram muito emocionados e foram chamar o pai que estava trabalhando, que também ficou inconformado. Enquanto eu tentava acalmá-los e explicar que poderiam recorrer da decisão, as crianças perceberam que seriam levadas e se esconderam. Procuramos por todo o sítio, foi escurecendo e começou a chover”.



E continua assim: “só quando eu retornei à casa que escutei vozes de crianças ao fundo e fui andando em direção ao som por uns 400 metros até encontrá-las abraçadas embaixo de um pé de café. Tentei convencê-las a ir, sem sucesso, até que depois de uma longa conversa com o pai, elas entraram no meu carro. Antes o pai ainda correu e colocou uns doces na bagagem deles. Fiquei com o coração partido. Pelo retrovisor eu via aqueles três pequenos com os olhinhos inchados de tanto chorar. Quando chegamos no Fórum, a mãe foi ao encontro deles, que tentaram fugir mais uma vez”.

A história foi muito marcante para Maria Ivoneide porque ela percebeu o quanto as crianças estavam bem cuidadas e não queriam ir morar com a mãe. Tempos depois, ela foi testemunha do caso, a pedido do pai, que recorreu da decisão. O processo teve recurso até em Brasília, mas ele conseguiu reverter a situação e os filhos voltaram para a guarda paterna.

Em meio a tantas situações e anos de profissão, ela conta que até hoje é surpreendida. Ela explica que os seus mandados, em sua maioria, tratam de pessoas atendidas pela Defensoria Pública, com pouca instrução e informação, as quais ela sempre busca orientar sobre como se defender. “O processo tem dois lados e grande parte do público ainda não conhece o Direito até o momento que precisa dele”, lamenta.

Por fim, apesar de todas as mudanças ao longo dos anos e superando todas as dificuldades, ela diz que assim encerrará sua carreira de oficiala de justiça no Poder Judiciário sul-mato-grossense: “com muito orgulho e feliz de ter cumprido a missão, somando ainda cinco estrelas na ficha funcional. Se mil vidas eu tivesse, as mil vidas seriam dedicadas a essa função”.





CARIVALDO DAMASCENO



UMA HISTÓRIA QUE MERECE SER
CANTADA

O memorável oratório Hallelujah, de George Friedrich Händel, foi tocado pela primeira vez na Páscoa de 1742. Oratório é um gênero de composição musical cantado que aproveita ainda, além da orquestra, solos vocais e coro. E é aqui que entra o personagem dessa história: o tenor do Coral do TJMS Carivaldo Damaceno Marciliano, que se emociona quando executada a mencionada obra do compositor alemão.

Sobre o conjunto de música regional, Carivaldo conta que sua participação proporcionou a ele momentos de grandes alegrias e que o coro do Tribunal é a marca da sensibilidade da Justiça sul-mato-grossense que, pela música, se revela uma instituição sofisticada e humana. “Fazer parte de um grupo tão heterogêneo e de música de tão elevado nível é fazer céu aqui na Terra”, entoava prontamente aqui suas primeiras notas.

E por falar em prévias, o coralista em questão começou no Tribunal de Justiça aos 29 anos. Era exatamente setembro de 1990. “Fui bancário por quase 11 anos e trabalhei no departamento de crédito e liquidação. Tive contato com o Direito e com advogados. Descobri minha vocação para o Direito em 1989 por influência dos colegas de banco e resolvi prestar o concurso para técnico judiciário”, recapitulou.

Desse tempo, Carivaldo diz ainda que estava acostumado a um ritmo alucinado de trabalho no banco e quando o informaram que o expediente na Justiça começaria ao meio dia, ele vislumbrou a possibilidade de fazer faculdade. Então cursou Direito na antiga FUCMAT, que na época reunia os mestres Clelio Chiesa, Simone Tebet, Leonardo Nunes da Cunha e Luiz Paulo Cotrim Guimarães.

Graduação e emprego novo caminhando juntos, a primeira lotação de Carivaldo foi no Departamento de Pessoal das Comarcas (DPC). “Trabalhei inicialmente na seção de informação, ligada à instrução dos pedidos de licenças, aposentadorias e outros benefícios.



Naquela ocasião tudo era datilografado e utilizávamos muito papel-carbono pra fazer as cópias”, diz sobre o início já obsoleto.

Mas esse servidor, hoje aposentado, atuou também na área de treinamento do pessoal das comarcas e cálculo de penas criminais e, logo após a sua formatura, foi nomeado como assessor I da já denominada Secretaria de Gestão de Pessoal, onde permaneceu por oito anos. Daí passou pela Secretaria de Comunicação, Assessoria Jurídica da Presidência, até ocupar o cargo de Diretor Jurídico.

Nessa trajetória que não termina aí, tem um fato que Carivaldo sempre usava para ilustrar a necessidade dos servidores utilizarem uma linguagem acessível no trato com as pessoas mais simples. “Uma senhora chegou no cartório e queria ver qual seria a fase do seu processo, já que seu advogado não a informava. No que o cartório disse que o processo dela estava ‘concluso’, a senhora ajoelhou-se e de mãos postas agradecia a Deus acreditando que o processo tinha acabado. Ninguém tinha coragem de dizer que o processo tinha ido apenas para um despacho do juiz”.

Em outra ocasião, da gestão do Desembargador Divoncir Schreiner Maranhão, Carivaldo foi convidado a retornar à Assessoria da Presidência, onde ficou até fevereiro de 2021. Sua última lotação foi como analista judiciário na Secretaria Judiciária.

“Trabalhar no TJMS foi uma grande bênção. Tive muitas excelentes experiências no campo profissional, artístico e também no campo social. Uma experiência de uma vida de muita amizade e camaradagem. Sem contar que conheci muita gente nas comarcas, gente fina da melhor qualidade”, segue harmonicamente.

Para, em seguida, concluir assim seu repertório: “após 30 anos e 8 meses de Tribunal de Justiça resolvi me aposentar. Foi no dia 5 de maio de 2021. No momento não tenho planos bem definidos. Estou montando uma pequena oficina para consertar coisas do tipo eletrodomésticos e penso em fazer algo na área de reaproveitamento de



materiais, nessa pegada ecológica, para diminuir o impacto dos restos de construção e embalagens”.

Mas lógico que o singular tenor, marido, pai de três filhos e avô de quatro netos ainda está aí, e Carivaldo não descarta um retorno ao Coral do TJMS. Só que por enquanto...“tenho algumas obrigações em casa que preciso equacionar já que mudaram meu nome pra Jaque. Já que está aposentado, faz isso, faz aquilo”, e faz em tom de bom humor seu grand finale dessa apresentação de vida.





EURÍDICE ALVES DE FARIA



**NAS DILIGÊNCIAS DE BICICLETA,
ELE ENCONTROU O AMOR DA SUA
VIDA!**

Eurídice Alves de Faria é um homem com números que impressionam. Aos 92 anos, um casamento que perdura a 67 primaveras e uma carreira de 48 anos como oficial de justiça, esse paranaibano emociona mais pela vivacidade e simpatia que ostenta até hoje do que pela contabilidade de seus anos.

Em 1929 nascia Eurídice, segundo filho de família humilde da outrora conhecida por Santana do Paranaíba. Seu pai, baiano, casou-se com uma mineira e juntos vieram tentar a vida nas terras de Mato Grosso. “O meu pai conseguiu o emprego de porteiro do auditório do Fórum. Ele fazia os pregões dos juris e auxiliava na organização dos julgamentos. Ele acabou ficando muito amigo do juiz da época, João Lacerda de Azevedo, que também era baiano”.

Eurídice conta que o magistrado era novo, recém-casado e procurava alguém para auxiliar sua jovem esposa e fazer companhia a ela. Ele então perguntou ao conterrâneo se sabia de alguém, ao passo que o colega de trabalho sugeriu o próprio filho.

“Então eu fui ajudar na casa do juiz e a família dele se afeiçãoou a mim. Quando o doutor João Lacerda foi removido para Aquidauana, ele escreveu uma carta para o meu pai pedindo que eu fosse junto, garantindo que me daria todo o suporte necessário. Meus pais acreditaram que eu teria melhor sorte em uma cidade maior e me confiaram a ele”.

E de fato a confiança paterna revelou-se acertada. “O doutor João Lacerda era um homem muito bom e me convidou para ser oficial de justiça ad hoc quando fiquei mais velho, mesmo eu só tendo o ensino básico”.



Embora ressalte constantemente que não terminou seus estudos escolares, Eurídice nunca deixou que isso fosse um limitador no desempenho de seu ofício. Determinado a honrar a oportunidade que lhe foi dada, o então jovem se empenhou a aprender todos os encargos de sua profissão. A prova e a recompensa por tamanha dedicação vieram anos depois com a divisão do estado.

“Quando criou o Mato Grosso do Sul, eu fui chamado pelo Desembargador Leão Neto do Carmo, 1º presidente do TJMS, para ser oficial de justiça em Campo Grande, por conta do bom trabalho que eu desenvolvia em Aquidauana”.

E foi na capital do novo estado, durante o cumprimento de uma diligência, que Eurídice conheceu sua esposa. “O pai dela estava divorciando e eu estava com o mandado para intimá-lo. Quando fui levar a intimação, acabei vendo-a e me interessando. Naquela época, eu saía de bicicleta para cumprir diligências, mas antes de voltar para casa, comecei a passar na frente da casa dela. A família tinha o costume de ficar tomando chimarrão na calçada e eu comecei a ficar junto deles. Acabamos namorando e casando e já fizemos 67 anos juntos”.

Mas não são só de felizes encontros que o serviço desse oficial de justiça foi marcado. “Certa vez, fui até uma fazenda para intimar uma família que estava em terras devolutas. Quando cheguei no local, fui recebido pelo marido armado, o cunhado armado e a esposa, que de todo mundo, era quem estava mais brava. Quando pisei na casa e me apresentei como oficial de justiça, ela disse ‘se fosse eu que vestisse calça comprida, ele nem entrava aqui’. Mas o marido disse que eu não tinha culpa, que só estava cumprindo minha função e me ouviu, mas não aceitaram receber a intimação, nem quiseram ficar com a cópia que acompanhava”.

Essas situações, no entanto, nunca abalaram o fiel desempenho do trabalho do servidor tão dedicado ao serviço, a ponto de só ter se aposentado quando a idade o obrigou.



“Quando fiz 70 anos aposentei compulsoriamente, mas se pudesse tinha continuado a trabalhar como oficial. Modéstia à parte, eu só tenho o primário, mas sempre fui muito competente. Entendi muito do que eu fazia. E gostavam do meu serviço, tanto que me requisitaram depois de aposentado para continuar atendendo dentro das sessões, como contratado, e eu trabalhei por mais 5 anos”.

Depois de incontáveis mandados cumpridos, Eurídice se considera um homem realizado tanto no serviço, quanto na vida. Marido apaixonado e homem de família, sempre que pode, está junto das filhas e dos netos.





JACIRLENE PALAGANO CANTO



JACIRLENE ACUMULA SITUAÇÕES
INUSITADAS AO ATUAR PELA JUSTIÇA
NA REGIÃO PANTANEIRA

Que a vida de um oficial de justiça é repleta de experiências peculiares no cumprimento de diligências todo mundo sabe. São situações das mais inusitadas e, até mesmo perigosas, que esses servidores passam no cumprimento do dever. As de Jacirlene vão desde cumprir mandado a cavalo na chuva, em pleno Pantanal, a ter que matar a sede no gargalo de uma garrafa de pinga.

“Eu tive uma trajetória bem doida”, começa sua história Jacirlene Palagano Canto. Nascida em um distrito na região de Presidente Bernardes (SP), no ano de 1957, ela se mudou com a família ainda criança para Bataiporã. Na pequena cidade, casou-se aos 16 anos e foi morar em Caracol, onde passou outros quatro anos de sua juventude. De lá, mudou-se para trabalhar, junto do marido, como professora de ensino fundamental em uma escola pública de Aral Moreira.

E os dois, marido e mulher, foram então aprovados no concurso da Receita Federal de 1978 para o cargo de auxiliar de controle de cargas e assim fizeram uma verdadeira jornada pelo interior do recém-criado Mato Grosso do Sul. Passaram por Ponta Porã, Bela Vista e Porto Murtinho. Foi nessa última cidade que o prazo de seu concurso findou, em novembro de 1984.

Uma vez estabelecida no ‘Portal sul do Pantanal’, Jacirlene decidiu prestar o concurso para avaliadora judicial do TJMS, sendo aprovada e assumido o cargo em 1º de fevereiro de 1985.

“Avaliador judicial naquela época, em uma comarca pequena, tinha pouco serviço. Eu ficava ociosa, mas como sou muito elétrica, começaram a me dar várias coisas para fazer. O promotor rascunhava os libelos, as denúncias, e eu datilografava. Se precisasse fazer café, eu fazia. Cheguei a trabalhar no eleitoral com títulos, datilografar audiências para o juiz, fazer capa de processo no cartório e, quando veio



a informatização, trabalhei até consertando impressora, desmontando computador. Já fiz de tudo um pouco”, enumera aos risos.

As maiores aventuras de Jacirlene, no entanto, sempre foram trabalhando como oficial de justiça. “Houve uma fusão do meu cargo de avaliador com o cargo de oficial de justiça, então eu também cumpria diligências, tanto na cidade quanto na zona rural, ao mesmo tempo em que desempenhava todas as outras funções. Mas sair para cumprir diligências em fazendas, com certeza, é o que mais me rendeu histórias. Já passei por muitas coisas, como ter que ir a cavalo e debaixo de chuva para cumprir diligências”.

Jacirlene conta ainda que, certa vez, saiu para cumprir um mandado às 5 horas da manhã e de caminhão. Durante o percurso, porém, o veículo atolou em uma parte alagada da pista. Somente às 18 horas o socorro veio e a retirou da água. “Situação cotidiana”, comenta.

Em outra diligência a ser cumprida em uma fazenda, o carro da oficial teve um problema mecânico e desligou. Isolada e sem sinal de celular, ela precisou esperar o horário da rádio dos fazendeiros para pedir socorro. Mais algumas horas depois, um caminhão veio resgatá-la e levou seu carro de volta para Porto Murinho.

“Teve outra vez que meu carro estragou no meio do caminho. Eu saí a pé então para pedir socorro, debaixo de um sol quente, um calor muito forte, e consegui que um trator viesse me buscar. Mas quando o tratorista chegou, ele não tinha água, só uma garrafa de pinga. Tive que tomar um pouco de cachaça no gargalo para molhar a garganta que estava muito seca”.

Essas histórias são consideradas as mais ‘tranquilas’ dentre as aventuras de Jacirlene, pois a oficial tem várias outras que envolveram riscos à sua integridade física. “Eu quebrei o braço em uma diligência a cavalo e quebrei a perna em outra. Fraturei minha coluna de moto, enquanto ia de mototáxi cumprir um mandado em uma fazenda que a estrada de acesso era muito ruim. Eu estava com uma mo-



chila nas costas e, depois do impacto de um buraco na pista, dobrei a coluna. Tive que voltar para a cidade em um caminhão boiadeiro toda amarrada”.

Todas essas histórias são contadas por Jacilene com muito bom humor. “Você já viu alguém cair de costas e quebrar um dente? Pois eu fiz isso. Estava em uma diligência e pisei em um tijolo que quebrou. Eu caí para trás e bati em um galho, que fez uma alavanca e bateu no meu dente. Não podia abrir a boca porque até o ar doía”, ri.

E diante de histórias engraçadas e alguns infortúnios, Jacirlene não pensa em deixar o trabalho tão cedo. Para a oficial de justiça que enfrentou tantas situações inusitadas ao longo da carreira, a aposentadoria somente ocorrerá no dia em que não conseguir mais trocar os pneus de seu carro durante uma diligência.

“Comigo não tem tempo ruim. Levo uma vida muito boa. Quero continuar a trabalhar e viajar nas minhas férias. Só tenho a agradecer”, finaliza aspirando as próximas aventuras.





IRINEIS DE SOUZA DONATONI



ELA FOI A PRIMEIRA CHEFE DE
CARTÓRIO DA 2ª VARA DO JÚRI DA
CAPITAL

Aos 70 anos, Irineis de Souza Donatoni recorda que sua história no Poder Judiciário estadual começou em 1981, em um momento muito especial, quando estava no final da gestação de seu segundo filho. Naquele tempo, ela trabalhava no cartório extrajudicial de Glória de Dourados, onde também funcionava a parte judicial, e foi indagada por um amigo advogado se havia se inscrito para participar do primeiro concurso da comarca.

Em virtude da gravidez avançada, Irineis respondeu que estava ‘enorme’, mas o amigo não se conformou com a justificativa. Assim, ele organizou as noites de estudo em sua residência, onde a esposa dele preparava um lanche para a concurseira, enquanto o amigo advogado ditava os conteúdos a serem manuscritos em folha de papel pautado. E a experiência resultou na aprovação de Irineis em primeiro lugar para o cargo de escrevente, sendo admitida em agosto de 1982.

Foram dois anos de serviços prestados na comarca, atuando no mesmo prédio onde já trabalhava, mas agora integrando oficialmente a primeira equipe de servidores públicos do Fórum de Glória de Dourados, composta por mais um escrevente, além do escrivão, dois oficiais de justiça e um distribuidor, contador e partidor. A estrutura física se resumia a uma sala com divisória destinada ao gabinete do juiz, onde também eram realizadas as audiências e os júris populares. O restante do espaço acomodava Ireneis e seus colegas.

“Minha primeira máquina de datilografia era pesada, uma Remington, cedida pelo cartório extrajudicial. Um tempo depois, veio a leveza da Olivetti Linea, agora como maquinário próprio da comarca. Não havia telefone em Glória de Dourados e estávamos isolados, então tudo era feito pessoalmente ou por carta. Não tínhamos as facilidades dos dias atuais, mas vivíamos e trabalhávamos muito bem”.

Em 1984, o marido de Irineis mudou-se para Campo Grande e, para acompanhá-lo, ela pediu demissão do cargo público, pois naquele tempo não havia remoção ou transferência. E foram três meses como dona de casa na Capital até que, em uma tarde quando levou o caçula para atendimento médico no Hospital São Lucas, avistou da Afonso Pena o topo do prédio do Fórum na Av. Fernando Correa da Costa. E, com o filho nos braços, foi lá e pediu uma oportunidade de retornar ao Judiciário. O telefone tocou dois dias depois e ela foi trabalhar no cartório da 7ª Vara de Família, prestando concurso nos meses seguintes.

E a promoção na carreira pública a levou ao posto de escritã no início dos anos de 1990 - função hoje equivalente a de chefe de cartório. Lotada na 8ª Vara de Homicídios, cuidava do andamento processual da denúncia até a pronúncia. Nesse tempo, ela explica que havia um cartório exclusivo para os inquéritos e, após a decisão de pronúncia, os processos eram remetidos a uma 3ª vara, que tinha a competência de realizar os julgamentos. Após mudanças administrativas, a vara dos julgamentos se transformou na 1ª Vara do Tribunal do Júri e Irineis merecidamente tornou-se a primeira chefe de cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri de Campo Grande.

O andamento do processo era registrado em pequenas fichas pautadas, que ficavam sob a mesa de Irineis. Tudo muito organizado e controlado por ela. E sobre o quantitativo de processos, ela acredita que girava em torno de mil. “Produzíamos relatório mensal, bimestral e semestral. Pegávamos todos os processos do cartório e íamos verificando o andamento de um a um, por ordem de ano e número do feito. Um trabalho inimaginável nos dias de hoje, não é mesmo?”.

Antes de se aposentar, em 1996, a chefe de cartório pôde presenciar a chegada do computador. Porém, as mudanças das leis a fizeram optar pela aposentadoria, mesmo no auge da carreira “Foi um período que eu me orgulhei muito do meu trabalho. E o que eu não sabia, eu corria atrás para aprender. Tínhamos uma turma boa de colegas, eu senti muita falta depois. Entretanto, na vida tudo é adaptação. Hoje sou feliz cuidando dos meus netos”.





GILSON CARVALHO



O PATRÃO FOI AQUELE ANJO NO
CAMINHO QUE MUDOU O DESTINO
DE GILSON

Ele começou a trabalhar cedo. Aos 10 anos de idade ajudava numa loja chamada Palácio das Geladeiras, na 14 de Julho, e aos 13, como na foto que ilustra este texto, já estava no Cartório do 2º Ofício, no Fórum que ficava na rua 26 de Agosto, onde hoje é o teatro Aracy Balabanian. “Lembro que foi preciso autorização da justiça, e como o juiz que eu iria trabalhar era da vara de menores, deu tudo certo. O juiz era José Nunes da Cunha. Foi assim o início de tudo”, conta Gilson Carvalho da Silva.

Calma que vem mais detalhe aqui. Foi o dono do Palácio das Geladeiras, senhor Aurélio Matozinhos Costa que, depois que faliu, teve o cuidado de fazer uma carta de apresentação para que o menino Gilson arrumasse outro emprego. “Olha, me recordo até hoje. Ele e a esposa me chamaram no escritório, me entregaram a carta e me falaram que eles iriam embora de Campo Grande”.

Mas antes apontaram o novo caminho. “Como meu pai era oficial de justiça (o pai de Gilson é o Milton Silva que também já esteve aqui contando sua história), eu falei para ele da carta e que o senhor Aurélio tinha falado com o doutor José Nunes da Cunha. Meu pai conversou com o então juiz que pediu que eu fosse até lá. Eu fui e comecei a trabalhar na escrivania da 1ª Vara Cível”.

Lá Gilson empenhava-se das 7 horas às 12h30 e depois seguia para a Escola Estadual Vespasiano Martins. Quando terminou a 4ª série ginasial, foi fazer científico à noite no Colégio Moderno Campo-Grandense. “Passei a trabalhar das 7h30 às 11 horas, com intervalo de duas horas, e retornava das 13 horas até as 17h30”. E assim foram 12 anos de cartório até que aconteceu a criação do Estado e, com isso, a



oportunidade de prestar concurso público. “Fiz para trabalhar na Secretaria do Tribunal de Justiça e passei. Fiz para escrivão da comarca de Sidrolândia e também passei. Fiz para o Fórum de Campo Grande e não passei”, pontua o exitoso candidato.

O que ele decidiu? Bem, passou a fazer parte da equipe da Secretaria do TJMS, mas logo conheceu Roberto Izer, que recém tinha passado no concurso para juiz, e solicitou que Gilson aceitasse ser escrivão em Sidrolândia, onde o novo magistrado judicaria. “Depois de ficar sete anos em Sidrolândia, fui promovido para Campo Grande, na Vara Distrital de Terenos. Fiz grandes amizades no trabalho e na cidade que perduram até hoje”, revela.

Na carreira, Gilson também esteve na 6ª Vara Cível em Campo Grande. “Na época tinha 3 mil processos, enquanto nas outras varas a média era de 400 a 500 no máximo. Eu sei que fiquei três anos e, quando veio a minha aposentadoria, dos 3 mil ficaram em andamento 580”, comemora.

Depois de aposentado, Gilson não foi daqueles que aproveitou o tempo para realizar novos sonhos. Ele conta que havia uma vara criminal que era só de tóxico que se transformou em clínica geral e choveu processos. “Tinha processo com 79 volumes, pensa? E só tinha um assessor. Aí o juiz Joviano Caiado me contratou e fiquei lá por mais três anos”.

Em seu último dia de trabalho no TJMS, como sempre Gilson ficou até mais tarde. Depois que saiu pela porta, andou um pouco, olhou para trás e agradeceu a Deus pela missão cumprida. Um ciclo que se fechava para um futuro de muitas opções. “Ainda quero fazer Teologia, conhecer o Egito e a Grécia e ver minha sobrinha, que considero como filha, formada e encaminhada com um ótimo concurso público”, enumera.

É claro que Gilson não fecharia essa narrativa sem antes fazer um agradecimento especial ao seu anjo, o senhor Aurélio, lá do come-



ço dessa história e um dos responsáveis pela carreira vitoriosa aqui contada. “Se eu o encontrasse, diria: obrigado por depositar a confiança em um menino que cresceu, trabalhou muito e estudou mais ainda”.



**JURACY NEPOMUCENO
CORRÊA DE OLIVEIRA**



EM CONSTANTE E FELIZ CAMINHADA

“**E**u gosto de conversar”, diz Juracy. E que bom porque assim essa entrevista fluiu de forma agradável, como bater aquele papo numa varanda fresca, com mesa saborosamente vestida de café recém-coado e bolo caseiro. O resultado dessa troca especial você, leitor, tem a oportunidade de acompanhar agora.

Juracy Nepomuceno Corrêa de Oliveira nasceu em Corumbá. Lá trabalhava há cinco anos em cartório extrajudicial, registrando o nascimento das crianças da cidade, quando foi aberto, em 1981, o primeiro concurso público para o mais novo Tribunal de Justiça do país: o sul-mato-grossense.

Como a experiência no cartório havia a aproximado do Direito, mesmo ela cursando Ciências Contábeis, Juracy foi para Campo Grande, onde já queria morar, realizou a prova e assim passou a fazer parte da família do TJMS, como ela mesma considera, na função de auxiliar judiciário na Capital. “Foi uma conquista muito valiosa porque cheguei para participar da construção do Judiciário desse novo Estado. O sentimento é de vencedora”, comemora.

Então foi promovida para Terenos como escritvã substituta para, mais uma vez, colaborar com o início da prestação jurisdicional em Mato Grosso do Sul. Juracy conta que lá foi uma experiência fora do comum. Complicada porque não tinha condução oficial, mas fez amigos e conquistou a compreensão de juizes, como Luiz Carlos Saldanha. Ficou 1 ano e 4 meses. “Podemos sempre melhorar e superar nossos limites”, diz sobre a carreira.

Após esse período, voltou então para Campo Grande, para mais uma promoção alcançada. “Como escritvã eu tinha que chefiar o cartório e conheci muito bem os atos de processos cíveis e criminais. Aprendi a melhorar os meus relacionamentos com as pessoas. Conheci pessoas



também que me ensinaram muitas coisas, que me ajudaram a conviver melhor dentro e fora do Fórum”, lembra com saudades.

Depois de ajudar a população que precisava da justiça, se orgulhar de prestar esse serviço e ainda ganhar experiência de vida, Juracy se aposentou dessa época boa no TJ em maio de 1996, aos 42 anos. Isso porque teve um problema cardíaco e decidiu participar de um tratamento inédito. E a filha estava com bronquite. Como a lei permitia, escolheu se dedicar a ela e aos filhos, à época com 6 e 7 anos.

“Não sei o que faria se não fosse trabalhar no TJMS. Foi uma honra. Conheci muita gente importante, colegas maravilhosos, com quem até hoje tenho amizade. Trabalhei com os juízes Marco Antônio Cândia, Frederico Farias de Miranda, Julizar Barbosa Trindade e Manoel Mendes Carli, que depois se tornaram Desembargadores. Foi uma caminhada feliz!”.

Aposentada, Juracy já morou em Praia Grande, litoral de São Paulo, onde pretende voltar a ter endereço fixo. O propósito: uma vida mais leve e saudável. “Estou com 67 anos, faço exercícios, faço flores de EVA, pinto quadros, costuro, estou sempre em atividade para combater o Alzheimer e a depressão”.

Sobre o sonho de agora, essa corumbaense que saiu da sua terra para colaborar com a construção do Poder Judiciário diz que deseja continuar envelhecendo com saúde. “Gosto de me cuidar e não exagerar em nada. Vou à pé ao mercado e à feira. Gosto de caminhar, olhar as pessoas, me sentir viva!”. E assim seu coração que já bateu em outro ritmo hoje segue muito bem, obrigada.





**LUCIMEIRE FRANCISCO
DOS SANTOS E SOUZA
BONFIM**



**A MEIRE DO FÓRUM TAMBÉM JÁ
FOI A VEREADORA MEIRE BONFIM!**

Com mais de 40 anos de Judiciário, Lucimeire Francisco dos Santos e Souza Bonfim ingressou em 1981, aos 18 anos, no concurso para o cartório extrajudicial de Bataguassu, sua terra natal. Ficou na função por 13 anos até a privatização, no ano de 1994, que a levou a assumir o cargo de distribuidora, contadora e partidora no Fórum da comarca, posição que ocupa até hoje.

“Caí do dia para a noite no cargo e eu nunca tinha trabalhado com processo. No cartório extrajudicial eu realizava casamentos nas fazendas, onde ia junto com o juiz de paz para as celebrações, além de registros de nascimento, óbito e de imóveis. Mas o extrajudicial estava em fase de privatização e, como eu era concursada, precisava ser realocada”, revive ‘Meire’, como é mais conhecida.

O Tribunal ofereceu a ela uma promoção, por antiguidade, para São Gabriel do Oeste, mas toda sua família era de Bataguassu e a de seu esposo também. Com dois filhos pequenos, ela não quis arriscar a mudança. Então, como o distribuidor de sua comarca estava prestes a se aposentar, houve uma votação dos 11 Desembargadores do Tribunal na época e, por unanimidade, ela foi promovida para ocupar o lugar dele.

E logo começou a movimentar os processos e a fazer os cálculos. O antigo ocupante do posto, antes de se aposentar, a auxiliou bastante a aprender o novo ofício. Mas ela conta que ‘tremia’ toda vez que chegava um advogado, pois muitas vezes não sabia responder as perguntas deles.

“Foi difícil, mas eu sempre fui para cima. Eu sei das minhas responsabilidades e nunca fui de me abalar. Gosto de trabalhar. Aliás pensar em aposentar para mim é um pesadelo. Hoje não imagino o dia em que terei que sentar na mesa, aqui da minha sala e preencher



o requerimento da minha aposentadoria. Para mim, o melhor negócio é trabalhar. A gente fica ocupada, não pensa besteira e nem gasta dinheiro à toa. Ainda mais para pessoas consumistas como eu, essa é uma ótima solução!”, diverte-se.

O seu jeito bastante destemido e comunicativo a levou a uma experiência política. Meire conta que toda a família de seu esposo tem tradição na área. Vários familiares já se elegeram como vereadores e vice-prefeitos da cidade. Ela estava cansada de acompanhar os problemas da população e resolveu agir, se lançando ao cargo de vereadora nas eleições de 2008. Foi eleita e cumpriu os quatro anos de mandato.

Nesse período, não se afastou do Fórum. Pediu autorização ao TJ para continuar na função e somente precisou alterar seu expediente às segundas-feiras, dia das sessões da Câmara Municipal, quando cumpria expediente no Judiciário pela manhã, para estar presente na Casa de Leis no início da noite.

E se tornou bastante atuante na política. Logo, um candidato a prefeito viu nela o perfil para ser sua vice e assim estava Meire envolvida em mais uma campanha rumo à vitória. Faltando apenas dois dias para a votação, sua candidatura foi impugnada porque sua cunhada era a atual vice-prefeita do município. Caso Lucimeire ocupe a vaga, seria repasse de poder político na mesma família. De fato a chapa dela venceu, mas aquilo a desanimou muito: “foi um baque porque até então eu não sabia o que era uma renúncia”. Então resolveu voltar a se dedicar exclusivamente a ser a “Meire do Fórum”.

Mesmo passados quase 27 anos atuando na distribuição, ela reforça que não se vê sem o seu trabalho. “Faz parte da minha vida. Como diz o meu marido, ‘vai gostar de trabalhar assim na China!’”. Para mim, o trabalho edifica as pessoas. E quem atua no Poder Judiciário deveria ser feliz, pois são tantas pessoas que gostariam de estar no nosso lugar”, finaliza entoando gratidão.





MARIA HELENA ROSA BALBÊ



ELA ENCAROU A INFORMATIZAÇÃO
COM ENTUSIASMO E ASSIM SEU SETOR
FOI O 1º A RECEBER A NOVIDADE

“**A** Itsume Murakami, que foi a primeira diretora-geral do Tribunal de Justiça, bateu à porta da minha casa e disse que precisava de mim no novo Tribunal que estava sendo implantado com a divisão do Estado. Falou só pra eu vestir uma saia e ir, porque, naquela época, era obrigatório o uso desse tipo de roupa para trabalhar lá. Como eu não tinha nenhuma, já fui na casa de uma prima, peguei uma saia emprestada e saí correndo para acompanhar a primeira sessão do TJMS”.

Assim começa Maria Helena Rosa Balbéo ao falar sobre como a história de sua vida se encontrou com a do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. A então jovem campuense já trabalhava no Poder Judiciário de Mato Grosso há alguns anos.

“Eu fazia audiências no Fórum de Campo Grande. Cheguei a trabalhar com os Desembargadores Athayde Nery de Freitas e Milton Malulei, quando ainda eram juízes. Eu usava uma máquina de datilografia que não tinha corretor, nem margem, então tinha que saber a hora exata de parar. Mas quando fui para o Tribunal, passei a usar uma máquina elétrica. Pra época, era muito chique”.

Já no ano de 1980, Maria Helena prestou o primeiro concurso para o novo tribunal e foi aprovada. “Eu casei nesse mesmo ano e engravidei, então fui a primeira servidora a entrar com uma licença maternidade. A gente brincava que meu filho era o primeiro filho do Tribunal”, conta rindo da situação.

A carreira da servidora do TJMS, porém, ainda lhe reservava seu principal pioneirismo. Tendo sempre trabalhado na Secretaria Judiciária, passando por vários de seus departamentos, não demorou muito para que Maria Helena chegasse ao cargo de diretora do setor.



E foi quando desempenhava a função que ela se viu diante de um dos maiores avanços do órgão.

“A implantação da informática! Você não faz ideia do que foi aquilo, a mudança que representou passar as informações para um computador. E naquela época as coisas eram mais complicadas, porque não tinha internet ainda. Você sabe o que é trabalhar sem internet? Tudo quanto era problema a gente tinha que falar por telefone com Curitiba, porque era de lá a empresa contratada para fazer esse processo de informatização. Eram horas no telefone”.

Maria Helena narra ainda que, na busca de entender melhor o novo sistema de informatização, ela e outros servidores chegaram a viajar para a capital do Paraná. “Fomos para Curitiba para ver como funcionava no Tribunal de lá, como fluía, pois eles já estavam muito mais avançados que nós nesse ponto. Quando eu vi, percebi que ‘isso iria dar certo’. Então voltei para Campo Grande, cheguei na secretaria e falei para o pessoal para passarmos todas as fichas de processos para o sistema eletrônico, assim, em uma pancada só”.

Ela relata que sua atitude enfrentou uma grande resistência. “A informatização era uma coisa muito assustadora. As pessoas confiavam mais nas fichas, na mão, no papel escrito, do que em um computador. Para quem fazia tudo na máquina de datilografia, aquilo tudo era uma revolução. Pra mim, era o suprassumo da chiqueza”, diz entre risadas ao final.

Como responsável pela Secretaria Judiciária, Maria Helena insistiu e logo seu setor foi o primeiro do TJMS a ser informatizado. Rapidamente, outras seções viram os benefícios que ela atingiu com a mudança e também aderiram. “Deu certo a aventura, a audácia de excluir as fichas e acreditar que a informática era o caminho. Se você olhar hoje o sistema da época vai achar bem precário, mas era o que de mais moderno tínhamos”.

Com a missão cumprida, pouco tempo depois Maria Helena de-



cediu se aposentar e dar o pontapé inicial em outros projetos. Assim, em 1995 e aos 43 anos, ela parou de trabalhar no TJMS e abriu uma casa de espiritualidade no bairro Tiradentes.

“Me considero uma pessoa espiritualista. Sempre busquei, desde a adolescência, trabalhar meu lado espiritual. Tenho formação kardecista, mas sou aberta a tudo aquilo que desperta a consciência. Então, na casa temos reiki, floral, todo tipo de atendimento que valoriza a espiritualidade”, conclui com sentimento de gratidão pelo período de Fórum, pelo tempo no TJMS e a Deus principalmente.



JAIME FEITOSA DE QUEIROZ



**ELE TEVE CORAGEM PARA MUDAR
DE CARREIRA E DEU MUITO CERTO!**

Jaime Feitosa de Queiroz tinha mesmo era vocação para ser professor. E foi. Era 1975 quando, fascinado pela profissão, começou a dar aulas de inglês e história. Cinco anos depois, ocupava a função de coordenador no Colégio Dom Bosco. “Acontecia a carreira que escolhi pra vida, mas o salário era muito baixo e não consegui continuar”.

Exatamente aqui, Jaime aposta em uma nova carreira. Estavam abertas as inscrições para as concorridas vagas do 1º concurso público do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e, o que fez a diferença para o professor, foi exatamente o fato de estar sempre estudando, se atualizando. Assim, em 1980, ele entrava no seu segundo, valorizado e duradouro emprego.

Nesse momento, ali na sede do Tribunal na rua Cândido Mariano, existiam apenas as secretarias Judiciária, Administrativa e de Pessoal. Jaime passou a fazer parte dessa última. “Era um trabalho mais administrativo, diferente de trabalhar com aluno, mas aproveitei a nova experiência”, rememora o entusiasmo.

Ânimo aliás que o acompanhou em todos os setores em que trabalhou: secretarias Judiciária e Administrativa, Corregedoria-Geral de Justiça e na assessoria do Desembargador José Carlos Corrêa de Castro Alvim. Notável trajetória que o estimulou a cursar Direito na Fucmat.

Mas foi na Biblioteca que ele se sentiu no lugar certo, disse com sinceridade. “Me identifiquei. Gostei muito de trabalhar lá com o público, os livros, a pesquisa e a revista jurídica. A minha chefe Débora Lumi Umada Barbosa era uma pessoa maravilhosa. Foi o lugar onde fiquei mais tempo”.

Em 35 anos de Tribunal de Justiça, vários cargos (inclusive de chefia) e uma carreira que pode não ser a de vocação, mas foi onde se realizou, Jaime também conquistou o título de servidor modelo do



ano de 1998 pela sua assiduidade, pontualidade, urbanidade, responsabilidade e pelo seu dinamismo. Por tudo isso, figura na galeria dos profissionais de destaque dessa Corte.

Jaime se sente um privilegiado ainda por ter vivido no TJMS uma grande evolução tecnológica: a digitalização dos processos. Pouco tempo depois, em 2015, ele se aposentou do serviço público e empreendeu na advocacia, nas causas do Direito de Família. Consequentemente, sobre os dias de hoje, ele faz um manifesto. “Não quero ficar nas coisas que passei, mas ficar no presente”, considera como se estivesse ‘de volta às aulas!’.





**DINEY DE FÁTIMA
GARCIA BRANDÃO
DA SILVA**



À FRENTE DE FUNÇÕES TÉCNICAS
EXISTIA O RECEIO DE ERRAR, MAS
DINEY SE SAIU MUITO BEM

Ela cursava a faculdade de Direito quando surgiu o assunto em sala sobre o 1º concurso do TJMS, inclusive sua inscrição foi feita por um de seus colegas. Aprovada para o cargo de Auxiliar Judiciário, e mais tarde para Técnico Judiciário, Diney de Fátima Garcia Brandão da Silva entrou em exercício em julho de 1981, quando o Judiciário de MS era composto apenas por cinco Desembargadores.

Logo que soube de sua aprovação no concurso, seu ex-professor no Colégio Dom Bosco, Hildebrando Campestrini, conhecendo seu perfil, a convidou para trabalhar na assessoria técnica da Revista de Jurisprudência do Tribunal, onde faziam a montagem e diagramação dos acórdãos selecionados. “A supervisão de Campestrini era minuciosa. Ele era ainda mais rigoroso com a parte de português”, recorda Diney.

Foi um período de muita aprendizagem, conta ela, que mais tarde assumiu a chefia do Conselho da Magistratura, que lhe exigiu muita dedicação, tamanha a responsabilidade do cargo. Na época, Diney divide que seus filhos eram pequenos e a rotina estava bastante pesada. Por isso, tempos depois, pediu para deixar a função.

Trabalhou por muito tempo como revisora jurídica, atuando nos setores da Biblioteca e da Gráfica, onde também voltou a produzir a Revista de Jurisprudência, até que por ocasião da criação das turmas de julgamento, assumiu a direção da 3ª Turma Cível na Secretaria Judiciária. De lá partiu para a assessoria da Vice-Presidência para cuidar da parte dos recursos especiais e extraordinários, e assim Diney seguiu circulando em cargos técnicos do Direito.

Mas então ela se lançou para outro ramo de sua formação acadêmica: a administração, assumindo a diretoria do Controle Interno,



responsável por auditar todas as contas e os gastos do Tribunal de Justiça. E foram muitos anos na função, auditando folha de pagamento e suprimento de fundos. Tudo passava pelo seu setor.

Ao todo foram 35 anos de dedicação ao Tribunal de Justiça, sempre em funções muito técnicas, que exigiam um cuidado minucioso. “O perigo de errar estava sempre na janela”, conta Diney. Mas apesar de passar por muitos momentos tensos, ela recorda com saudades de sua jornada no Judiciário, desde o tempo em que era ainda solteira, recém-empossada, até o período em que pode participar ativamente da criação da creche do Tribunal, onde seu filho mais novo estudou.

Para ela, aliás, a creche foi uma das melhores coisas que o Tribunal já fez. A base que seu filho teve lá, ela acredita que foi determinante no futuro do rapaz que mais tarde foi aprovado em 1º lugar na Universidade Federal para Medicina. E o segredo? A creche! Se diverte Diney.

Ela também recorda do rigor das vestimentas. Passou por vários uniformes, desde as sedes do TJ no Edifício Cosmos, depois no prédio da Belizário Lima, até se mudarem para o Parque dos Poderes. Ela diz que, com a temperatura do Parque sempre mais fresca, era difícil de encarar o uso de saias no inverno. Para se aquecer durante o expediente, utilizava um cobertor do filho. Até que atendendo aos anseios de muitas servidoras, foi liberado o uso de calças para as mulheres nos dias de muito frio. Isso no início, é claro.

Ainda sobre o dress code, somente quatro cores eram permitidas para os sapatos. E num dia ela foi com uma cor proibida e o assunto quase rendeu seu retorno para casa, pois não estava adequada, o que implicaria perder o dia de serviço, com desconto em folha. “Consegui me adaptar. Eram tempos bons”, recorda Diney que, por onde passou, fez amigos e uma trajetória de muito orgulho.





HÉLIO DA ROSA MACHADO



**OTRABALHO ÁRDUO ESTÁ SENDO
COMPENSADO COM FUTEBOL, MUITA
RESENHA E PESCARIA**

Foi no ano de 1976 que Hélio da Rosa Machado ingressou no Poder Judiciário do Mato Grosso. O Fórum de Campo Grande funcionava na Rua 26 de agosto e ele começou a atuar como escrevente no cartório da 2ª Vara Criminal, onde, além das atividades do cartório, também auxiliava o escrivão em audiências na vara. A oportunidade surgiu na época porque uma das exigências para o cargo era ser um bom datilógrafo.

Com a criação de Mato Grosso do Sul, surgiu o 1º concurso do TJMS, em 1980, quando Hélio ingressou no cargo de Auxiliar Judiciário. Pouco tempo depois, prestou novo concurso para Técnico Judiciário e, como concursado, pode atuar na sede do Tribunal de Justiça, onde almejava.

Sua primeira lotação foi no setor financeiro. Ele confessa que ficou meio deslocado, matemática não era seu forte e toda sua experiência até então era com o Direito, faculdade aliás que cursou logo nos primeiros anos após ser aprovado no concurso.

Mas a passagem pelas finanças durou menos de um ano, quando ele conquistou uma vaga no Departamento Judiciário Criminal da Secretaria Judiciária, setor que permaneceu por muito tempo, galgando cargos de chefia até se tornar diretor do Dejudcri.

Foi quando estava em substituição como Diretor da Secretaria Judiciária que foi surpreendido pelo convite do Desembargador Carlos Stephanini, recém-empossado, para trabalhar em sua assessoria. Hélio não o conhecia, mas o magistrado recebeu a indicação pelos colegas advogados que teciam elogios à sua conduta e atendimento à frente do Dejudcri.

Ele aceitou o desafio e enfrentou uma demanda inicial de processos muito grande. Foram muitas horas trabalhadas até tarde da



noite para zerar o relatório. Foram 15 anos no gabinete. Quando o Desembargador se aposentou, Hélio recebeu novo convite, dessa vez para trabalhar na Vice-Presidência do Tribunal de Justiça, onde cuidava da admissibilidade dos recursos extraordinários e especiais. Sempre no ritmo de trabalho de relatório zero, afirma.

Hélio conta ainda que sempre gostou do seu serviço e que todas as suas promoções são frutos da visualização do seu trabalho. Até mesmo o convite para lecionar em uma faculdade local. Sobre seu ritmo de trabalho, ele costuma definir que, quando era colocado em um novo desafio, resolvia primeiro a parte mais difícil.

Paralelamente à sua carreira no Tribunal, Hélio foi pioneiro na criação da Associação dos Servidores do Judiciário, que surgiu com o intuito de promover a integração social, por meio do lazer e esporte. A entidade se transformou, anos mais tarde, no Sindijus.

Em 2014 ele se aposentou, mas se mantém ativo como conselheiro representando os interesses dos servidores do Tribunal de Justiça no plano de saúde Unisaúde/MS. O contato com os colegas do Judiciário também ocorre nas partidas semanais de futebol dos veteranos do Sindijus e na resenha pós-jogo, onde ele se aventura como percussionista num cajón. Ainda como lazer, Hélio gosta muito de pescar com os amigos.





NILDA QUEIROZ E RODRIGUES



PARA NILDA, TRABALHAR NO
TJMS SEMPRE FOI MOTIVO DE FESTA

Foram 28 anos de trabalho na comarca de Paranaíba. Nascida e criada na cidade, Nilda Queiroz e Rodrigues foi aprovada no 1º concurso para o fórum de sua terra natal. Atualmente aposentada, ela relembra saudosa e grata todas as vivências tidas no seu local de trabalho, que foi também uma extensão de sua vida pessoal.

“Eu tinha 32 anos quando entrei no Poder Judiciário como escrevente. Foi logo após eu ficar viúva, em 1982. Estava com três filhos pequenos para sustentar e nunca tinha trabalhado fora, mas foi uma beleza. Éramos poucos funcionários, então éramos muito amigos. Foi um tempo bastante divertido”, compartilha Nilda.

E grande parte dessa diversão era garantida por ela mesma. Todas as festas e confraternizações entre os servidores de Paranaíba eram organizadas pela escrevente. Ela lembra que gostava de reunir todos os colegas em sua casa, pois tinha bastante espaço para recebê-los confortavelmente. “Eu era muito alegre, muito festeira. Uma vez organizei uma festa junina que teve até escolha da rainha. As festas eram tão boas que sempre que as pessoas da cidade ficavam sabendo, queriam participar de qualquer jeito”.

Nilda recorda que, em determinada ocasião, montou a “Festa da Viúva Porcina”, em referência à icônica personagem interpretada por Regina Duarte na novela Roque Santeiro. A também viúva queria mostrar para seus colegas homens, que por vezes reuniam-se apenas entre eles, que as mulheres do Fórum também sabiam festejar sozinhas. “Eles ficaram sabendo da festa e, só para brincarem com a gente, dois deles foram até minha casa, pularam o muro e participaram também”, conta entre risadas.

Boas lembranças desse período ela tem ainda com vários dos Magistrados que passaram pela sua comarca. “O doutor Romero (Osme Dias Lopes) era muito divertido. Ele gostava de brincar com todo mundo. Dávamos muitas risadas com ele. Já o doutor Wilber (José Palazzo) era muito próximo da gente. Sempre nos chamava para ir a sua casa, porque ele morava bem em frente ao prédio do Fórum. Quem passou um tempo com a gente também, mas curto, foi o doutor Zaloar (Murat Martins de Souza). Uma pessoa incrível”.

E a lista de Magistrados elogiados pela saudosa Nilda é extensa. Ela relembra com muito carinho do tempo em que auxiliou a Juíza Larissa Ditzel Cordeiro Amaral durante a gravidez, fazendo comidas para satisfazer os desejos da gestante. Com mesmo afeto, recorda do tempo em que o Juiz Mário José Esbalqueiro Júnior permaneceu em Paranaíba e era tão amoroso com todos que ela chegou a montar duas festas em homenagem a ele. Também rememora das vezes que retirou o Juiz Aluizio Pereira dos Santos do meio dos Magistrados para sentar com ela e os colegas.

“Outro que deixou muita saudade foi o doutor Vilson Bertelli. Ele era muito meu amigo. Quando ele foi presidir o 1º júri dele, ao final, na leitura da sentença, ele ofereceu o júri para mim. Quando eu soube que ele tinha feito isso, fiquei tão emocionada que passei até mal. Aí contaram para ele isso, ele foi até mim e disse rindo ‘pensei que estava te agradando, Nilda, e quase te matei’”.

Em 2010, os colegas de Fórum tiveram que ver sua organizadora de eventos aposentar-se. “Eu sempre fiz tudo o que foi possível para os meus colegas e para o meu trabalho. Nos casamentos, eu que saía para comprar o presente e cobrar um por um pra pagar. Isso era uma dificuldade”, diz rindo da situação. “Todos os anos que fiquei lá foram muito bons. Só tenho a agradecer a todos e a Deus”.





EDSON FERREIRA DOS SANTOS



TRABALHO E DIVERSÃO COMBINAM
SIM!

Edson Ferreira dos Santos conta que não tinha planos de ingressar no Judiciário, mas quando foi levar sua esposa para fazer a inscrição no concurso, que na época era realizada nos Correios, decidiu se candidatar à vaga de motorista. No final das contas, ele foi aprovado e sua esposa não, embora ela tenha assumido função pública logo depois, na Prefeitura Municipal de Campo Grande.

Já Edson foi chamado dois anos depois, em 1998. Funcionário da iniciativa privada, ele cumpria uma rotina bastante corrida. E aliás, para não deixar a empresa na mão, usou os 30 dias para tomar posse e mais os 30 dias para entrar em exercício que estavam previstos em lei da época. Foi no último dia possível que enfim entrou em atividade no Judiciário, ainda de uniforme do antigo emprego. Mas depois de ingressar, o difícil foi sair, lembra ele. Foram quatro anos se preparando, já com 40 anos de contribuição, até pedir sua aposentadoria em 2019.

Ao longo de seus 21 anos no Poder Judiciário, Edson atuou como motorista do Fórum de Campo Grande, encarregado do transporte de juízes, servidores e demais deslocamentos necessários sempre sob as determinações da administração interna. Nessa jornada, uma das incumbências relevantes para ele foi dirigir o ônibus que levava os filhos dos funcionários do Fórum até a creche do Tribunal.

A rotina começou ainda na sede da Avenida Fernando Corrêa da Costa. Ao meio dia, os pequenos embarcavam e, com o auxílio de duas mães monitoras, a turma era encaminhada para a creche, naquela animação. Para ele foi uma função muito marcante poder acompanhar muitos crescerem até deixarem a creche aos 6 anos.

E às 17 horas começava seu compromisso de trazer a turminha de volta aos pais. Ele pegava o ônibus e lá pelas 17h30 já estava com



todos a bordo. Iniciava o retorno até estacionar, por volta das 17h50, em frente ao Fórum, onde as mães esperavam seus filhotes. Tudo organizado para que todos já estivessem liberados às 18 horas, quando encerrava também o expediente do próprio motorista.

Edson conta que são muitas as lembranças. Dependendo da mãe monitora, o clima era de cantoria ou então de silêncio para respeitar os bebês que dormiam. Mas os maiorzinhos faziam a maior peraltice. Tinham os que não queriam embarcar e aqueles que, por outro lado, não queriam parar a diversão e o chororô era para não descer do ônibus. E era uma turminha boa, recorda, sempre em torno de 30 crianças.

Outra função que o motorista desempenhou frequentemente foi transportar os servidores do setor psicossocial, em diligências da Vara da Infância e de Família. Dentro da circunscrição, os trajetos incluíam todas as comarcas pertencentes, como Bandeirantes e Terenos.

Certa vez ele saiu logo cedo de Campo Grande para transportar uma assistente social e psicóloga em diligência na zona rural de Terenos. Já no percurso de volta, houve uma forte tempestade e eles acabaram atolando numa estrada vicinal, sem socorro e sem sinal de celular. Ficaram por lá um bom tempo até serem socorridos por uma caminhonete que enfim cruzou o caminho.

Paralelamente à sua função no Judiciário, Edson sempre foi atuante no Sindicato dos Servidores. Por várias vezes na diretoria, hoje é presidente da Delegacia Sindical de Campo Grande e se reúne semanalmente na sede campestre da entidade para amistosos de futebol, ocasião em que assume a função de lateral direito.

Embora ainda cumpra sua rotina na associação, o ritmo mais tranquilo colabora também para a pescaria, outro lazer na vida de Edson que, depois de trabalhar com afinco desde os 17 anos, sente que cumpriu seu papel.





DEISI DO CARMO



UMA ATLETA DA MELHOR IDADE

Deisi do Carmo, 65 anos, percorre o Estado disputando torneios de vôlei. Também é medalha de prata no arremesso de peso no Estadual, e ainda sobra tempo para competições de corrida. A agenda de treinos conta com aulas de hidroginástica e pilates. O ritmo da servidora aposentada foi sempre assim, conta ela, que dedicou 33 anos ao Poder Judiciário.

“Quando me aposentei, deu até arrependimento porque pensei que ia entrar em depressão. Minha vida se resumia em processo, mandado, sentença e publicação. Então descobri o Conviver de Nova Andradina e minha vida se transformou. Hoje sou a número um do time de vôlei, já tenho medalha de prata e de bronze, e estou correndo atrás do ouro”.

Natural de São Paulo, ela morava em Presidente Epitácio quando ingressou em 1983 como escritvã em Quebracho, distrito da comarca de Bataguassu. O concurso, na época, era para o cartório extrajudicial. Ela recorda a precariedade do local. Trabalhava sozinha e lá não tinha um supermercado ou uma padaria. Foi morar numa república de professoras.

Ao longo de 10 anos foi tocando sua vida pessoal. O namoro à distância se tornou casamento. E sua primeira filha nasceu, vivendo seus primeiros anos na república: ela e a bebê num quarto e as professoras no outro. Sua vontade era ir para Bataguassu, lugar mais próximo da família.

A oportunidade surgiu com a privatização do cartório extrajudicial, quando foi trabalhar no Fórum de Anaurilândia e logo depois



nasceu sua segunda filha. Ela ficou com a bebê e seu esposo cuidava da mais velha em Presidente Epitácio.

Embora o começo difícil e os vários pedidos do marido para abandonar o cargo, Deisi não desistiu e a vida começou a melhorar já em 1994, quando foi convidada para atuar na comarca de Batayporã, já um pouco maior, que permitiu reunir pela primeira vez ela, o marido e as filhas sob o mesmo teto.

Mas o ápice de sua carreira no Judiciário, conta Deise, foi quando chegou em Nova Andradina, cidade que a conquistou e escolheu como lar. “Aqui também eu recebi meu primeiro elogio, acredita? Foram muitos anos de trabalho e sempre fui dedicada, mas quando éramos chamados para uma reunião era só para levar bronca. Pouco antes de eu me aposentar, a doutora Ellen Xandu Kaster Franco nos reuniu para nos parabenizar pelo cumprimento de meta do CNJ. Eu até chorei, emocionada mesmo. Eu nunca tinha sido reconhecida”.

Ela compartilha ainda que enfrentou problemas na vida pessoal, mas no cartório esquecia deles. “Organizávamos até piquenique. Depois engordávamos e vinha a semana em que era só fruta para o lanche. Eu sou muito grata ao Poder Judiciário porque ele foi a minha vida, foi onde criei minhas filhas sozinha praticamente. Minha caçula eu cheguei a levar para o trabalho, ficava embaixo da minha mesa. Foi apelidada de piolho de processo e deve ter pegado gosto pois hoje ela é advogada”.

Para ela valeu a pena todo o sacrifício. Graças ao Judiciário, formou suas duas filhas. A mais velha já a presenteou com dois netos, que são sua paixão. E por onde anda Deise é só alegria e energia. “E se não há felicidade por lá, eu arrumou um jeito de ter”, finaliza.





ADEMILDE MARIA BEZERRA



ESSA É A HISTÓRIA DE QUEM
FARIA TUDO NOVAMENTE E COM A
MESMA PAIXÃO

Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Essa é a rota da vida de Ademilde Maria Bezerra. Claro que o litoral catarinense não necessariamente é a última estação de quem nasceu destinada (ou obstinada como essa história vai revelar) a evoluir, aperfeiçoar, vencer, e por mérito. Tudo isso começou em Itaúna do Sul, interior paranaense. Lá ela viveu seus primeiros momentos até que seu José Miguel Bezerra e dona Maria Aparecida Bezerra, em 1979, decidiram, nas terras do município de Angélica, plantar um futuro melhor.

Atualmente a família mora em Ivinhema, onde Ademilde estava a serviço da educação estadual quando surgiu um teste para vagas de Auxiliar Judiciário. Ela encarou aquilo como uma aventura e foi logo aprovada pelo juiz Odilon de Oliveira. “Um susto para mim. Mas como o cenário era de demissões e reclamações trabalhistas em nível estadual, larguei um contrato de emprego por uma ocupação provisória”, lembra, ainda tentando entender o porquê de ter tomado essa decisão.

Nesse embaraço, Ademilde foi aprendendo (na marra, como ela mesma define) a colaborar com as audiências. “Eu tinha duas crianças pequenas e coloquei o trabalho acima de qualquer coisa porque o concurso estava chegando e eu poderia ficar desempregada. A escritã substituta saiu de férias e fui substituí-la. Trabalhava o dia todo e depois que chegava em casa estudava. Lembrando que não existia apostila e nem internet. Era tudo improvisado”, descreve o tamanho da luta.

Como se não bastasse, no dia do certame Ademilde chegou com os portões fechando porque tinha passado a madrugada estudando. A prova foi em um fim de semana de junho de 1986 (três meses depois da sua estreia no Judiciário) e na segunda-feira seguinte, esgotada, ela foi parar no hospital. Depois de três dias internada, outro baque.



Mas dessa vez bastante positivo. Seu esforço foi recompensado e lá estava ela figurando em 1º lugar na lista de classificados do concurso do TJMS. Pensa na alegria!

E seguiu desempenhando a função de antes, mas com dedicação renovada. Assim foi escrevente, escritã substituta, distribuidora e partidora e contadora, até que em 2005 foi removida para Campo Grande para compor a equipe do processo 100% digital. “Fiz parte desse feito. Tive a grata satisfação de ser selecionada, juntamente com outros colegas incríveis, para começar o processo 100% digital na 10ª Vara do Juizado”, celebra como se fosse hoje.

Em 2007, Ademilde foi convidada pela Corregedoria para assumir a função de chefe da Seção dos Juizados, no Deppi (Departamento de Padronização de Primeira Instância). Em setembro de 2008, com a criação da Secretaria dos Juizados, assumiu a função de diretora do Departamento dos Juizados, aí permanecendo até a alteração da estrutura, ocasião que a levou para a Coordenaria dos Juizados.

A seguir veio o Departamento Correccional da Corregedoria. “A Corregedoria me pegou. Aquela coisa de pensar para melhorar, orientar como melhorar, acompanhar o crescimento e as mudanças, ver o antes e o depois. Realmente não tem preço”. E aí Ademilde ficou até a aposentadoria, quando completou exatos 34 anos, 10 meses e 16 dias de serviço. “Uma vida! A melhor parte da minha vida! Uma vida de muito trabalho, muito aprendizado, muitas alegrias. Dei o meu melhor e faria tudo de novo”, declara.

Ainda sobre números, são sete elogios acumulados na ficha funcional e um ano de aposentadoria. Recentemente Ademilde segue de férias. “Umás férias exageradas, mas é assim que resolvi me sentir. Depois pensarei em algo que me dê mais alegria e satisfação”, diz quem provou que não aceita qualquer caminho.





MARIA JOSÉ GARCIA



ELA RESISTIU NO INÍCIO, MAS FEZ
CARREIRA NO JUDICIÁRIO E LEVOU O
FILHO JUNTO

Maria José Garcia conta que nunca procurou emprego. Dos três locais que trabalhou ao longo da vida, em todos ela foi convidada para a função. E no Judiciário não foi diferente. Vivendo desde os 13 anos na comarca de Eldorado, ela era a única com perfil para o cargo de distribuidor, partidor e contador, mas a remuneração não compensava o esforço.

Mesmo assim ela acabou cedendo aos insistentes pedidos da amiga de infância e foi se encontrar com o magistrado que a chamava. “E eu tinha medo de Juiz. Não queria falar com ele, mas criei coragem e fui. Com a promessa de que a função seria melhor remunerada em breve, assumi o cargo em 1982”, lembra.

Foram dois anos não muito animada com seu salário até finalmente sair publicado no Diário da Justiça um reajuste bastante significativo que despertou seu interesse pelas provas do 1º concurso público para o cargo.

Mas, por ironia do destino, era véspera do certame e o arrependimento de não ter estudado foi grande. Maria José não passou, mas teve a sorte de ninguém mais ser aprovado. Cerca de um ano e meio depois surgiu um novo concurso. Desta vez ela se dedicou aos estudos e tudo deu certo.

Para desempenhar o ofício, num tempo onde o acesso à informação era muito precário, a servidora precisou contar com toda sua experiência anterior num escritório de contabilidade. Era lá que recorria mensalmente em busca do mapa fiscal com os índices monetários para atualizar as dívidas.

Naquele tempo, até as ações trabalhistas tramitavam no Fórum de Eldorado, o que a motivou a colecionar calendários dos anos anteriores porque eles eram úteis para a contagem de dias trabalhados.



O esforço para criar rotinas por conta própria a fez ser referência para colegas que assumiam o mesmo cargo em comarcas próximas, como Iguatemi e Sete Quedas. Aliás, certa vez, ela foi muito requisitada pelo próprio Juiz que atuava em Eldorado, mas de uma forma bem inusitada: “Ele instalou uma campainha muito estridente na minha sala. Quando ela tocava, eu precisava ir ao seu encontro o mais rápido que pudesse. Quando eu estava atendendo a um advogado, por exemplo, e demorava um pouco mais, ele ficava bravo comigo”, confessa.

O mais engraçado é que, quando chegava lá às pressas, nem sempre era para prestar auxílio num cálculo de pena ou algo relativo à sua habilidade em exatas. O magistrado não pensava duas vezes em disparar a campainha para chamar Maria José para organizar pastas de correspondência e livros na estante, por exemplo.

E foram longos anos sempre na mesma função. Nos últimos deles pediu remoção para Caarapó, em razão da proximidade com Dourados, onde seu filho foi fazer faculdade. Aposentou-se em 2012, não antes de se tornar colega de seu filho, que também acabou seguindo carreira no Tribunal de Justiça.

“Ele cresceu dentro do Judiciário praticamente. Numa época, eu morava do lado do Fórum. Em comarca pequena é diferente. Somos uma grande família e meu filho volta e meia estava por lá. Formado em TI, ele acabou prestando concurso para o TJMS e passou. Atuamos juntos por um tempo em Caarapó, antes de eu me aposentar”, conta feliz.





FÁTIMA EL DAHER DI GIORGIO



DA TAQUIGRAFIA, BATEU ASAS
E DEIXOU SUA MARCA NA HISTÓRIA
DO JUDICIÁRIO

Fátima El Daher Di Giorgio foi da turma dos primeiros servidores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, dos tempos em que não havia sequer uma sede e mobiliários próprios. Estava saindo da adolescência quando foi designada para o setor de taquigrafia, no qual um ano depois assumiu a chefia, já como concursada.

Foram 13 anos no setor onde fez muitos amigos. Não havia contato com o público porque a taquigrafia ficava atrás dos plenários, mas foi um tempo de muito aprendizado e de contato mais direto com os Desembargadores.

Com sua formação em Pedagogia, recebeu do então presidente do TJMS, Desembargador Milton Malulei, o pedido para desenvolver o projeto de criação da Creche do Tribunal, sonho de muitas mães servidoras.

“Só tínhamos a creche do Parque dos Poderes e poder coordenar a implantação da creche do Tribunal era um anseio que abracei junto com a minha equipe para proporcionar o que havia de melhor. Busquei ideias em Curitiba e da creche do Parque dos Poderes trouxemos algumas profissionais com experiência. Com muito cuidado a todos os detalhes, montamos uma estrutura física e pedagógica para que cada criança pudesse ter o melhor atendimento, além de boas atividades, estar bem alimentada, fora os cuidados com a saúde”.

Depois de tirar do papel a creche, foi diretora dela por cinco anos. Dos três filhos, apenas seu caçula pode desfrutar de todo carinho projetado pela mãe que se considerava uma mãezona de todas as outras crianças, sendo muito exigente com sua equipe nos cuida-



dos com os pequenos. “A gente lançou a sementinha e depois de mim muitos que vieram deram continuidade ao trabalho”.

Apesar do orgulho e do carinho de fazer parte da implantação e dos primeiros anos da creche, foi a partir do convite para integrar o setor de RH do Fórum de Campo Grande que ela iniciou a sua trajetória que mais lhe marcou no Judiciário.

Quando o então juiz Sideni Soncini Pimentel, atual Desembargador do TJMS, assumiu a direção do Foro da Capital, ele fez o convite para que Fátima assumisse a administração geral do Fórum. Na época ela já estava lotada no setor de RH do Fórum e desfrutava de férias no Guarujá. Embora tenha tentado recusar o convite, por insistência do Magistrado aceitou a missão, mas com uma condição: fazer um projeto de reformulação e organização de toda a estrutura existente.

E foi um tempo de demandas intensas. Então ela chegava ao Fórum às 7 horas e muitas vezes saía às 22, 23 horas. Conseguiu valorizar muitas pessoas, criando cargos de chefia para servidores eficientes que nunca tiveram tal oportunidade, além de organizar bastante o funcionamento de tudo. O desafio era grande e chegou a cogitar que não daria conta por não ter formação na área de Direito, mas rodeada de pessoas bem-intencionadas, que vestiam a camisa, ela conseguiu desenvolver um bom trabalho.

O intuito era permanecer por uma gestão, só que a cada novo Juiz Diretor que assumia, a tentativa de entregar o cargo era contraposta por um novo pedido para permanecer na função. E assim atuou à frente da administração geral do Fórum por uma década.

Durante sua gestão, para implementar ideias, ela conta que usou muito da criatividade. Também buscou sempre lutar pelos servidores. Das diversas ações desenvolvidas ao longo dos anos, recorda das campanhas do agasalho, que geravam uma grande mobilização e, todos os anos, somavam doações vultosas para os mais necessitados.



Outro legado seu foi criar a tradicional Festa Junina do Fórum. Apesar de já haver uma comemoração, Fátima buscou com a ajuda de diversos colaboradores e parceiros iniciar a tradição de fechar a Rua da Paz e montar toda uma estrutura com barracas e shows musicais, tornando-se atração não apenas para o Poder Judiciário, mas de toda a população campo-grandense.

Apaixonada pelo Fórum, Fátima se define como uma filha desgarrada do Tribunal de Justiça, pois apesar de ser o lugar onde começou sua trajetória, os anos que permaneceu na creche viveu mergulhada no prédio anexo, quase não ia à sede. Período em que somava à jornada noturna nos juizados, que funcionavam num prédio na Avenida Calógeras. E é claro, seus anos no prédio do Fórum de Campo Grande, até se despedir ministrando palestras lotada na Escola Judicial.

Da sala escondida do setor de taquigrafia, Fátima bateu asas e circulou a serviço do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, cheia de boas ideias e recordações, de amizades de longa data e de dificuldades vencidas. Se aposentou em 2012, um ano marcante para ela não apenas por deixar o Tribunal, mas foi também o ano da morte de sua mãe e o nascimento do seu primeiro neto.

Hoje cuidando do quinto netinho recém-nascido, Fátima pode enfim “brincar de casinha”, conta ela, pois agora tem o tempo que lhe faltava para cuidar de sua casa e se dedicar à família.





ERVONER SANTOS

AMADO DEBONE



**MUITA DEDICAÇÃO AO TRABALHO
E AO PRÓXIMO MARCAM ESTA
HISTÓRIA**

O Fórum de Coxim funcionava no prédio emprestado da Câmara Municipal em 1988 quando Ervoner Santos Amado Debone começou a trabalhar no cartório da 2ª Vara Cível e Criminal. Em poucos meses seu talento como datilógrafa foi descoberto e ela passou a auxiliar nas audiências da vara.

“O Dr. Tenir Miranda, que era o juiz na época, me chamou para fazer as audiências com ele. Eu lembro que ficava muito nervosa, com medo de errar enquanto digitava, mas era impossível não errar. Então, depois da audiência ainda tinha que consertar o termo, colocando a folha de novo na máquina, ajustando certinho para bater em cima da palavra errada”, relembra o início de sua trajetória.

A servidora permaneceu nessa função até o ano de 1995, quando foi chamada para auxiliar no cartório adjunto do Juizado Especial. “Essa época foi a que eu me encontrei. Foi o período em que mais amava o que eu fazia! Atender as pessoas mais carentes, que chegavam ali desprovidas de conhecimento jurídico e nós precisávamos ajudá-las a obter seus direitos. Era muito gratificante. Até hoje encontro pessoas na rua que me lembram de coisas que eu fiz por elas no juizado que eu mesma nem lembrava mais”.

Ervoner conta de uma senhora muito simples que buscou o juizado para realizar a cobrança de uma nota promissória. Na sua ingenuidade, a senhora preencheu uma parte da promissória de maneira indevida, o que foi levantado como questão no processo, que podia gerar consequências criminais contra a própria. “Eu chamei a senhora para conversar porque percebi que ela era totalmente leiga, que não tinha feito por maldade. Então expliquei tudo, disse para procurar a Defensoria Pública e no final tudo se resolveu da melhor forma. Esses dias ela me viu na rua e veio agradecer de novo”.



Foram então 10 anos de muita satisfação e bastante trabalho no Juizado Especial, pois Ervoner era a servidora responsável pelo bom andamento do cartório e também atuava como conciliadora. Só que tamanha dedicação foi sentida pelo corpo e a servidora começou a ter fortes dores nas mãos. Ela buscou atendimento médico e veio o diagnóstico de LER (Lesão por Esforço Repetitivo).

“Eu fui realocada na Secretaria do Fórum e passei a trabalhar como telefonista e motorista. Como motorista, dirigia uma Kombi levando a Doêmia (Ceni), que na época era assistente social aqui em Coxim, para fazer os atendimentos, ir nas residências das partes. Inclusive, por meio da Doêmia que eu conheci o GAAM (Grupo de Apoio à Adoção Manjedoura)”.

No Grupo, Ervoner se encontrou novamente. Encorajada pela colega de trabalho, ela começou a frequentar o GAAM como simpatizante da causa e agora já são 15 anos fazendo parte. “Em setembro do ano passado, eu assumi como presidente”.

No entanto, como motorista a servidora ficou apenas alguns meses, pois foi instituído o Posto de Atendimento ao Cidadão (PAC) em Coxim e ela foi chamada para trabalhar no novo setor.

“Infelizmente trabalhei só mais alguns anos porque acabei sendo aposentada por invalidez em 2008, depois de 20 anos de serviço e com 42 anos de idade. Hoje sou dona de casa e sigo com o meu trabalho voluntário no GAAM. Vim de uma família de nove filhos, onde sou a primogênita. Aqui casei, constituí minha família, tive meus dois filhos que já estão formados e encaminhados na vida. Sou feliz com a vida que construí”.





GLAUCE JANE PARRA BATISTA



O TRABALHO NO JUDICIÁRIO FOI
A OPORTUNIDADE PERFEITA PARA
EXERCER SUA VOCAÇÃO

Desde adolescente, Glauce Jane Parra Batista tinha consciência de que sua vocação era servir. Foi pensando nisso que optou pela faculdade de Administração Pública e com essa formação ingressou no Poder Judiciário, em 1983. Nele seguiu carreira em áreas técnicas como Secretaria de Finanças, Administração, assumindo ainda funções de chefia em setores diversos como compras e licitação, sempre focada no seu propósito de coletividade.

Servidora diligente, mãe de um casal de gêmeos e de um menino caçula, ela teve muita ajuda da família e de funcionários no cuidado e na criação dos filhos enquanto se dedicava ao trabalho. E foram muitas vezes em que precisou estar distante das crianças para cumprir missões pelo Tribunal.

Seu filho caçula ainda era um bebê de pouco mais de 1 ano de idade quando o Desembargador Nildo de Carvalho assumiu a Presidência do TJMS. Os tempos eram conturbados, a situação financeira da Corte era muito difícil e o novo Presidente deixou aberto para que quem tivesse sugestões, que as apresentassem em seu gabinete.

Glauce trabalhava nessa época na Assessoria Jurídica da Presidência. No setor só havia um computador muito disputado. Ela recorda que pegou uma lapiseira que carregava consigo e começou a traçar um plano, escrevendo no verso de folhas já utilizadas.

Fazendo uso de todo conhecimento adquirido na Universidade Federal, foi rascunhando seu projeto e circulando pelas áreas do TJ, mapeando a estrutura existente. Alguns meses depois apresentou o relatório ao Presidente sugerindo uma série de mudanças para enxugar a máquina, evitar o retrabalho, entre tantas mudanças que foram muito bem aceitas pela gestão.



Com o sucesso da empreitada, ela assumiu a diretoria da Secretaria de Administração e entregou outro relatório no final da gestão do Desembargador Nildo, agora voltado para os Juizados. O próximo Presidente, Desembargador Rêmolio Letteriello, a manteve no cargo e ela abraçou um novo projeto: a informatização de cerca de 18 comarcas em apenas 1 ano.

Foram tempos em que Glauce e sua equipe foram muito exigidas. Dias incontáveis de trabalho até de madrugada e fins de semana. A Secretaria de Administração abraçava áreas que hoje estão subdivididas em outras secretarias. Então era de sua responsabilidade e de execução de sua equipe as obras físicas, a instalação e compra de equipamentos, entre muitas demandas para concretizar a missão dada pelo Presidente.

Mas o trabalho mais importante para ela surge na gestão seguinte, do Desembargador José Augusto de Souza. Talvez não tenha sido a atribuição mais impactante para a instituição, pondera Glauce, mas foi a mais importante para ela, pessoalmente.

Nesse período em que surge também a incumbência de criar do zero a Assessoria de Planejamento, Glauce se emociona ao recordar de sua participação na criação da Justiça Itinerante e Comunitária, projeto que foi até as comunidades periféricas da Capital, identificando problemas com o intuito de auxiliar aqueles que não tinham acesso à justiça formal. Tudo isso veio ao encontro direto de sua vocação profissional, servir ao público, e foi muito gratificante para ela participar desse processo.

Até sua aposentadoria em 2015, aos 32 anos de prestação de serviços ao Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, Glauce deixou sua marca em outras diversas ações. E assim pode enfim dedicar-se exclusivamente à sua família, plano de vida que tem abraçado com muita alegria.





**JUCEMARA
LOPES VERA**



**DO ENTUSIASMO PELO JUDICIÁRIO
À PAIXÃO PELA NATUREZA**

Natural de Aquidauana, Jucemara Lopes Vera ingressou jovem, aos 20 anos de idade, como auxiliar judiciário da comarca de seu município, no ano de 1985. Ao longo de sua trajetória, foi promovida a escritã substituta da Vara Criminal, até chegar ao cargo de escritã judicial, assumindo o cartório da 1ª Vara Cível.

O desejo de trabalhar no Judiciário surgiu quando, ainda mais jovem, trabalhou no cartório extrajudicial do município. Ela ficava encantada com a equipe do Tribunal de Justiça que fazia as correições de tempos em tempos e sonhava em um dia ingressar como servidora também.

Do início no Judiciário, ela recorda dos tempos das máquinas de escrever de teclas duras e dos dias quentes em Aquidauana que eram refrescados apenas por ventiladores. Época que exigia muita concentração na hora de datilografar os mandados de citação com a folha de papel carbono em três ou quatro vias. “Não podíamos errar, senão tínhamos que começar tudo de novo”. A chegada das máquinas elétricas, sem dúvida, foi um grande avanço, do mesmo modo que a instalação do ar condicionado.

O primeiro computador apareceu no período em que o juiz Jonas Hass, hoje desembargador, atuava na comarca. E a chegada do processo digital, mais tarde, foi outra mudança gravada na memória da servidora porque sua mesa, sempre abarrotada de pilhas de processos, se esvaziou, o que até causou certa estranheza.

Memórias que são para ela boas recordações, de tempos quando não havia tantas comodidades e tecnologias, mas quando todos se ajudavam. Trabalhar sempre foi um prazer e nunca lhe faltaram incentivos para continuar aprendendo e estudando.



E assim, no transcorrer do ofício, ela foi se apaixonando tanto pelo Direito que, aos 40 anos de idade, decidiu realizar outro sonho: cursar a faculdade. Esperou a oportunidade certa (após formar os dois filhos), para então encarar a jornada que lhe exigia conciliar o trabalho durante o dia no Fórum de Aquidauana, com as idas à noite para a Capital, no ônibus dos universitários.

Ela se formou em Direito pela UCDB, concretizando tanto uma satisfação pessoal, como também um aperfeiçoamento em sua carreira. A partir de então, diplomada na área, ela podia falar com mais propriedade das demandas que o cargo lhe exigia.

Em 2016, com 31 anos de Judiciário, decidiu se aposentar. Mas, não ficou muito tempo fora do Fórum: logo em seguida, retornou como advogada. Agora, nas audiências, ela não era mais a colega de longa data, era a “doutora”.

Exerceu a advocacia numa toada mais leve, aliando também sua paixão por aventuras na natureza, percorrendo trilhas de bicicleta ou a pé, sendo que as últimas já contam com a companhia de seu neto, de 14 anos, que adora participar dos percursos com a “vó aventureira”.

Enquanto servidora pública, Jucemara faz questão de frisar o grande sentimento de amor e gratidão pela vida confortável que conquistou graças à oportunidade de trabalhar no Tribunal de Justiça, o que sempre a deixou e a deixa muito feliz.

E como a vida é feita de etapas, com muito amor e dedicação, ela passou o bastão de seu cargo no Judiciário com o sentimento de dever cumprido. Os tempos de muitas responsabilidades todos os dias, hoje foram substituídos por uma vida mais light, um olhar mais atento para si mesma, vivendo plenamente seu momento “livre, leve e solta” pelas trilhas no Pantanal, em Bonito e em outros cantos, sempre em busca de contato com a natureza.





MARIA NEUMA DE OLIVEIRA E MELO



**QUE ORGULHO PODER OSTENTAR
O CRACHÁ DO JUDICIÁRIO!**

Quando regressou a Coxim, depois de um tempo vivendo na Paraíba, terra natal de seu esposo, Maria Neuma de Oliveira e Melo precisou recomeçar na carreira pública. Para acompanhar o marido, ela havia pedido demissão do emprego público anterior e almejava retornar à função, mas dessa vez realizando um anseio seu, que era de ser servidora do Poder Judiciário.

Com formação em contabilidade, desconhecia a área do Direito, embora sempre que passasse pela frente do prédio do Fórum imaginava como seria bom trabalhar lá. Seu contato dentro do prédio em si se resumia a duas ocasiões em que foi chamada para atuar como jurada. Mas, quando ficou sabendo da notícia de um concurso público, ela encarou o desafio junto com a filha e conseguiu ser aprovada para o cargo de escrevente, ingressando na comarca em 2008. A partir daí, circular pela cidade com o crachá sempre foi um prazer para ela. Era motivo de orgulho dizer que era funcionária do Poder Judiciário.

Começou atuando na 2ª Vara Mista e, quando houve a criação da 1ª Vara Criminal, ela foi designada para atuar lá. Foi um tempo de muita novidade e apreensão. Se começar a trabalhar na área do Direito já havia sido algo que lhe exigiu muito aprendizado, atuar com processo-crime foi um novo avanço no desconhecido. De tão preocupada, chegava a sonhar que havia esquecido de expedir algum documento urgente para réu preso, recorda.

Além da preocupação em executar o trabalho de forma correta, Maria Neuma também precisou se adaptar a lidar com um universo social totalmente diferente do seu, com histórias impactantes de homicídios, estupro e outras situações.

“Para mim, eram histórias que só aconteciam em filmes e novelas e, de repente, faziam parte do meu dia a dia e eu precisava ler

aqueles processos. Às vezes não conseguia nem me concentrar, de tão impactantes que eram os casos, mas com o tempo fui me acostumando. Por outro lado, ter contato com aqueles fatos me mostrava como existiam pessoas com vidas tortas e aquilo servia também para eu perceber como a minha vida era maravilhosa”.

Na véspera de completar 13 anos de Judiciário, ela pediu a aposentadoria em julho de 2021, com mais de 31 anos de contribuição. As evoluções constantes, sobretudo de informática, que nunca foi seu forte, a motivaram na decisão de sair de cena para dar lugar aos mais novos.

Viúva há três anos de um marido muito aventureiro que sonhava montar um motor home para que os dois pudessem viajar pelo mundo, agora ela pretende dar seguimento a outro sonho que o casal alimentava quando se aposentassem: de se mudarem para João Pessoa, capital da Paraíba, cidade que é a verdadeira paixão da família.

Enquanto a mudança definitiva não chega, Maria Neuma conta que pelo menos visitar a cidade dos sonhos com filhos e netos vai acontecendo.



ERILDO ALMEIDA AZEVEDO



AQUI ESTÁ UM MODELO DE
TRABALHO E LUTA EM FAVOR DOS
COLEGAS

O ano era 1985 quando Erildo Almeida Azevedo tomou posse no cargo de agente de segurança do TJMS. O Tribunal ainda funcionava no Edifício Cosmos, localizado na Rua Cândido Mariano. Como o prédio era particular, dividia espaço com outras empresas e já possuía infraestrutura de portaria e segurança. Então o servidor de apenas 25 anos foi posto para trabalhar no protocolo, mais especificamente na reprografia. Alguns meses depois, ele já viria a ser chefe de setor, anunciando a brilhante carreira que teria no Poder Judiciário.

“Meu superior na época me chamou para conversar na sala dele. Quando cheguei, ele já disse que um colega nosso tinha passado no concurso para escrivão, que ainda tinha naquele tempo, e que esse colega em questão era o chefe do setor de transportes, portaria e segurança. Então ele falou que precisavam de alguém para assumir a chefia no lugar e que indicaria o meu nome”, narra Erildo ainda com surpresa na voz, mesmo depois de tantos anos.

O servidor chegou a cogitar não aceitar o convite por achar que era muito novo no quadro de funcionários e que tinham pessoas mais capacitadas para assumir o cargo. Porém, com o incentivo dos colegas que prometeram auxiliá-lo no que fosse preciso, ele disse “sim” ao oportuno desafio.

Chefe de setor, mas com o Tribunal ainda sediado no Edifício Cosmos, Erildo precisava preocupar-se unicamente com os transportes. Ele conta que tinha que administrar os carros oficiais dos 10 Desembargadores da época, além dos outros veículos que tinham atribuições próprias de outros setores, tudo isso com um número limitado de motoristas. “Foi difícil, mas fiz amizade com todos eles, Desembargadores e motoristas”.



Quando chegou o ano de 1987, o TJMS alugou o Edifício Rossi, um prédio que seria de uso exclusivo para sediá-lo, e precisou-se ativar os setores de portaria e segurança. “Então os servidores que eram desses concursos tiveram que ir para os seus postos de origem mesmo. Só que nisso, um outro colega que era técnico acabou assumindo o setor de segurança e eu, que era agente de segurança, assumi o setor de transportes. Mas logo perceberam e nós trocamos”, explica.

No ano seguinte foi inaugurado o prédio em que o TJMS funciona até hoje, mas o servidor permaneceu como responsável pelo setor de segurança, o qual já havia deixado de ser subordinado ao Gabinete da Presidência e passou a ser controlado pela recém-criada Assessoria Militar. “Aquela época era cheia de protocolos para entrar nos plenários, inclusive as partes. Os homens tinham que estar de terno e as mulheres de vestido. Aos poucos que foi flexibilizando”.

Ele conta ainda que, certa vez, uma comissão de combate ao narcotráfico deslocou-se de Brasília até Campo Grande, pois a cidade foi eleita para sediá-la, tendo em vista a proximidade com a fronteira. No dia em que a comitiva chegaria, o então Presidente do TJMS, Desembargador Milton Malulei, não conseguiria estar presente e também não havia conseguido conversar com o Coronel da PM responsável pela Assessoria Militar. Ele então pediu a Erildo que o representasse e recebesse toda a comitiva em seu nome e do Tribunal.

“Eu sempre gostei do meu trabalho, dos meus colegas. Fiquei na Segurança até 1997, quando passei a trabalhar no malote. Fiz muitas amizades, fui muito reconhecido pelo serviço, mas, por outro lado, sempre fui muito rebelde. Estava em todas as manifestações para reajustes salariais, greves, tudo para tentar valorizar a categoria, melhorar nossas condições, mesmo pondo em risco o cargo que eu tinha”, compartilha Erildo.

Justamente por esse receio, quando abriram as inscrições para a segunda edição do certame “Servidor Modelo”, já em 1997, Erildo não quis nem se candidatar, acreditando que não tinha chances de rece-



ber a honraria. Foram seus colegas de trabalho que o inscreveram por confiarem na aprovação do serviço prestado pelo colega. E de fato o reconhecimento veio. “Fui escolhido e nem acreditei. Tenho elogio e honraria dada pelo Pleno. Foi algo muito significativo para mim”.

Até 2019, ano em que Erildo aposentou-se com 60 anos, o servidor prestou seus serviços no malote. “Hoje é um setor pequeno, mas antes tinha muito serviço. Todo processo que ia de uma comarca para outra, todo ofício, carta precatória, correspondência mandava primeiro para o malote e depois era encaminhado para o destino. Tinha uma equipe que trabalhava de manhã abrindo os malotes e fazendo a triagem, enquanto outra, à tarde, fazia a postagem. Eram três ou quatro carros dos Correios lotados de correspondências todos os dias. Mas quando me aposentei, já eram só três ou quatro carros na semana”.

Atualmente Erildo leva uma vida tranquila, cheia de gratidão e de planos para viajar.



SÍLVIA MARIA DO AMARAL



O FÓRUM FOI O PRESENTE DE DEUS
PRA MIM

Nem sempre a vida é gentil. Algumas vezes ela coloca situações que exigem muita coragem e determinação para prosseguir. Ao juntar forças para continuar, muitos se endurecem, até mesmo amargam. Existe, porém, um tipo de pessoa que consegue, mesmo diante de tão duras penas, manter a doçura e o entusiasmo com a vida. Sílvia Maria do Amaral, com certeza, é uma dessas.

De família humilde, Sílvia nasceu em 1957 e foi diagnosticada com glaucoma ainda criança, e sentiu, pouco a pouco, sua visão escurecer até se perder totalmente. Quando ela tinha 8 anos, o pai faleceu. Então Sílvia e o irmão mais novo ficaram aos cuidados exclusivos da mãe, que trabalhava como merendeira em um colégio público de Campo Grande.

“Meu irmão já estudava, mas eu não, por conta do meu problema de visão. Mesmo assim, a minha mãe me levava na escola para ficar com ela. Teve uma professora que viu minha condição e resolveu me ajudar. Ela escrevia em um papel bem forte em letra de forma e eu passava depois por cima com o lápis. Foi assim que eu comecei a estudar e peguei gosto. Depois, sempre queria continuar aprendendo e até tinha bastante facilidade”, compartilha Sílvia.

Um dia ela estava com sua mãe no Mercadão Municipal, quando o diretor do Instituto Sul-Mato-Grossense para Cegos (Ismac) convidou Sílvia para frequentar a escola. Na instituição, ela teve o primeiro contato com o braille e rapidamente dominou o sistema de escrita, conseguindo terminar sua alfabetização. “Fui então estudar no colégio Joaquim Murtinho e fiquei lá até o que seria hoje o 5º ano. Eu me socializava super bem com os outros alunos, era bastante brincalhona, arteira. Claro que, às vezes, aconteciam algumas situações chatas, mas eu não dava importância e logo passavam”.



Vendo a facilidade da jovem em aprender, uma tia sugeriu que a sobrinha fosse continuar seus estudos no Rio de Janeiro, no Instituto Benjamin Constant para cegos. A mãe levou-a para conhecer o local, onde Sílvia fez uma entrevista com a psicóloga responsável que atestou sua capacidade tanto escolar, quanto de virar-se sozinha, aprovando sua matrícula. “Foi muito difícil porque eu nunca tinha saído de perto da minha mãe e estava em uma cidade bem maior e em um colégio enorme. Foi uma batalha, mas logo me acostumei e gostei de estar lá. Passei o ano no instituto, mas quando vim para as férias, não quis voltar. Queria ficar perto da minha família”.

Sílvia então foi estudar no colégio Oswaldo Cruz. Nessa época, com apenas 19 anos, foi diagnosticada com um problema renal severo. “Mais uma batalha. Eu tive que ir para São Paulo tratar, mas era tudo pela saúde pública. Acabei tendo que operar e retirar um rim”.

Todos os percalços, porém, não impediram Sílvia de viver livremente. Ela continuou os estudos, apaixonou-se, casou-se e teve seu primeiro filho, Paulo. Durante o magistério, levava-o junto na escola, assim como sua mãe fizera com ela. “Quando o Paulo já tinha 9 anos, eu engravidei de novo, mas próximo do final da gestação, eu tive pré-eclâmpsia e acabei perdendo minha filha. Foi uma época muito difícil. O médico disse que eu provavelmente não poderia engravidar de novo. Só que não demorou muito e fiquei grávida do Pedro Henrique. Foi outra gestação complicada. Ele nasceu prematuro, mas graças a Deus perfeito, com saúde”.

Com a família constituída e os estudos completos, Sílvia viu crescer, cada vez mais, o desejo de trabalhar. “Aí me deu a vontade de prestar o concurso do Tribunal de Justiça. Uma amiga gravou uma fita cassete com o conteúdo de gramática, porque a minha maior dificuldade era saber como as palavras eram escritas, porque nunca tinha visto. Eu ouvia tudo e já guardava. Enfrentei as dificuldades para estudar e prestei o concurso de 1996. Só em 1998 me chamaram, mas pensa na alegria. Foi a realização de um grande sonho. Trabalhar e, ainda por cima, em um lugar tão importante como esse”.



Sílvia foi lotada na copa do Juizado Especial que funcionava na Avenida Calógeras e ficou responsável por fazer o café para todos no prédio. Ela conta que sentiu um “desesperozinho”, mas com a ajuda dos colegas de trabalho logo dominou o serviço. “A chefe acreditou em mim e fiz amizade com todo mundo, em um nível família. Eles fizeram um coador adaptado que encaixava certinho no bule, o que facilitou bastante. Foi uma parte maravilhosa da minha vida. Me sentia útil, que realmente trabalhava. E foi o que me ajudou no fim do meu casamento, que foi durante esse período”.

Já em 2002, o Fórum de Campo Grande mudou-se para o prédio onde está sediado até hoje e Sílvia foi transferida para trabalhar no setor de telefonia. Ela e mais duas colegas receberam uma lista dos ramais em braile e ficaram responsáveis por atenderem as ligações, que eram concentradas em uma central, e repassá-las para os devidos setores. Sílvia ainda diz que, com o tempo, vários dos números já estavam gravados em sua cabeça.

“Foi nessa época que vivi a maior tristeza da minha vida. Meu filho estava de carona com um amigo de moto. Eu tinha pedido para ele vender sua moto, porque tinha muito medo de que acontecesse alguma coisa e ele vendeu. Mas naquele dia pegou carona com um amigo e eles sofreram um acidente. O Paulo morreu no acidente”.

Sílvia conta que o apoio dos colegas de trabalho foi essencial para passar pelo período. Ainda segundo ela, uma das principais ajudas foi a mudança para trabalhar na Direção-Geral, como secretária do diretor Paulo César de Freitas, assim que o setor de telefonia foi extinto. Embora assustada de início por trabalhar diretamente com o diretor do Fórum, ela afirma ter sido uma fase maravilhosa, onde conheceu muita gente, fez várias amizades e sentiu-se extremamente valorizada como servidora.

“Foram seis anos incríveis na Direção-Geral. Eu só me aposentei porque meu problema renal foi se agravando. Meu único rim foi perdendo a capacidade de filtrar e tive que colocar uma fistula. Hoje faço



hemodiálise três vezes na semana. Mas antes de começar esse tratamento, já me aposentei em 2020”.

Há um ano e meio em hemodiálise, Sílvia mantém-se uma pessoa contente com a vida, disposta a encarar as adversidades da vida e cheia de gratidão no coração.

“Não sei nem explicar o tanto que esse trabalho foi importante pra mim. Graças a ele, mesmo com os problemas que eu tive de separação, morte do meu filho, saúde, consegui seguir em frente. Se eu pudesse, eu voltava a trabalhar, mas sei que a gente tem que dar lugar para outras pessoas que vêm. Eu fui muito valorizada, consegui ótimos amigos e o Fórum foi o presente de Deus pra mim na parte profissional. Hoje eu peço a Ele que eu consiga um transplante de rim e sei que vou conseguir a tempo”.





JAILMA DE SOUZA MATOS



O SUCESSO DOS ESTAGIÁRIOS DO
TJ É TAMBÉM SUA VITÓRIA PESSOAL

Ah, o estágio! Aquela oportunidade ímpar de praticar e vivenciar o conteúdo acadêmico e garantir melhores chances no mercado de trabalho. E o ‘Minha História’ de hoje tem tudo a ver com essa fase de aprendizado. “Eu cheguei no Tribunal de Justiça no dia 4 de abril de 2012, por meio do Centro de Integração Empresa-Escola. Fui convocada para assumir o atendimento personalizado no Posto de Atendimento do CIEE dentro da Gestão de Pessoas para atender exclusivamente o órgão”, apresenta-se assim Jailma de Souza Matos.

Foi um desafio e tanto! “Me assustei porque não sabia fechar a folha de pagamento e controlar, na época, a documentação de 530 estagiários. Tinha receio de errar, mas a fiscal Joelma Alves Oliveira me tranquilizou”, conta ela, agradecida pela ajuda especial.

Ainda sobre quando chegou ao Tribunal, Jailma estava no 7º semestre do curso de Administração na faculdade Estácio de Sá. Portanto, ela também era uma estagiária. Um pouco mais tarde, com gosto pelas atividades de rotina e pelo atendimento dos processos seletivos de todos os estagiários, ela fez pós-graduação em Gestão de Pessoas na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

Jailma é casada, mas ainda não tem filhos. Quer dizer, não de sangue, mas de apego. São carinhosamente considerados por ela os quase 4 mil estagiários que passaram pelo TJ nos 10 anos em que ela serviu o órgão. “Todos ficaram marcados no meu coração”, declara.

Até porque o relacionamento com esses jovens aprendizes chegava a extrapolar os portões da sede da instituição. “Eu já fui convidada para chá de bebê, baile de formatura. Uma vez eu estava fechando a folha, veio uma estagiária e me deu um pedaço de bolo. A gente fica muito grata pela lembrança. Ainda mais na correria do dia a dia”.



Tem ainda a história do estagiário Alex, portador de deficiência visual que fazia uso de uma lupa para a leitura dos documentos e outras informações essenciais para o seu trabalho, também na Gestão de Pessoas. “Sua força de vontade motivava qualquer um. Fui na colação de grau dele. Hoje ele aguarda convocação, já que passou em dois processos seletivos: do TJ e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul (Crea-MS)”, celebra a colega de trabalho e amiga.

Difícil até para quem escreve encontrar palavras para mensurar todo o aprendizado que Jailma acumulou. Foram muitas convocações e emoções. “Teve um processo seletivo do Tribunal para servidor, acho que em 2015, que olhando a classificação final eu observei que mais de 100 aprovados eram estagiários que eu havia convocado”.

E como sempre é possível mais um comentário digno de nota: “estando no posto de atendimento do CIEE dentro da Secretaria de Gestão de Pessoas do TJMS, me senti parte, aprendi muito com todos os servidores. Vou levar um pouco de cada um comigo, em especial da servidora Joelma Alves Oliveira. E muita gratidão à servidora Ivani Corrêa Andrade”.

Mesmo tendo se despedido do TJMS, Jailma segue fazendo as coisas que gosta, como estar com a família, caminhar e assistir séries. E claro, estudando diligentemente para passar em um bom concurso público. Quem sabe assim, muito em breve, ela esteja de volta ao Poder Judiciário?



ROSA CELINA DOS SANTOS OCAMPOS



ROSA CELINA PRECISOU,
LITERALMENTE, MUDAR O JUDICIÁRIO
DE COXIM

Dos seus 23 aos 52 anos de idade, Rosa Celina dos Santos Ocampos fez a vida no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. A jovem paranaense deixou a casa dos pais em Arapongas no ano de 1986 para começar uma vida nova nas terras de Mato Grosso do Sul, mais precisamente na cidade de Coxim, local onde tinha um irmão. Hoje casada e mãe de um rapaz de 24 anos, ela recorda com gratidão toda sua trajetória de vida.

“Eu vim apenas com uma mala de roupa e minha máquina de escrever. No começo foi muito difícil. Não existiam as facilidades que têm hoje em dia para se comunicar. Para conseguir conversar com minha mãe só havia um posto telefônico, que você tinha que marcar horário para falar. Aí você podia fazer uma ligação de 15, 20 minutos, e toda vez que eu ia conversar com minha família, eu só chorava de saudades”, divide Rosa.

A jovem foi persistente no sonho de construir sua própria vida. Assim, em 1987 fez o concurso do TJMS e foi aprovada para assumir o cargo de Auxiliar Judiciário na 1ª Vara Cível e Criminal em janeiro do ano seguinte. Na época, o Fórum de Coxim funcionava no prédio que pertencia à Câmara Municipal, junto com a Promotoria e a Defensoria. “Eram só dois cartórios naquele tempo e tirando os escrivães que eram homens, todos os outros servidores eram mulheres. No meu cartório só tinham pessoas que não eram de Coxim”, lembra.

E foram essas mulheres que tiveram de fazer a mudança, quando a comarca ganhou seu prédio próprio. “Eles eram na mesma quadra. Um em uma esquina, o outro na outra. Cada funcionário levou



seus pertences e seus processos nos braços para o prédio novo. As mesas maiores carregamos em dois e ainda tivemos que subir as escadas com elas, porque no começo ficamos instalados no segundo andar. O Judiciário naquele tempo não tinha toda a estrutura e pessoal que tem hoje”.

Ao longo de seu tempo de serviço, Rosa trabalhou em praticamente todo o Fórum de Coxim. Ela auxiliou na distribuição de processos e, posteriormente, no juizado especial assim que foi instalado pelo então Juiz Luiz Gonzaga Mendes Marques. Nessa mesma época, Rosa casou-se e teve um filho dois anos depois, quando já trabalhava na 2ª Vara Cível e Criminal.

“Depois disso, eu ainda substituí na Secretaria do Fórum e também na Contadoria, antes de voltar para o juizado. Mas passado um tempo, eu tive Síndrome do Túnel do Carpo e precisei operar. Quando fiz a cirurgia em um dos braços ainda continuei no cartório, mas depois de operar o outro braço, o médico disse que eu precisava mudar de serviço, não podia mais digitar tanto”.

Rosa foi readaptada e passou a prestar seus serviços novamente na Secretaria do Fórum, local onde trabalhou por mais quatro anos, aposentando-se no ano de 2018.

“De todo o tempo que eu trabalhei, uma das experiências mais marcantes foi quando o Desembargador Luiz Gonzaga, quando ainda era Juiz, me escalou para trabalhar no júri de um crime horrível em Coxim, que aconteceu em uma festa de fim de ano. Um homem bebeu muito e atacou com um facão várias mulheres, uma nas costas, e de outra cortou as duas mãos. Aí durante a sessão, o doutor falou para eu dar água na boca dessa mulher que perdeu as mãos. Foi algo muito forte para mim”.

Muitas outras memórias felizes da época de trabalho, no entanto, se sobrepõem a essa. Rosa conta dos laços fortes de amizade que se formaram entre os colegas mais antigos de trabalho, com quem



mantém o vínculo e a convivência até hoje. “Sempre considerei meus colegas de serviço como minha família, afinal passava mais tempo no Fórum do que em casa. Além disso fazíamos várias festas na época do Dr. Clóvis Borborema Santana, na casa dele mesmo. Foi uma época tão boa que temos um grupo até hoje que nos falamos direto”.

Já há quatro anos aposentada, Rosa conta que resolveu desacelerar o ritmo que manteve durante toda a vida, pois além de ser servidora, ela sempre desenvolveu outras atividades concomitantemente, como costurar roupas e fazer comidas para vender.

“Eu aposentei para curtir minha aposentadoria. Quero viver sossegada e aproveitar para fazer coisas que não conseguia fazer quando trabalhava, como preparar o almoço para minha família. Já há alguns anos meus outros dois irmãos vieram do Paraná para Coxim também. Então a família está toda aqui. Além disso, faço meus cursos de artesanato, vou à igreja, enfim, estou aproveitando a vida!”.



ALCÍRIO GLAGAU VIEIRA



ALCÍRIO É PROVA DE QUE UM
TRABALHO BEM-FEITO GARANTE UM
FUTURO DESPREOCUPADO

“**C**omo eu vim parar no Tribunal de Justiça? O que eu posso dizer é que é uma longa história!”, começa Alcírio Glagau Vieira, que aos 23 anos de idade entrou para o quadro de colaboradores da Corte como motorista. De lá pra cá, já são 30 anos de serviços prestados e muitas amizades pelo caminho.

Alcírio conta que desde os 19 anos já trabalhava como motorista do táxi que pertencia a seu pai e conseguia uma boa renda com isso. Até que um primo bem próximo, que era contratado do TJMS e trabalhava como motorista do Desembargador Milton Malulei, avisou-o de uma nova vaga para a mesma função e insistiu para que se candidatasse. “Naquele tempo, os motoristas eram contratados pela CLT e não tinha concurso. Você só precisava fazer um teste psicotécnico no próprio Tribunal e uma prova prática no Detran. Eu fiz as duas e passei. Assumi a vaga em junho de 1992”.

Como já estava acostumado a dirigir pelas ruas da Capital, Alcírio destacou-se muito rápido na nova ocupação. Embora tenha começado nos serviços gerais, levando psicólogos e assistentes sociais para realizarem suas visitas, logo foi chamado pelo chefe do setor do Malote para ser o responsável por recolher e levar processos aos gabinetes dos Desembargadores.

“Nessa época, o Desembargador Oswaldo Rodrigues de Melo tomou posse como vice-presidente e um dia precisou de um motorista para levá-lo até uma solenidade em que representaria o presidente, o Desembargador Nelson Mendes. Eu atendi o Desembargador e ele gostou muito do meu serviço. Logo depois, ele já me solicitou para o chefe do Malote que, no começo, não queria me deixar ir, mas como o Desembargador Oswaldo insistiu, ele acabou aceitando”.

Naquele momento começou uma relação de respeito e amizade que dura até hoje. Alcírio continuou a trabalhar diretamente com o



Desembargador Oswaldo até que este se aposentou em 2015 e, vez ou outra, ainda presta algum serviço particular para o amigo e sua família.

Quando deram baixa na sua carteira de trabalho em 1998, Alcírio assumiu o cargo de agente de segurança de Desembargador e por 22 anos seguiu trabalhando com o Desembargador Oswaldo. Período em que o servidor conseguiu terminar os estudos básicos, formou-se técnico em contabilidade e aproveitou para aprender muito mais do que sua função exigia.

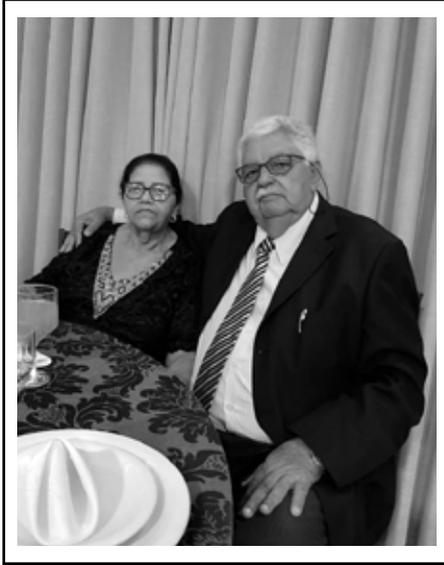
“No ano de 2000 construíram os gabinetes dos Desembargadores e cada um deles tinha uma sala de entrada onde ficava o oficial de gabinete na época. Era para eu ficar com os outros motoristas, mas o Desembargador fez questão que eu ficasse nessa sala da frente. Aí quando veio a informatização, os processos digitais, eu achei muito interessante aquilo tudo e comecei a aprender para ajudar. Fui ficando cada vez mais útil no gabinete, auxiliando no que podia e aprendi bastante de movimentação de processos, de andamento processual”.

Todavia não foi somente no gabinete que Alcírio destacou-se. Em 2002, ele e alguns amigos decidiram, durante uma partida de futebol em Bodoquena pelo Sindijus, candidatarem-se à diretoria do mesmo sindicato. A chapa criada foi a vencedora e ele posto como Diretor Social do Sindijus. “No biênio seguinte fui eleito presidente. O primeiro e único em cargo em comissão porque depois de mim criaram uma regra que comissionados não poderiam ser presidente do sindicato. Mas no próximo biênio eu concorri de novo, mas como tesoureiro, e fui eleito. Fiquei ao todo seis anos. Foi uma época muito boa e de bastante trabalho”.

Toda dedicação não somente no trabalho mas também com os colegas valeram a pena. Quando o Desembargador Oswaldo se aposentou, o servidor conseguiu uma vaga no gabinete do Desembargador Eduardo Machado Rocha, onde todo o conhecimento adquirido ao longo de tantos anos de prática jurídica foi valioso.



Há apenas dois anos para completar o tempo para aposentadoria, Alcírio tem planos de pegar seu carro e ir embora com a família para o litoral catarinense. “Nas minhas férias eu sempre vou com minha família pra lá. Eu, minha esposa, meus dois filhos e meu neto. Quando me aposentar, pretendo fazer essa viagem definitiva. Ir para ficar!”.



FLORIZA DE BRITO ARAÚJO

SEM DESPERDIÇAR AS
OPORTUNIDADES, FLORIZA TEVE UMA
CARREIRA DE LIDERANÇA

Nascida no extinto distrito de Bela Floresta, em São Paulo, Floriza de Brito Araújo mudou-se para Selvíria ainda adolescente com sua família. Ali conheceu seu marido e casou-se aos 19 anos. Como o esposo era de Cassilândia, eles foram iniciar a vida conjugal na cidade dele e logo o destino sorriu para Floriza, dando-lhe a oportunidade de uma carreira no Judiciário.

“Naquela época os cartórios de registro eram particulares e o oficial do cartório de registro civil do distrito de Indaiá do Sul, que pertencia a Cassilândia, havia recebido uma proposta para ir para Três Lagoas, então colocou o cartório dele à venda. Nós então compramos e eu comecei a trabalhar como oficial. Com pouca bagagem, pouco conhecimento, mas muita ajuda e boa vontade dos colegas”, conta Floriza.

Pouco tempo depois, houve a mudança na legislação e os cartórios passaram a ser delegados a particulares pelo poder público. Como já administrava, Floriza foi posta como oficial substituta até que o concurso fosse feito. Quando este foi realizado, ela foi aprovada, passando a ser sua titular novamente.

“Quem trabalha nesse tipo de cartório sabe que a gente recebe várias propostas indecentes. Lembro que certa vez uma pessoa de idade avançada chegou em mim e perguntou quanto eu cobraria pra registrar um óbito de pessoa viva e fazer um registro de nascimento da mesma pessoa, com outro nome. Achei estranho, um crime e um absurdo. Não aceitei e simplesmente não dei resposta. A pessoa acabou desistindo e não falou mais nada também”, narra ainda com indignação.

Com o passar dos anos o cartório foi se tornando deficitário e foi recolhido para a comarca de Cassilândia. Como não queria se mudar para o município, Floriza abandonou o cargo de oficial de cartório e



ficou à espera de um posto de trabalho que entendesse ser melhor para acompanhar o crescimento dos três filhos. Assim, quando foi criado o Juizado Especial em Chapadão do Sul, ela mudou-se com a família para ser a responsável pelo novo cartório.

“Pequenas causas e grandes problemas, como a gente dizia. Um dia a gente estava trabalhando no Juizado e chega um menino de 7 anos perguntando se era ali que gente pequena reclamava de gente grande. Por coincidência, o Promotor de Justiça estava lá e foi ouvir a criança. A mãe tinha batido nele e ele achou que deveria por bem procurar a justiça. Para ele, pequenas causas eram para os pequenos”.

Floriza conta que Chapadão do Sul, em 1994, ainda não tinha um fórum, então os juízes de Cassilândia iam uma vez por semana para fazerem as audiências. Entre todos, ela recorda com muito carinho de Jackson Aquino de Araújo. “Ele era muito atuante, muito brilhante e muito enérgico. Gostava bastante dele”.

Apenas em 2002 foi inaugurado o Fórum da comarca de Chapadão do Sul e servidores de Cassilândia e Costa Rica foram integrar o corpo de trabalho. Nesse novo prédio, Floriza atuou em vários setores, entre eles como responsável pelas causas eleitorais e servidora responsável pela secretaria da direção do fórum, até voltar para o Juizado Especial, onde se aposentou em 2004.

“Já faz 18 anos que estou aposentada. Meus filhos estão encaminhados e vivo hoje com meu marido em Chapadão do Sul. Tenho uma vida simples e uma vida de trabalho da qual me orgulho muito”.





MARIZETE PEREIRA DA SILVA



UMA VIDA DE TRABALHO RENDEU
A MARIZETE A REALIZAÇÃO DO SEU
MAIOR SONHO

Marizete Pereira da Silva era professora concursada do Estado no pequeno município de Eldorado e levava a exigente vida de quem trabalha com educação desde jovem. Em contrapartida, via sua irmã, concursada do Poder Judiciário em um cargo de ensino fundamental, recebendo um salário mais digno e com menos responsabilidades sociais. Diante disso, ela não pensou duas vezes. Prestou o concurso para escrevente e ingressou no TJMS aos 29 anos.

Era 1992 e Marizete mudou-se com o marido e os filhos para a comarca de Sete Quedas, onde trabalhou no Cartório Extrajudicial de Registro de Imóveis. Poucos anos depois, surgiu uma vaga no Fórum de Coxim e a servidora pediu transferência sem pestanejar, pois ficaria mais próxima dos pais que, naquela época, moravam em Cuiabá.

“Coxim foi uma época muito boa na minha vida. Fiz muitas amizades que mantenho até hoje. Naquele tempo, tínhamos um sindicato muito ativo que estava buscando meios para conseguir um espaço de lazer para os servidores. Trabalhávamos bastante organizando festas e eventos para arrecadar dinheiro. Era bem puxado. Íamos até tarde trabalhando, mas conseguimos comprar nossa chácara. Foi muito gratificante”, conta Marizete com nostalgia.

Ao todo foram 10 anos na cidade em que quase criou raízes. Contudo, por questões profissionais do seu esposo, Marizete precisou mudar-se para a Capital. Ela então pediu novamente transferência e foi trabalhar no Fórum de Campo Grande. A servidora, porém, ficou pouco tempo ali, pois logo foi chamada para trabalhar no Juizado Especial quando houve a centralização.

“Também foi uma época que me marcou bastante. Eu trabalhava no atendimento e via muitas pessoas chegando com vários problemas



que, às vezes, a gente não conseguia resolver com o aparato da justiça. Então, eu resolvia ajudar as pessoas fora do meu trabalho. Inclusive tem um menino que conheci naquela época que tem esquizofrenia e eu acompanho até hoje, ajudando sua mãe sempre que possível. Já cheguei a sair de madrugada para atendê-los, quando ele estava em crise”.

Mais 10 anos se passaram e em 2014, faltando cerca de um ano para se aposentar, Marizete decidiu mudar-se novamente. Dessa vez, em busca de um grande sonho. “Eu e meu esposo sempre tivemos o desejo de comprar uma chácara perto da cidade, para termos um lugar gostoso para passarmos a velhice. Nós começamos a procurar esse lugar, onde teríamos o sossego da natureza, mas ao mesmo tempo a proximidade com a cidade. E encontramos esse lugar em Rio Verde”.

A servidora então foi transferida para sua nova comarca para trabalhar como oficial de justiça. Os projetos para a chácara em que passou a morar, no entanto, eram muitos e Marizete decidiu continuar trabalhando, mesmo com direito a se aposentar, a fim de ganhar o abono de permanência e, assim, poder investi-lo em sua casa na natureza exuberante de Rio Verde.

“Eu teria continuado por mais tempo, mas veio a pandemia. O Fórum fechou, mas os mandados davam cria!”, diz entre risadas. “Eu continuei trabalhando, mas logo vieram as notícias de oficiais de justiça sofrendo com a covid. Eu fiquei com medo e resolvi pedir minha aposentadoria. Me aposentei em setembro de 2020”.

Depois de uma vida de trabalho, Marizete conta que sentiu um baque no início. Hoje, porém, com quase dois anos aposentada, ela diz que já gostou da ideia e se adaptou à nova vida. “Na verdade, ainda temos muito trabalho na chácara. Terminamos faz pouco uma casinha na árvore para os netos. Queremos que a chácara seja um local onde possamos ter tudo o que precisamos. Quero comer um peixe? Vou no tanque e pesco um. Quero um ovo? Vou no galinheiro e pego um. Quero tomar leite? Tenho uma vaquinha que produz. E por aí vai!”.





KERSON NANTES



CHAMA O KERSON!

Responsável pela Coordenadoria de Patrimônio e Manutenção do Fórum de Campo Grande desde 2000, Kerson Nantes é aquela figura que praticamente todos que trabalham com ele conhecem e já recorreram. Com seu jeito tranquilo, recebe as demandas mais diversas possíveis e precisa se desdobrar, junto com sua equipe e o pessoal terceirizado, para garantir que toda a estrutura física incluindo sinal de rede, mobília, energia e climatização estejam operando em condição total para que o serviço judicial possa ser plenamente executado.

Mas essa história de ‘salvar o dia’ de muito servidor e magistrado começou há 35 anos. Aos 20 de idade, ele era salva-vidas do Sesc, e quando não estava trabalhando nas piscinas, participava da montagem e desmontagem de palcos de eventos da instituição. Insatisfeito com a rotina, ele pediu demissão. Na mesma época ficou sabendo que o Tribunal de Justiça estava contratando um celetista para prestar serviço de manutenção mobiliária.

O ano era 1987. Ele tinha feito um curso do Senai na área e preencheu os requisitos para a única vaga disponível. Assim, Kerson foi o primeiro a ocupar o cargo de manutenção mobiliária no Judiciário, pois antes nem existia tal função, acredita.

Morando próximo ao Hemosul e vizinho de seu primo, o Juiz Ariovaldo Nantes Correa, ele pegava carona todos os dias no Gol bolinha do primo, que na época era técnico judiciário e trabalhava no arquivo. O setor de ambos funcionava no atual prédio da Fundação do Trabalho (Funtrab MS), na Avenida Eduardo Elias Zahran.



Mas logo sua mãe comprou uma casa no Residencial Ana Maria do Couto e ele precisou entrar na turma do ônibus do Tribunal. Saltava do circular de linha próximo da antiga Rodoviária, onde o ônibus do TJMS iniciava seu trajeto por volta das 11h15.

A turma era sempre a mesma, só que naquela época os setores do Tribunal estavam espalhados em diversos prédios alugados. O ônibus então funcionava como uma espécie de ‘pinga-pinga’ e a última parada era o endereço da Zahran, em frente à TV Morena. O local abrigava serviços da administração do Poder Judiciário estadual, como o departamento de materiais e obras, seção de patrimônio, de imóveis e o arquivo geral.

Seus outros dois colegas de departamento eram responsáveis pela manutenção do ar condicionado, enquanto Kerson ficava com a reforma das mesas, cadeiras e armários. Logo que chegava para o expediente de trabalho recebia a lista de locais que tinham ‘encaminhado serviço’ no dia anterior. Ele pegava então sua maletinha e o motorista o levava aos atendimentos, desde a sede do Tribunal, que ficava na Rua Belizário Lima, até outros setores em prédios na Spipe Calarge ou próximo da Bigolin.

Também na maletinha levava de 5 a 10 fitas das máquinas de datilografia para a troca de quem precisasse, já que máquina de escrever, tanto a manual quanto a elétrica, era o que tinha aos montes naquela época no Tribunal.

Na Presidência havia umas cadeiras de palha trançada que rasgavam, soltavam o encosto, e lá ia o Kerson trocar o revestimento, ou mudar o parafuso de lugar para fixar novamente o espaldar na madeira. Já as mesas de compensado na cor amarela, imitando cerejeira, eram utilizadas por todos os servidores. O Tribunal comprava as chapas laminadas e o Kerson lixava a mesa, trocava o tampo, passava uma cola seladora e entregava a mobília como nova.



Com a construção do prédio no Parque dos Poderes, em 1992, houve a mudança para a sede atual do TJMS, concentrando todos os seus setores por lá. Veio também um período de crise quando os salários atrasavam de dois até três meses. Foi então que ele pediu as contas, em 1994. Quatro anos depois retornou ao Poder Judiciário, aprovado na única vaga do 1º concurso para o cargo de manutenção no Fórum de Campo Grande.

Certa vez, quando o Fórum ainda funcionava na Avenida Fernando Corrêa da Costa, uma série de denúncias de bombas fizeram o Juiz Diretor, o falecido Desembargador Romero Osme Dias Lopes, tomar a atitude drástica de levar as ligações constantes a sério e evacuar o prédio, menos o Kerson, que precisava acompanhar o esquadrao antibombas.

Esse é o Kerson. Ele pode até deixar fisicamente o prédio do Fórum quando o expediente termina, mas seja pessoalmente ou orientando a equipe de plantão pelo telefone, é difícil um fim de semana ou feriadão que o Kerson não seja acionado para resolver alguma coisa. Já houve situações em que ele precisou resgatar um Juiz preso no estacionamento de madrugada porque o portão eletrônico havia parado de funcionar.

Em outubro de 2002, quando houve a inauguração do atual prédio do Fórum, o então Juiz Diretor, Desembargador Sideni Soncini Pimentel, suspendeu os prazos processuais por 10 dias para ser feita toda a mudança física dos processos e demais objetos. Kerson tinha que coordenar a empresa de mudanças para transportar tudo o que havia por lá, menos o mobiliário, que era novo. Ele conta que fazia a mudança de dois cartórios por dia, das 5 às 23 horas. Uma responsabilidade enorme e um volume que chegava a 8, 10 mil processos por cartório, mas ele conseguiu concluir a empreitada com dois dias de antecedência.



Aos 58 anos de idade, prestes a se aposentar, no dia em que parou para dar esta entrevista, sua equipe pode visualizar como seria um Fórum sem o Kerson disponível. Consciente de que ninguém é insubstituível, ele se diverte ao desligar as inúmeras chamadas no celular e ouvir sua equipe agitada atendendo aos telefonemas e explicando que estavam aguardando o chefe liberar. Numa das tentativas de interromper logo a “prosa”, um de seus servidores arrasta a cortina na janela para mostrar ao chefe que lá fora uma chuva torrencial cai na cidade.

Depois que concluiu o bate papo, ele pega calmamente o celular e começa a abrir as filmagens que chegam, demonstrando os pontos de alagamento no estacionamento dos juízes, canos pluviais rompidos, infiltrações nas paredes, e já precisa também pegar o controle de um veículo para fazer mais uma mudança de gabinete de juiz. Ironias do destino, parece que até nessas horas todos podem tirar uma hora para dar uma entrevista, menos o Kerson.





LAERTE CEZAR GONÇALVES



LAERTE ESPERA CURTIR OS
FRUTOS DE TAMANHA DEDICAÇÃO À
CARREIRA

Laerte Cezar Gonçalves é um homem trabalhador. Com carteira assinada desde os 13 anos de idade, ele aprendeu cedo o ofício de marcenaria, sabendo fazer vários tipos de móveis e armários. Surgiu então uma vaga no Tribunal de Justiça para artífice de carpintaria e Laerte, com 25 anos de idade e uma família constituída, não pensou duas vezes e candidatou-se. Aprovado, foi contratado em fevereiro de 1989, iniciando sua carreira no Judiciário.

“Eu ficava no Núcleo de Engenharia. Soldava cadeiras, trocava estofamentos, consertava mobiliários que estragavam, entre outros serviços. Viajava muito para as comarcas do interior nessa época para fazer essas mesmas coisas. E foi assim até o ano 2000, quando extinguiram a função”, conta Laerte.

Os mais de 10 anos de trabalho para a Justiça, porém, garantiram várias amizades ao trabalhador, que foi logo em seguida contratado pelo Sindijus para ser prestador de serviços gerais. Embora não totalmente fora do Judiciário, Laerte tinha o desejo de retornar ao quadro do Tribunal. Assim, quando saiu o próximo concurso, ele prestou e passou.

Nesse recomeço, o servidor foi trabalhar na mudança do prédio antigo para o novo do Fórum de Campo Grande. Após a inauguração em outubro de 2002, Laerte prestou seus serviços em vários setores. Por um período, ficou como motorista responsável por conduzir um caminhão plataforma para buscar carros apreendidos em delegacias e levá-los até o depósito judicial do TJ, no Parque dos Poderes. Depois trabalhou no setor de transportes, também como motorista.

“Foi nessa época que aconteceu uma situação bem complicada. Nós fomos fazer uma busca de menor no bairro Aero Rancho e fomos até o endereço que estava no mandado. Quando chegamos lá, fomos



recebidos pelo avô do menor que disse que ele estava no colégio e que podíamos ir lá. Nós fomos até a escola, mostramos o mandado para a professora e pegamos o menor. Mas quando estávamos indo embora, a mãe e o pai apareceram e começaram a nos perseguir. Tivemos que entrar correndo na viatura e sair de lá o mais rápido possível porque eles não queriam que a gente levasse o menor e começaram a apedrejar o carro”.

Depois de algum tempo, Laerte finalmente voltou ao Núcleo de Engenharia, onde está até hoje. Ele conta que após a terceirização, seu serviço é mais de gestão do que propriamente de conserto. “A manutenção em si não fazemos mais, mas providenciamos tudo para que ela seja feita pelas empresas contratadas, principalmente mudanças de paredes, pinturas, móveis com problemas. As pessoas nos procuram quando têm algum problema e nós resolvemos”.

Com 60 anos de idade e 47 de serviço, Laerte já está em abono de permanência, esperando, segundo ele, “uma melhora das condições para aposentar melhor”. Indagado sobre o que pretende fazer, o trabalhador de uma vida inteira não gagueja para responder: “nada! Eu espero não fazer nada! Já fiz demais!”, ri da própria ênfase. “Trabalhei a vida inteira sem nunca parar. Passei por algumas cirurgias, pela covid. Agora quero segurar a onda um pouco. Só relaxar, ir para a beira de um córrego pescar, pra praia. Quero curtir minha aposentadoria ao lado da minha mulher”.





(In memoriam)

LAURENTINO GOMES DA SILVA



QUASE UMA LENDA PANTANEIRA, O
OFICIAL LAURENTINO VIVEU HISTÓRIAS
DIGNAS DE NOVELA

Nascido em Rio Verde de Mato Grosso, no longínquo ano de 1942, Laurentino Gomes da Silva não imaginava que um dia trabalharia no Poder Judiciário. De família humilde, ele tocava uma tinturaria com seu irmão e levava uma vida simples de interior. Mas quando resolveu mudar para Coxim, já nos seus 30 anos, o destino apresentou a ele a oportunidade de seguir por um caminho mais emocionante e ele não teve dúvidas ao decidir trilhá-lo.

“Eu jogava bastante futebol no time da cidade e nas partidas conheci vários Juízes, que depois se tornaram Desembargadores, entre eles o Dr. Otair da Cruz Bandeira, que depois foi até presidente do TJMT, e o Desembargador Luiz Gonzaga Mendes Marques. Eles me convidaram para ser oficial de justiça ad hoc. Só depois que prestei o concurso, mas quando me chamaram eu já resolvi aceitar. Só não tinha muita noção do trabalho puxado que era”, conta Laurentino aos risos.

Nos idos de 1973, ano em que ingressou na carreira que viria a se aposentar, o interior do então Mato Grosso era um lugar com condições muito mais adversas. De repente Laurentino se viu saindo do salão de sua tinturaria e desbravando as ‘estradas’ (se assim poderiam ser chamadas) para diversos municípios da região, já que ficou responsável pelo cumprimento de mandados em vários deles, como sua terra natal, Sonora, Pedro Gomes, para citar alguns poucos exemplos.

“Várias vezes fazíamos as diligências de carroça, até a cavalo. Algumas vezes de trator também. E foi assim até que o Desembargador Rêmolo Letteriello adquiriu pra gente um fusquinha, o que foi uma festa na época”.



Antes da comarca ter seu próprio veículo, Laurentino narra que, certa vez, teve que cumprir uma diligência em uma fazenda perto da cabeceira do rio Taquari. Para isso, foi de ônibus com um colega até Pedro Gomes e lá pegou emprestado uma caminhonete com um conhecido. Mandado entregue, os dois oficiais faziam o percurso da volta, quando, já tarde da noite e debaixo de chuva, o combustível acabou. Entre ficar no local até amanhecer e já voltar a pé, ambos preferiram enfrentar a escuridão, a água torrencial e, claro, o medo de caminharem sozinhos em um lugar isolado, correndo o risco de encontrarem algum animal ou, quem sabe, uma das lendas do Pantanal, tão fortes naquela época.

E por falar em lendas, não é só em novela da televisão que se pode vê-las. Se nas tramas televisivas mulher pode se transformar em onça ou um velho virar uma sucuri, o oficial Laurentino também tem suas proezas. Ou pelo menos, é o que ele mesmo afirma.

“Eu e um colega oficial tínhamos um mandado para cumprir do outro lado do rio, na divisa entre Coxim e Rio Verde. Nós estávamos a cavalo e chegamos em um ponto do rio que não tinha como passar. Mas nós vimos um barqueiro, que chamava Bira, e pedimos para ele atravessar a gente, só que ele não quis. Se fôssemos contornar, íamos ter que andar mais uns 20 km até a primeira ponte. Enquanto a gente pensava no que fazer, eu vi um peixe bem grande, devia ter um metro e meio. Estava amarrado em uma árvore na margem do rio. Foi aí que tive a ideia. Eu e meu colega desamarramos o peixe, montamos nele e atravessamos o rio!”.

Claro que foi solicitado para que ele confirmasse se, de fato, tinha cruzado um rio na garupa de um peixe. “Sim! Aí amarramos ele do outro lado, e na volta montamos de novo!”. Indagado se o parceiro de aventura poderia confirmar a façanha, Laurentino, que até então contava a história com uma seriedade ímpar, finalmente caiu na risada. “Pode perguntar pra ele, mas não lembro o nome dele agora para dizer para você”.



Como a história é boa, só resta aceitar a dúvida e o mistério da história desse oficial de justiça um tanto quanto espiritoso.

E assim Laurentino passou 40 anos trabalhando como oficial de justiça até se aposentar aos 70 anos de idade. Hoje, com 80 primaveras, ele voltou para a vida simples de interior, em sua casa em Coxim, ao lado da esposa com quem está casado há 40 anos e recebendo visitas dos filhos e netos que, com certeza, já ouviram essas e muitas outras histórias.



JOSÉ PEDRO BALTHA



DAS ANDANÇAS NAS ESTRADAS AO
SOSSEGO DO SÍTIO

“**C**onheci a Genis, minha esposa, em um comércio que era do pai dela. Eu sempre comprava alguma coisa lá e acabamos nos tornando amigos. Daí fomos a um baile com mais duas amigas e quando retornamos da festa, ela era a última que eu deixaria na casa. Arrumei coragem e falei pra ela que nós podíamos namorar. Ela disse que me daria a resposta no outro dia que era 13 de agosto, sexta-feira, mas deu sorte. Temos dois filhos e dois netos”, começa o divertido José Pedro Baltha.

E outra, Genis era escritã da 2ª Vara da comarca de Jardim quando chegou o primeiro veículo oficial, uma Kombi, e não existia o cargo de motorista. O Juiz Diretor do Foro da época, Geraldo de Almeida Santiago, recebeu o nome de José Pedro como indicação e solicitou ao prefeito de Guia Lopes da Laguna a cedência do servidor, e foi assim que o protagonista desta história estreou no Judiciário, e o que foi melhor: colega de trabalho da sua eterna namorada.

“Fiquei cedido para o Fórum por um período de um ano mais ou menos. Depois fui contratado pelo Estado por um período de dois anos. Foi quando criaram o cargo de motorista e teve concurso público. Fiz e passei, ingressando no Poder Judiciário como motorista concursado”.

Baltha era agente de apoio operacional quando foi nomeado como secretário da Direção do Foro da comarca de Jardim pelo Juiz Carlos Alberto Garcete de Almeida. Cargo onde ficou até se aposentar. Mas calma que ainda tem muita história pela frente...

“Quando eu era motorista ia com o Juiz da época, Vladimir Abreu da Silva, atender em substituição na comarca de Porto Murinho, distante 200 km de Jardim. A gente ia a cada 15 dias, ficava quinta



e sexta lá. Também ia conosco o Promotor de Justiça Rogério Calábria de Araújo. Era uma aventura, pois era estrada de chão que na maior parte não era boa. Tínhamos que sair muito cedo”, lembra José Pedro.

Também quando estavam chegando os primeiros computadores nas comarcas do interior, acompanhando o Dr. Vladimir em uma dessas substituições em Porto Murtinho, José Pedro foi incumbido de fazer uma audiência operando a tal novidade. “Eu nunca tinha utilizado, nem o programa, e ainda tinham as partes paraguaias falando em guarani. Foi um desafio e tanto!”.

Sobre os aprendizados, ele conta ainda que também cresceu muito profissionalmente com os magistrados Carlos Alberto Garcete e Penélope Mota Calarge Regasso. “Dr. Garcete confiou em mim me designando secretário do Foro e trabalhei muito tempo com a Dra. Penélope, tanto no Fórum como nos trabalhos eleitorais. Também destaco aqui o Dr. Luiz Alberto de Moura Filho, que foi meu chefe, muito bom e meu amigo e companheiro de pesca”.

Sempre parceiro e disposto, Baltha se aposentou em agosto de 2020, com aquele sentimento bom de dever cumprido depois de 22 anos de Judiciário e esbanjando saúde. E ainda bem porque ele passou a se dedicar totalmente à lida no sítio onde vive. “É minha origem”, vai logo explicando o aquidauanense. “Fui criado morando em fazendas. Então tenho meus bichos, carneiro, porco, galinhas, umas vaquinhas, meu cavalo, meus gatos e cachorros”.

De vez em quando ele arruma uns dias de folga para ir pescar. “No sítio o dia clareia mais cedo e escurece mais tarde. Quando fico muito estressado, peço uma licença para o meu patrão (no caso hoje é ele mesmo), pego meu barco e vou pescar. Gosto da vida que levo”.





ELINE DE FARO VALENCA



DO 'REGIME FECHADO' ELA
PROGREDIU PARA A LIBERDADE DE
UMA PEREGRINA

Dona de um espírito livre, o sonho de Eline de Faro Valença era fazer parte do Poder Judiciário no cargo de oficial de justiça. Mas sua história no TJMS começou dentro do Fórum de Cassilândia, onde trabalhou por 13 anos. Seu primeiro marido não gostava da ideia dela trabalhando pelas ruas. Então a jovem prestou concurso para escrevente, ingressando no cargo em 1989.

O trabalho era bom, mas a vontade de ser oficial de justiça nunca foi esquecida. E a oportunidade de iniciar essa mudança começou quando seu marido foi transferido para Goiás e ela decidiu ficar em Cassilândia com os dois filhos. A separação física culminou com o divórcio, mas logo veio a chegada de um novo companheiro, um engenheiro florestal do Imasul que, em 2002, foi transferido para a Capital.

Dessa vez Eline estava motivada com a mudança de cidade e o atual marido a apoiava no sonho profissional. Foram ainda mais dois anos de trabalho interno no Fórum de Campo Grande, lotada no cartório da Vara da Infância com o juiz Danilo Burin, até ser nomeada para o cargo de oficial de justiça.

Aprovada em 2º lugar para o cargo, ficou atrás apenas da atual juíza Helena Alice Machado Coelho, que acabou desistindo da vaga, pois já estava obtendo êxito nos concursos para a magistratura.

E o começo do tão esperado trabalho nas ruas não foi fácil. Como oficial de justiça dos juizados e uma demanda gigantesca de mandados a cumprir, Eline começava às seis horas da manhã e seguia até não enxergar mais. Precisou instalar rapidamente um kit gás em seu carro, pois percorria em média 200 quilômetros por dia. Só não trabalhava mesmo em dia santo, pois nessas datas não costumava ser bem recebida.

As noites, já em casa, avançava até as 2 horas da madrugada envolta na produção das certidões que precisava entregar em cartório no dia seguinte. E assim, no final daquele primeiro ano como oficial de justiça, Eline estava “estafada” e, o algo a mais que tanto buscava, não a deixou feliz.

Foi então que em 2005 uma transferência de seu marido para Coxim a levou junto para a comarca e pôde enfim deixar para trás todo o tempo em que se sentia ‘presa’ nos cartórios ou atolada de mandados na Capital, conquistando em sua última década como servidora do Judiciário a merecida qualidade de vida.

No ano em que se aposentou, 2015, Eline começava uma nova fase em sua trajetória. Por indicação do irmão, conheceu um grupo de aventureiros peregrinos e, com o dinheiro de suas economias, embarcou no mês de março para uma caminhada de 100 quilômetros no Japão.

Foram 30 dias de viagem, 15 deles concluindo o percurso a pé, dormindo algumas noites em hotéis e a grande maioria em hostels ou em casas de famílias japonesas. O restante do tempo foi dedicado a um turismo mais ‘convencional’, conhecendo cidades como a movimentada Tóquio e as históricas Hiroshima e Nagasaki. Aliás, estava no meio da viagem quando sua aposentadoria foi publicada no Diário da Justiça.

Foi para a ‘inativa’ em plena atividade, conta Eline. Ela nadava, pedalava, e não levou muito tempo para organizar uma nova peregrinação. Com um contato que fez em sua primeira aventura, partiu com outro grupo em setembro de 2015 para encarar outros 100 km na Itália. O percurso é chamado de via Francígena e termina no Vaticano, assistindo a uma missa com o Papa.

A rotina das peregrinações, explica Eline, é deixar o hotel ou a casa onde estão hospedados por volta das 7 horas da manhã e caminhar até umas 3, 4 horas da tarde. Mas ela não se considera uma pe-



regrina raiz, pois como nunca foi de carregar peso na vida, adere ao serviço de transfer, despachando a bagagem logo que desce para o café da manhã e, quando a pessoa chega ao local do pernoite naquele dia, sua mochila já está lá esperando.

Sua mais longa aventura até agora foi realizada em setembro de 2017, quando se desafiou a percorrer 750 km do caminho de Santiago de Compostela, partindo de San Jean (França) até Santiago (Espanha). Ela pensou em desistir nos primeiros dias. Chegou a cogitar que não seria capaz de concluir tamanho desafio, mas o corpo foi se acostumando e, depois que entrou no ritmo, o difícil foi voltar para casa.

No retorno à vida normal, é até estranho acordar logo cedo e não ter um compromisso a cumprir. Quando está peregrinando há sempre um propósito diário a ser vencido. Então, seus dias hoje em Coxim são preenchidos com muitas práticas desportivas e aulas de idioma.

De suas três aventuras, o que encontrou de mágico foram as pessoas que conheceu no meio do caminho. O que a motiva a pensar num retorno ao Caminho de Santiago, dessa vez a pé, para ter mais tempo de ouvir novas histórias.

E assim, dos 15 anos em 'regime fechado', brinca Eline, ela evoluiu para 10 anos no 'aberto', o que já foi o céu para ela. Hoje, embora diga que continua a mesma pessoa de sempre, ou seja, brava, ela aproveita a sua total liberdade de aposentada servindo agora de inspiração.





PAULO SÉRGIO MENDES BIGNARDI



POR 40 ANOS, PAULO ALIOU
COMPETÊNCIA COM SEU JEITO LEVE
DE SER

O Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul foi o primeiro e único emprego de Paulo Sérgio Mendes Bignardi, que se aposentou em 2015 com 40 anos e 7 meses de atuação e muitas histórias para contar. Entrou ainda menino, no cartório do 2º ofício em 1974 e, aos 18 anos, por conta da criação do Estado, foi contratado como escrevente judicial da equipe do recém-criado Tribunal de Justiça.

Ficou lotado no mesmo local onde funcionava o 2º Ofício, no prédio da Rua 26 de agosto. Foi lá que começou seus longos anos de atuação na 1ª Vara Criminal, onde realizava os júris populares. E sua chegada foi a contragosto, na época em que houve a divisão do Fórum Cível e Fórum Criminal. Como era o caçula da então 2ª Vara Cível, sobrou para ele, numa permuta de servidores, ser o colega destinado a ocupar o lugar na criminal.

Quando foi criada a Lei de Execução Penal, mais uma vez, por ser o mais novo no cartório, Paulo Sérgio foi encaminhado para uma salinha, onde juntamente com duas servidoras cedidas, formaram a primeira equipe que iniciou a execução penal em Campo Grande.

Mas o interesse em participar das sessões do júri o levou, quando teve a oportunidade, a ser destinado ao Plenário de Julgamentos e, para ele, “foi a melhor e a pior coisa. Porque depois que você aprende a fazer júri, os juízes não me deixavam sair. Não existia assessor. Eu era o escrivão do julgamento, datilografava todo o interrogatório, depoimentos, a ata da sessão, a sentença, a votação. Tudo na hora e na máquina de escrever”, recorda.

E com o passar do tempo, conquistou a promoção para escrivão substituto e escrivão. Mesmo assim sempre atuando nas sessões de julgamento. Naquele tempo, os júris populares iniciavam no período vespertino e não tinham hora para acabar. O Juiz que mais esteve ao seu lado foi Nildo de Carvalho, até o Magistrado ser promovido a

Desembargador. Carvalho chegou a fazer o convite para que Paulo o acompanhasse no Tribunal de Justiça, mas o servidor preferiu ficar no Fórum.

Entre suas diversas histórias ao lado do ainda Juiz Nildo de Carvalho, Paulo recorda que aos 26 anos adoeceu. Descobriu um princípio de diabetes muito provável influenciado pela má alimentação consumida nos dias de julgamento. Os júris eram realizados de segunda a sexta-feira, concentrados em quatro meses ao longo do ano (março, junho, setembro e dezembro) e, nesse período, era júri todo o dia e a base das refeições era salgadinho.

Mas é claro que não era só dos salgados de lanche durante as sessões que ele se alimentava. Sobrava tempo também para lanches noturnos: “na Afonso Pena tinha duas hamburguerias muito famosas. Uma se chamava Aquáriu e a outra Topo Gigio. Eu levei Nildo de Carvalho lá uma vez, numa segunda-feira, após o júri. Era por volta das 11 horas da noite. E nós saímos do Fórum numa fome danada porque naquela época a verba era curta. Para você fazer júri estendido era só salgadinho e refrigerante. Não tinha negócio de jantar. E só tinha almoço quando o júri durava dois ou três dias”.

Embora a comida não fosse tão requintada, por sua vez, as vestimentas eram bastante formais, como uso obrigatório de toga por todos os presentes no júri, inclusive os jurados. Já o Juiz precisava usar uma cartola alta na hora de dar início à sessão de julgamento, como também no momento da leitura da sentença. As formalidades incluíam se levantar sempre que um Juiz adentrasse em qualquer ambiente do Fórum.

Histórias para contar é o que não faltam no repertório de Paulo Bignardi. O júri mais demorado de sua trajetória tratava de um caso desaforado conhecido como “Chacina de Maracaju”, com quatro a cinco réus, e cada um com meia dúzia de testemunhas. Esse júri iniciou numa quinta-feira, às 9 horas da manhã, e foi terminar no sábado, 1 hora da tarde. E ‘um detalhe’, conta Paulo: não se podia sair do Fórum, nem para dormir, nem para tomar banho.



Era mês de setembro, aquele calor típico de primavera em Campo Grande e uma refrigeração local não muito eficiente. Com os odores e suores proliferando por toda a parte, Paulo resolveu tomar banho gelado, de canequinha, num tanque atrás do Plenário, fazendo inveja para os demais colegas.

Depois do júri ele passou por muitos locais, mas foi nas sessões de julgamento, no contato com diversos advogados criminalistas também, que aprendeu a lidar com o público. “E quando depois fui escrivão de Vara Cível, eu orientava para não discutir no balcão porque ninguém vem ao Fórum passear. Se a pessoa chega aqui é porque tem problema e não é pouco problema. E se a tratamos mal ou causamos outro problema para pessoa, aí não dá!”.

Quando foram criados os Juizados Especiais, ele ainda acumulou muitas aventuras na comarca de Terenos. Na sua trajetória, ele soma um sequestro relâmpago no presídio, um resgate de correnteinha num prostíbulo, entre tantas outras peripécias judiciais como uma audiência de conciliação de desocupação de uma fazenda, onde ele e o Juiz foram sitiados por trabalhadores rurais sem terra.

De suas tantas boas lembranças, Bignardi lembra que recebeu um cassetete de presente do falecido Desembargador Romero Osme Dias para controlar dois senhores brigões em um caso de disputa por uma arma nos juizados em Terenos. Cassetete que, aliás, nunca precisou ser usado, mas está até hoje guardado como relíquia no Fórum da Comarca.

“As histórias ruins parece que eu apaguei da memória”, finaliza Paulo. E assim foram seus 40 anos no Judiciário, resolvendo conflitos de forma a pacificar os ânimos, trabalhando sempre em varas complicadas, o que aliás era uma predileção sua. Assim o TJMS foi seu primeiro e único emprego. Encerrou sua carreira ajudando na informatização das Comarcas do interior, trabalhando pelo Deppi, viajando por cerca de 23 Comarcas numa força-tarefa em seus dois últimos anos na ativa





ENEDINA MARTINS LOPES STAHLKE



ELA CUIDA DO FÓRUM MELHOR
DO QUE DA PRÓPRIA CASA

Aos 74 anos, Enedina Martins Lopes Stahlke esbarra em novembro de 2022 no limite de idade para continuar trabalhando no Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. A chamada “aposentadoria compulsória” aos 75 anos é o que levará a coordenadora dos Serviços Gerais do Fórum de Campo Grande, há 20 anos no cargo, a passar para a inatividade, muito a contragosto, claro.

Viúva faz pouco tempo, perdeu também sua mãe recentemente. Mãe de duas mulheres já adultas (uma delas morando nos EUA), Enedina conta que as pessoas com quem precisava se preocupar em casa já não estão mais por perto. Então sua vontade era continuar no Fórum. E olha que ela já chegou a ligar na Gestão de Pessoas para saber se não tinha outra opção.

Ela ingressou no Judiciário aos 36 anos de idade. O desemprego do marido levou a dona de casa, por indicação de uma ex-vizinha que trabalhava no TJ, a participar da seleção para o cargo de agente de serviços gerais que estava sendo feita no Edifício Cosmos, sede do Tribunal de Justiça naquele tempo.

A vaga era para a limpeza no prédio do Fórum. Ela não tinha experiência na área e a remuneração oferecida não chegava a um salário mínimo, o que não atenderia a necessidade da família. Embora aprovada na entrevista, foi agradecer a ex-vizinha pela indicação quando soube que o cargo sofreria um reajuste de mais de 100%. Animada com a notícia, pegou dinheiro emprestado com o irmão e chegou às 17 horas no prédio Cosmos, no último dia para a entrega dos documentos. Isso depois de ter levado um ‘banho’ de um carro que cruzou seu caminho e pedir socorro a uma amiga, dona de um pensionato, para secar seu vestido a ferro.

Entrou em exercício em fevereiro de 1983 e as fortes chuvas que assolavam a cidade levaram o prédio do Fórum, que na época funcionava na Avenida Fernando Corrêa da Costa, a entrar em colapso com as constantes inundações na garagem do subsolo, falta de energia e elevadores parados. Nada funcionava. Até a água das torneiras estava em falta e os primeiros dias na limpeza praticamente foram sem muito o que fazer.

Quando as coisas normalizaram, ela praticamente não chegou a atuar no setor, pois surgiu uma vaga para telefonista e a colocaram na função. A recém-contratada não entendia nada de PABX e aquele monte de luzes piscando dos ramais, mas foi rapidamente capacitada e logo já dominava o ofício. E foi assim que, contratada para os serviços gerais, virou telefonista do Fórum, função que exerceu por muitos anos.

Todas as ligações, naquele tempo, eram via telefonista. Enedina e sua colega anotavam o nome e o ramal de quem pedia uma chamada e depois transferia. Número de delegacias ela sabia de cor e tinha uma lista feita a mão dos telefones mais pedidos. Fora isso, recorria às listas amarelas. Com o tempo, o setor foi aumentando, assim como a demanda. Mais colegas se juntaram, dividindo-se em dois turnos. Também vieram as regras para que os servidores já informassem o número desejado, para dar mais vazão ao grande número de ligações.

No início dos anos 90 foi convidada para auxiliar no setor de administração interna do Fórum, onde começou a adquirir conhecimento na função que desempenha até hoje, responsável por controlar a chegada de material para fazer café e limpeza do prédio, e outras funções como controle de suprimento de fundos, acompanhamento da equipe das detetizações e controle das ascensoristas. Tudo isso quando não existiam cargos específicos para todas essas tarefas. Enfim, uma espécie de 'faz-tudo' atenta a todos os detalhes.



Quando houve a reformulação dos cargos para o novo prédio do Fórum, no início dos anos 2000, ela foi convidada para chefiar a coordenadoria de Serviços Gerais, ficando assim responsável pelo contrato terceirizado da copa e mais tarde da limpeza e jardinagem. Rigorosa na fiscalização, o que hoje mais exige sua atenção é o fornecimento dos materiais de acordo com o que consta na licitação. Papel de mão ou higiênico de qualidade inferior, ela recusa o recebimento e é assim com todos os contratos.

Costuma ainda circular pelos banheiros conferindo a limpeza e se está faltando algum material. O mesmo vale para o entorno do prédio, como se há planta precisando de uma poda ou folhas caídas. Também organiza as mesas, talheres, toalhas e todo o material que será usado no almoço durante os júris populares ou em eventos e comemorações. O mesmo vale para a qualidade do café servido.

Primando sempre para que o prédio esteja com tudo em ordem, ela afirma que hoje está numa fase mais tranquila, mas confessa que não descansa muito não. Inclusive já foi alertada por alguns colegas sobre sua conduta incansável, a qual explica que foi adquirindo pelo costume mesmo, ao longo dos anos, muitos deles trabalhando como auxiliar na administração.

Tocando o setor há duas décadas, ela conta também que sempre teve chefes muito bons e uma equipe parceira. Hoje, com diversos contratos sob sua alçada, ela e as 'meninas' dividem as tarefas de produção de relatórios, fiscalização da copa, fornecimento de gás, suprimento de fundos, fiscalização da jardinagem, entrega de materiais, uniformes, funcionários terceirizados faltantes, prestação de contas ao Tribunal e demais itens da lista.

“Eu gosto do Fórum e sempre gostei. Fiz o concurso depois e me tornei servidora efetivada, mas nada mudou. Toda a vida fiz meu serviço com dedicação. Sou responsável por manter tudo em ordem. Na minha casa, se estiver sujo, depois eu limpo. No Fórum não. Tenho que cobrar e gosto das coisas bem-feitinhas. Recebi cinco elogios na



minha ficha funcional. Não é muito, mas eu tenho. Então se estou aqui até hoje, acredito que é porque algo de certo fiz e eu gosto também, senão não teria ficado até a expulsória”, explica bem-humorada.

Aliás, nesses quase 40 anos trabalhando no Fórum, desde a época de telefonista Enedina nunca foi chamada a atenção por ninguém pela falta de empenho no trabalho. Assistiu muitos colegas levando ‘bronca’, mas, aliviada, encerra sua carreira em breve com conduta inabalável.



NELSON ÁVILA DA ROSA



DAS APROVAÇÕES EM CONCURSOS,
ELE OPTOU PELA CARREIRA NO
JUDICIÁRIO

Nelson Ávila da Rosa era um jovem concurseiro na iminência de assumir uma vaga como escrivão da Polícia Federal e trabalhando há sete meses no IAPAS, atual INSS, quando foi chamado para assumir a vaga de Auxiliar Judiciário do TJMS. Em pouco tempo de atuação na Justiça sul-mato-grossense, foi chamado para a tal vaga na PF, mas namorando firme na época e já com um cargo de chefia dentro do Judiciário, optou pela carreira no TJ. Além de estar contente na profissão, também não queria se arriscar numa lotação distante pelo país e isso o afastar de sua amada.

Uma escolha que, para ele, não amargou nenhum arrependimento ao longo de seus 36 anos de trajetória. Fora que a tal pretendente que fogueou seu coração se tornou sua grande companheira de vida e estão juntos há mais de 41 anos.

Sua lotação inicial foi na administração do Tribunal de Justiça, se tornando pouco tempo depois chefe do Setor de Patrimônio. Num Tribunal recém-criado, foi incumbido de fazer o cadastramento/tombamento de todos os materiais permanentes. Viajou por todas as cidades onde havia um Fórum em atividade. A maioria dos deslocamentos era em estrada de chão. O pouco asfalto se limitava a trechos até Dourados e Três Lagoas.

Ele e sua equipe setorizaram cada região do Estado e o cronograma era feito para percorrem cinco, seis até sete cidades em uma semana. Conciliava o novo ofício com os estudos para concurso, almejando cargos melhores dentro do próprio TJ. Foi assim que logo em seguida foi aprovado para Técnico Judiciário e, em 1983, tomou posse já como escrivão, quando passou a atuar no Fórum de Campo Grande, local onde permaneceu por mais de duas décadas.

Dentro das possibilidades de concurso, conta Nelson, ele foi até onde o ensino médio permitia. Só não prestou concurso para Juiz porque lhe faltou a faculdade de Direito.



E aos poucos as coisas estavam começando a melhorar. Num tempo onde não havia facilidade de financiamento de veículos, conseguiu comprar seu primeiro carro à vista. Carro que costumava estacionar na Avenida Fernando Corrêa da Costa, em frente ao Fórum.

O córrego não era coberto nesse tempo e as enchentes na região eram comuns. Uma delas quase levou seu patrimônio recém-conquistado se não fosse a ação dos bombeiros que o seguraram por cordas. Guinchado até sua casa, levou de carona uma cobra no para-choque e com muita mão de obra conseguiu recuperar o veículo.

Anos depois, escrivão experiente do Fórum, foi convidado pelo então Juiz Dorival Renato Pavan a atuar na 3ª Vara dos Juizados Especiais, quando da criação dos Juizados. A 3ª Vara funcionava num prédio alugado na Rua São Borja e depois mudou para o bairro Mata do Jacinto.

Trabalhou também na 2ª Vara Criminal dos Juizados, na Avenida Costa e Silva, até a inauguração do Juizado Central de Campo Grande, em 2008, na Rua Joaquim Murtinho, bairro Itanhangá Park, aglutinando diversas varas num só lugar e reformulando o atendimento nos juizados.

Depois de tantos anos de atuação como escrivão de varas criminais e cíveis do Fórum e também dos Juizados, Nelson foi convidado a atuar no recém-criado Setor de Atermação do Juizado Central. O serviço era diferente, pois já não tinha tanta responsabilidade como comandar um cartório. Como sempre foi comunicativo, não teve dificuldades de cumprir seu expediente agora em contato praticamente o tempo todo com o público. Quando solicitado, prestava apoio e orientações a um colega, dada a vasta experiência acumulada como escrivão.

Pai de três filhos, sempre foi o responsável pelo sustento da casa. Para ajudar a complementar a renda, o gosto pela culinária o levou ao ramo da produção de pratos à base de peixe que fazia e atendia encomendas nos fins de semana. Renda extra muito bem-vinda



sobretudo quando seu filho mais velho foi fazer faculdade de medicina no Paraguai.

Do vasto cardápio que dispunha, recebia encomendas dos colegas para a Semana Santa e outras ocasiões especiais. Também foi contratado para eventos para mais de 100 pessoas no Sindijus, onde também se divertia com os colegas do Judiciário nas partidas de futebol, além de cozinhar em festas particulares para Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores.

De sua vida como servidor público, Nelson avalia que fez sua parte e que foi seu maior momento, tratando a todos muito bem, desde o faxineiro ao Desembargador, e até hoje, por onde vai, acredita que não é mal visto pois é sempre muito bem recebido pelos ex-colegas e Magistrados com quem trabalhou.

E fez o que gostava. Fez muitos amigos também. Avô de 11 netos, curte hoje a aposentadoria ao lado de sua companheira com quem fez questão de posar para a foto de sua história no Judiciário, pois foi sua parceira também no trabalho, dando retaguarda na criação dos filhos, carona quando preciso e apoio sempre.





**ALCIONE LUZIA
SOARES MORAES**



NOS TEMPOS SEM INTERNET,
ALCIONE ERA QUEM MANTINHA O TJ
ATUALIZADO

Nascida em uma fazenda na região de Jaraguari, Alcione Luzia Soares Moraes mudou-se para Campo Grande aos 14 anos de idade para terminar os estudos depois de ter frequentado a escola rural de sua mãe. A chegada na “cidade grande” não foi fácil, mas mulher decidida e forte desde jovem, ela não estava disposta a voltar atrás. “Eu vim para não voltar. Minha vida levo só para frente”, repetia para si como um mantra para não desistir dos sonhos.

E funcionou. Em Campo Grande, Alcione finalizou os estudos, casou-se e começou a dar aula como professora da educação infantil. Porém ela tinha uma grande admiração pela sua irmã Zoila, que trabalhava com o então juiz Rui Garcia Dias no fórum da Capital. “Com a divisão do Estado, o Dr. Rui foi promovido a Desembargador e minha irmã continuou a trabalhar com ele. Eu via o quanto ela era feliz e ficava insistindo para que eu também fosse para o Tribunal, que prestasse o concurso. Resolvi tentar”.

Ela conta que não foi fácil estudar. Com filha pequena, trabalhando, recém-ingressa na faculdade de Letras, sobrava-lhe pouco tempo para se dedicar ao conteúdo do concurso. Ainda assim, Alcione foi aprovada, mas com uma classificação que não a permitiu ser convocada para assumir uma das vagas disponíveis. Para sua surpresa, findo prazo de validade do certame, ela foi convidada para trabalhar no Tribunal, mais especificamente na Biblioteca. “A legislação na época permitia, mas eu tinha que passar no próximo concurso, caso contrário seria demitida. Então, quando saiu um novo concurso alguns meses depois, eu fui com tudo. Dediquei-me ao máximo e consegui ser aprovada”.



Agora concursada, Alcione continuou a trabalhar na Biblioteca e pouco tempo depois ela foi convidada a assumir a chefia do Setor de Livros, Folhetos e Revistas. “Era muito trabalho. Nós catalogávamos os livros para colocar no acervo. Tínhamos que fazer as fichas de tudo. A gente colocava o nome da obra, autor, ano, assunto principal e também um número que era para facilitar sua localização depois nas estantes quando alguém vinha pedir para pesquisar. Se era um acadêmico ou algum servidor, a pessoa sentava em uma das mesas e lia ali mesmo. Mas se era o pedido de alguma Comarca ou gabinete de Desembargador, nós que fazíamos a pesquisa, separávamos o conteúdo e enviávamos uma fotocópia da página onde estava somente o que havia sido solicitado”.

E se hoje o site do Planalto permite a qualquer pessoa encontrar as legislações federais já compiladas e atualizadas, na época da Alcione, era bem diferente. “Todos os dias a gente pesquisava no Diário Oficial da União se haviam publicado qualquer alteração em alguma lei. Nós recebíamos o diário físico e líamos. Se algum artigo tivesse sofrido alteração, a gente tirava uma fotocópia da página onde estava essa mudança, recortávamos só ela e colávamos no código que cada Desembargador usava no plenário de julgamento, além de grifar com marca-texto o artigo desatualizado no mesmo código. Era bem mais trabalhoso do que é hoje”.

A servidora, contudo, não ficou por longo período nesse setor. Com uma mudança no regimento interno, ela foi trabalhar na Gráfica do Tribunal de Justiça, mas apenas até ser convidada pela diretora do Conselho Superior da Magistratura para ingressar no referido setor. Porém um certo dia a chefe perguntou-lhe onde gostaria de trabalhar, se pudesse escolher, e Alcione respondeu que tinha muita vontade de ir para a Revisão de Debates, cuja função era conferir os acórdãos de julgamento antes de serem enviados para publicação, pois finalmente trabalharia com algo de sua formação em letras. Dito e feito. Assim que surgiu uma vaga no setor, a chefe de Alcione indicou seu nome e ela acabou sendo a escolhida, entre mais dois candidatas, para assumir a vaga.



“Trabalhávamos em duplas. Um era responsável por revisar a língua portuguesa e o outro por verificar a parte jurídica. Como, na época, cada Desembargador só tinha um assessor e era tudo manual, essa era uma forma de garantir que nenhum acórdão fosse publicado com impropriedades. Depois que a gente revisava e anotava tudo a mão no próprio acórdão, o papel era enviado para outro setor que datilografava tudo de novo, voltava para nós revisarmos mais uma vez, e só então era encaminhado para publicação”.

Algum tempo depois, a informatização chegou. Os computadores foram instalados aos poucos, os papéis deixados cada vez mais de lado e os servidores instruídos nessa nova ferramenta e jeito de trabalhar. “Nessa época, criaram um grupo de quatro revisores para trabalharem direto com os gabinetes dos Desembargadores, mas para fazer o serviço em um sistema informatizado. O próprio Presidente da época, Desembargador José Augusto de Souza, me chamou para integrar o grupo. Foi uma época muito boa também, pois eu fazia o que gostava e o grupo era, de certa forma, independente. Não estávamos ligados diretamente a nenhuma chefia. Em compensação, trabalhávamos muito, mas muito mesmo. Quem diz que servidor público não trabalha é porque não conheceu a gente”.

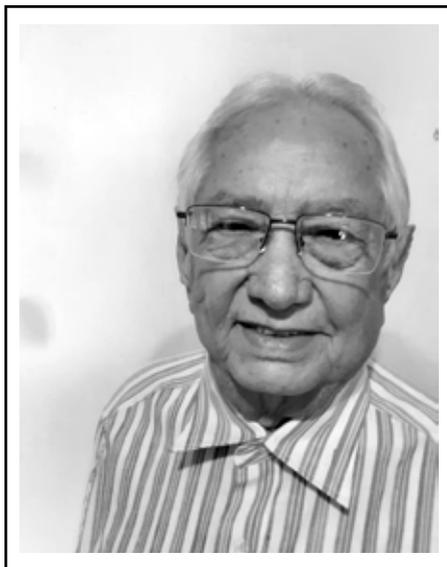
Chegando aos 60 anos de idade e com quase 30 de trabalho no TJMS, Alcione viu a necessidade de desacelerar um pouco. Ela mesma pediu para sair do grupo. Saudosa dos tempos iniciais no Poder Judiciário, solicitou seu retorno à Biblioteca, o que lhe foi atendido. Dois anos depois, já em 2012, devido a problemas de saúde de sua mãe, aposentou-se para cuidar da genitora.

“O Tribunal foi um lugar onde fiz grande amigos, aprendi muito. Sempre tive orgulho de dizer que trabalhava no Poder Judiciário quando me perguntavam. Foi nele que criei minha filha, hoje advogada da União. Vivi, viajei, curti minha vida. Por isso sou muito grata a minha irmã Zoila que insistiu tanto para que eu fosse para o TJMS e à minha filha Patrícia. Desde criança, ela me ajudou muito sendo uma menina responsável, tranquila, o que me fez conseguir estudar



para passar no concurso. E depois de formada em Direito, sempre me dava uma luz quando eu tinha alguma questão jurídica no trabalho. Eu amava demais trabalhar para a justiça, mas realmente precisava cuidar da minha mãe que mora até hoje comigo, aos seus 92 anos de idade. Enfim, só tenho gratidão no coração”.





SEBASTIÃO FERREIRA DE ARAÚJO



SEBASTIÃO ERGUEU UM
BARRACÃO PRÓPRIO PARA GUARDAR
OS BENS PENHORADOS DA COMARCA

Quando o Tribunal de Justiça de Mato Grosso decidiu, nos idos de 1971, instalar a comarca de Glória de Dourados, Sebastião Ferreira de Araújo já tinha 33 anos e trabalhava como servente de pedreiro na cidade. Ele ouviu sobre o concurso em um carro de som e foi direto fazer a inscrição. Como era preciso ter o ensino primário completo (o que Sebastião não possuía), ele saiu dali e já rumou para uma escola matricular-se no curso de admissão ao ginásio. O concurso demorou um ano para ocorrer, tempo suficiente para que Sebastião se formasse, estudasse e fosse aprovado para assumir o cargo de porteiro dos auditórios do Fórum, com função adicional de depositário de bens e avaliador judicial.

“Eu continuei a estudar mesmo depois de entrar no concurso. Uns três anos depois, houve uma vaga no cartório distribuidor. A menina que era do distribuidor foi para outra cidade e o Juiz na época, o Dr. Nildo de Carvalho, falou para mim que precisava de alguém que assumisse o cartório e me enxergava para ocupar o lugar. Eu falei para o juiz que não sabia nem mexer em processo, mas ele disse que ninguém nascia sabendo nada. Mandou eu pegar uma caneta e papel, sentar do lado da menina que ia sair e aprender tudo que eu pudesse. Foi assim que eu passei a ser distribuidor, contador e partidor”, conta Sebastião.

Foram seis anos na função até a estrutura organizacional do Tribunal mudar e o servidor voltar a trabalhar apenas como avaliador e depositário de bens, ofício inclusive que Sebastião sempre exerceu com muito apreço. “Naquela época os bens penhorados não ficavam com o próprio devedor e o fórum não tinha um lugar seguro para deixar as coisas. Elas ficavam comigo mesmo. Então, com muito sacrifício, eu comprei um terreno ao lado da minha casa, construí um barracão de madeira e comecei a deixar ali todos os bens de penhora confiados a mim. Usei esse barracão até me aposentar. Só um pou-



co antes disso que eu procurei a Prefeitura e consegui um lugar para deixar tudo que ainda estava comigo. Fiz uma relação desses bens para o juiz da época e só então me aposentei”.

A aposentadoria foi em 1995 quando já estava perto dos 60 anos e “na fase de aparecerem alguns incômodos e doenças da idade”, como afirma o próprio Sebastião. Justamente por isso ele decidiu vender todos os seus bens em Glória de Dourados e mudar-se com a esposa para Campo Grande.

“Eu vim do Nordeste para Glória de Dourados com apenas 20 anos. Aos 21 já casei e fiz a minha vida inteira aqui no Estado. Tive cinco filhos. O mais novo mora em Dourados e tem 55 anos, já o mais velho tem 62 anos, calcula!”, conta rindo. “Sou muito grato ao Tribunal de Justiça porque foi o meu trabalho que proporcionou tudo isso. Hoje tenho 84 anos e moro com uma filha. Minha mulher faleceu já tem 12 anos. Faço hidroginástica quatro vezes na semana e também fazia pilates antes. De vez em quando vou no baile do Vovó Ziza dar uma dançadinha. Estou aproveitando a vida”.



**MARLENE BARCELLOS
DE SOUZA ALVES
ALMEIDA**



**NO INTERIOR DE MS ELA NASCEU,
TEVE A CARREIRA DOS SONHOS E VIROU
ARTISTA**

Aparecida do Taboado tem o rio Paraná, parque aquático, aquário municipal, ecoturismo, a moda de viola “60 Dias Apaixonado” e dona Marlene, que nasceu na cidade onde teve seus três filhos e seis netos. Também é o lugar no qual se realizou profissionalmente.

A irmã Syrene Barcellos de Souza Falleiros trabalhava no Judiciário desde a criação de Mato Grosso do Sul. Marlene era de uma estatal que ficava em frente ao prédio do fórum e desejava ser colega de expediente da turma da justiça. E que bom que não ficou só na vontade.

Pediu licença e foi estudar para o concurso com os livros emprestados pela irmã. “Me esforcei bastante e graças a Deus deu certo”, lembra da realização desse sonho. Então em 1986, aos 33 anos, Marlene Barcellos de Souza Alves Almeida começava uma nova carreira e no cargo de escrevente judicial.

Ela gostava muito do trabalho que fazia. “Os primeiros dias foram difíceis pelas novidades, pelo trabalho que eu não tinha muito conhecimento, mas fui bem recebida. Com o tempo perdi a insegurança e passei a me sentir em casa”, divide com carinho na voz.

E assim, melhor ambientada, assumiu o posto de escritvã substituta. “Naquela época não tinha as facilidades de hoje. Era máquina manual e depois elétrica para datilografar mandados e sentenças. Complicado porque tinha que refazer muita coisa, porém prazeroso. Só quando aposentei é que começaram a ser instalados os primeiros computadores na Comarca”.

Mas antes de se aposentar, Marlene foi designada secretária da Direção do Foro. Mesmo na Secretaria, exercia também a função de substituta. “Os processos eram divididos pelo número, de 0 a 9, para os funcionários que ali trabalhavam”.

O sentimento de cooperação, a amizade e, acima de tudo, o senso de justiça são valores desse tempo que Marlene guarda no coração. Ela se aposentou jovem, aos 41 anos, porque ainda não havia mudado a legislação, os filhos adolescentes precisavam dela e ela labutava desde muito cedo. Foi pajem, doméstica, bibliotecária e auxiliar de escritório, tudo anteriormente ao TJMS.

Agora aposentada sim, inativa nunca. Marlene está aproveitando, e muito bem, o dom que tem para o artesanato. Faz crochê, tricô, bordado livre, bordado em pedraria, bordado em fita, patch applique, pintura em tecido, tela, flores em EVA, vasos de serragem, para citar os que vêm logo em mente.

“Com oito anos comecei com crochê e me identifiquei. Acredito que nasci com esse dom. Como moro sozinha, coloco minha alma no artesanato que faço”, finaliza a habilidosa Marlene, que também foi igualmente dedicada à justiça do Estado.





SUELY SANTOS GARCIA



**ELA DEIXOU O MAGISTÉRIO E FOI
MUITO FELIZ EM SUA CARREIRA NO
JUDICIÁRIO**

Tem horas que a vida dá aquela reviravolta. E foi isso que aconteceu na história de Suely Santos Garcia quando ela ingressou no Tribunal. Natural de Campo Grande, mudou-se para Cuiabá acompanhando o marido e por lá foi professora por muitos anos. Tinha regressado à sua terra natal há pouco mais de um ano quando seu marido perdeu a batalha para uma doença, deixando ela e seus três meninos de 10, 14 e 18 anos.

Estava viúva ainda recente quando um amigo avisou do concurso para o cargo de agente de serviços gerais, destinado a trabalhar na copa. Não custava tentar já que era uma oportunidade de estabilidade muito bem-vinda naquele momento. Dava aulas numa escola particular quando pediu dispensa para entrar em exercício no fórum da Capital no ano de 1998. Foi lotada para atender, entre outros setores, o plenário do Tribunal do Júri.

Nunca tinha feito café em grandes quantidades, então deu aquele friozinho na barriga da novidade. A primeira providência tomada foi aprender as medidas para o café. E para não ter erro, seguia à risca a receita. Depois foi acertando a mão, descobrindo a preferência de cada Magistrado.

E foi um começo muito prazeroso, fora que era um pouco estranho também: “na sexta-feira, eu fechava minha copa e estava de tempo livre realmente, para cuidar da minha casa, dos meus filhos, ou o que eu desejasse fazer. Não tinha mais cadernos para corrigir, provas e atividades para elaborar e todas as tarefas de professor. Aquilo foi muito bom para mim, melhorou muito minha qualidade de vida”.

Logo que surgiu a oportunidade, mudou para o turno da manhã, coincidindo com a escola dos filhos, e também porque gostava de trabalhar cedo. Um dos juízes do Júri tinha por hábito que o almoço dos

dias das sessões de julgamento fosse feito nas instalações do Fórum. Sua parceira de copa era a cozinheira nesses dias e Suely dava uma mãozinha como auxiliar, lavando as louças ou descascando algum legume. Elas organizavam a mesa, talheres, tudo o que seria utilizado na pausa para o almoço do Magistrado, da equipe de trabalho e dos jurados.

Bem recebida por todos, ela mergulhou de cabeça no novo ofício. Quando houve a mudança para a atual sede do fórum, na Rua da Paz, ela deixou a copa para assumir outra função na equipe de apoio do Plenário das Varas do Júri, passando a trabalhar no setor da portaria.

Foi uma nova mudança. Começou a lidar direto com o público externo, recepcionando e encaminhando familiares das vítimas, réus, acadêmicos, imprensa e o público em geral para adentrarem ao plenário. Havia um certo direcionamento para que familiares das vítimas não sentassem próximos da família do réu. E tinha que ficar atenta à capacidade do local e impedir a circulação de pessoas, inclusive de servidores para os bastidores do plenário, apoiando o trabalho de garantir a incomunicabilidade dos réus. Contava também com o apoio dos colegas policiais militares.

Alguns casos interessantes, ela batia o ponto e ficava acompanhando os debates. Já noutros, onde sabia-se de antemão que seriam julgamentos longos, a equipe toda já se preparava e deixava avisado em casa que não tinham hora para chegar. Recorda de um júri de repercussão que foi até meia-noite. Suely não tinha carro nessa época e ficou na frente do Fórum aguardando o colega que se prontificou a levar o pessoal para casa, mas precisou fazer mais de uma viagem porque não cabia todo mundo.

Esteve na equipe que trabalhou no júri histórico de Ferdinando Beira-Mar e também noutro caso de repercussão que chegou um ônibus do interior lotado de amigos e familiares do réu. “Isso sem mencionar os acadêmicos de Direito que já se faziam presentes. Houve um telão no plenário menor, o juiz distribuiu fichas, lotamos os

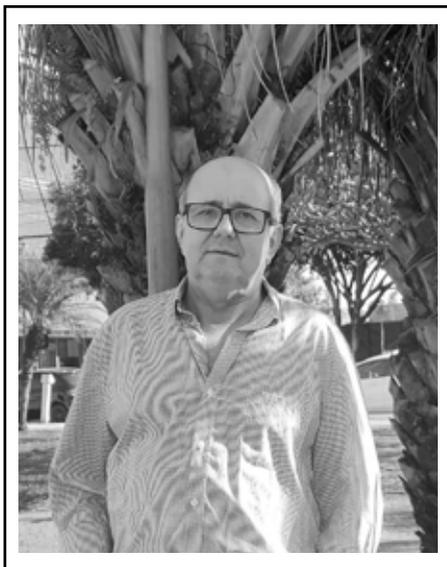
dois plenários e, mesmo assim, ficou gente de fora. Tiveram que rezezar as fichas”.

Assim encerrou sua carreira no ano de 2019, depois de passar seu último período do Poder Judiciário na portaria da Barão do Rio Branco. Era uma senhora experiente, com filhos casados e netos, quando dividia a portaria com a juventude que estava ainda no começo da vida e da profissão. Foi um pouco tia, mãe, confidente, conselheira e se adaptou também. Tinha a missão de estar atenta, controlando aqueles apressadinhos que tentavam adentrar ao Fórum pela manhã, mesmo cientes de que o atendimento ao público só começava à tarde.

De sua recém-aposentadoria, ficou envolta na reforma de sua casa no primeiro ano. Depois veio a pandemia e também tem hoje sob seus cuidados seu pai de 98 anos, o que a impede de visitar a netinha em São Paulo, sua única princesa. Mas, no aconchego do lar, recebe os dois filhos e os dois netos que aqui moram, além das noras e dos netinhos de quatro patas.

Resiliente com sua existência, Suely reflete: “eu acredito que nós estamos nessa vida cumprindo alguma coisa que foi combinada pelo universo. Então estou tirando esse tempo mais presa dentro de casa para cuidar de mim, de minha espiritualidade. Como sou uma pessoa otimista, busco extrair o que há de positivo em cada situação. E eu tenho muito orgulho dos meus filhos, netos. Não tenho do que reclamar, só agradecer. Deixei o Judiciário com esse sentimento também. Fui muito feliz por trabalhar no Tribunal, de onde tirei o meu sustento e levo comigo muitas coisas boas gravadas na minha mente e no meu coração”.





**ANTÔNIO CARLOS
ALBERGUETI
GARCIA**



**ELE CHEFIU CARTÓRIOS JUDICIAIS
POR QUASE 40 ANOS**

Sua experiência no cartório extrajudicial de Nova Andradina foi o que motivou o convite para ser escrivão do Fórum de lá, por ocasião da instalação do Estado de Mato Grosso do Sul em 1979. Era preciso colocar o recém-criado Poder Judiciário em funcionamento também nas Comarcas do interior e Antônio Carlos Albergueti Garcia recebeu esse convite diretamente do Juiz.

Antônio Carlos conta que o Fórum começou a funcionar num anexo da Prefeitura construído para abrigar os dois gabinetes de Juiz, dois cartórios, além de uma sala para a Defensoria Pública e outra para o Ministério Público. Aliás, todos os poderes da cidade ficavam próximos no entorno da Prefeitura.

Ele foi lotado na 1ª Vara, privativa de processos envolvendo menores de 18 anos e os casos do Tribunal do Júri. As sessões de julgamento ocorriam no plenário da Câmara Municipal. Para compartilhar o espaço, os vereadores realizavam suas sessões à noite e, de dia, ocorriam os júris populares. Quando os julgamentos se estendiam além da conta, era preciso suspender as sessões da Câmara.

Ser escrivão naquele tempo também era bem diferente dos dias atuais. O Juiz não tinha assessoria e quem acompanhava o júri era o próprio Antônio Carlos, cuja agilidade nas máquinas de datilografia dos tempos de cartório extrajudicial era muito bem aproveitada para teclar, na hora, os interrogatórios dos réus e os depoimentos das testemunhas. “Tínhamos um, dois servidores na vara, quando muito. Fazíamos todo o serviço de apoio ao Juiz”, explica.

Quando veio o primeiro concurso para o Tribunal, Garcia prestou para escrivão em Ivinhema. Mudou-se para a Comarca em 1981. Casado e pai de três filhos, Antônio era reconhecido por ser um escrivão ágil, prático, bom de memória e de datilografia. Seu sonho na



época era mudar-se para a Capital. Quando recebia as correições na região de Ivinhema, ele costumava ser solicitado pela equipe da Corregedoria-Geral de Justiça do TJMS para seguir com eles nas Comarcas próximas. Fazia os termos e o que mais fosse necessário.

A carreira de escrivão naquele tempo tinha a possibilidade de promoção, semelhante à existente na Magistratura. E foi assim que chegou à Capital em 1988, promovido para a 2ª Vara Cível de Campo Grande, com competência para Família e Sucessões. Antônio ocupou a vaga deixada pelo então escrivão da vara, Geraldo de Almeida Santiago (atual Desembargador do TJMS), o qual havia iniciado naquele ano sua carreira na Magistratura sul-mato-grossense.

Trabalhou no Fórum de Campo Grande até a criação dos Juizados Especiais, no início dos anos 2000, quando foi convidado a chefiar o cartório da 1ª Vara dos Juizados, instalada na Avenida Calógeras, em frente ao Hotel Concord. A implantação dos juizados no Estado criou a jornada noturna, período em que ocorriam as audiências.

Como escrivão responsável por um dos cartórios desse início dos Juizados Especiais, Antônio Carlos recorda da demanda intensa. Além de permanecer as oito horas diárias em atividade, avançava noite adentro, muitas vezes até as 22, 23 horas e levava serviço para casa nos fins de semana.

Mas tudo era muito gratificante, conta ele. Foi um tempo no qual a população mais simples teve acesso ao Judiciário pela primeira vez. Os serviços eram praticamente todos gratuitos. “Muitas vezes parávamos um pouco o serviço e ficávamos nos corredores acompanhando o desenrolar das audiências. Chegava de tudo. Era interessante e curioso para nós servidores descobrirmos o que seria feito com as situações discutidas, tantas delas pitorescas”.

Com certo saudosismo, Antônio recorda desse tempo, algo inviável nos dias atuais. Ele conta que certa vez atendeu uma senhora que veio cobrar cinco coxinhas vendidas para um pedreiro que não



honrou a dívida. “Ela vivia disso. Eu a atendi, e até comentava, esse caso vai entrar para história, mas eu vou atender a senhora. E de fato abrimos o processo, o pedreiro compareceu à audiência e conseguimos que ela recuperasse o valor devido”.

Antônio dedicou diversos anos chefiando cartórios dos Juizados Especiais. Trabalhou muito tempo na Avenida Costa e Silva, na chamada Casa da Cidadania, onde também funcionavam as Turmas Recursais. Viu surgir por lá a Justiça Comunitária e a Itinerante.

Seu período nos juizados, sobretudo na Casa da Cidadania, é o tempo que mais lhe marcou. Foi onde conseguiu ajudar o público de baixa renda, com pouca instrução. “Era gratificante pois víamos a grande maioria das pessoas sair satisfeita porque resolvíamos os problemas delas”.

Ele ainda pegou a mudança para o Juizado Central, instalado em 2008 na rua Joaquim Murtinho. Mudaram muito as coisas nessa época. Antônio se tornou diretor de cartório das seis varas criminais, enquanto outro colega escrivão assumiu os cartórios cíveis. Chegou até a visitar a obra do Cijus, mas preferiu não encarar a nova mudança.

Já era tempo de parar. Tudo já estava muito diferente, embora a tecnologia facilitasse ao fazer boa parte do serviço. Por outro lado, as relações humanas foram ficando muito distantes para seu gosto. Resolveu se aposentar em 2016, depois de 37 anos de dedicação ao Poder Judiciário de Mato Grosso Sul e hoje tem a missão de chefiar, com muito gosto, a cozinha de sua casa.





**VALDETE DE
CARVALHO
COELHO**



**QUE SEJAM BEM-VINDAS AS NOVAS
EXPERIÊNCIAS!**

Parque Nacional da Sequoia, na Califórnia, abrigo das cinco maiores árvores do mundo, sendo uma delas o mais elevado ser vivo da Terra, e Parque Nacional de Zion, em Utah, com canyon de paredes gigantes que impressionam até os mais avisados. Belezas cênicas caracterizam esses destinos imperdíveis, formados há muitos anos, e que por tudo isso chamam a atenção de Valdete de Carvalho Coelho que, antes de entrar no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, queria fazer Geografia e saber a origem e o comportamento de lugares naturais tão incríveis.

“Quando viajo, gosto de fazer uma leitura da região onde estou conhecendo e é muito bom. Apenas uma pincelada desse mundo tão bonito e interessante”. Assim Valdete já visitou os dois parques citados, o Parque Red Rocks e quer mais. Aliás, se levar em conta o fato de que ela é uma das servidoras da justiça estadual mais antigas em atividade, o desejo está consumado. Mas para entender tamanha determinação, propõe-se agora um novo início para esta história.

Valdete nasceu no Paraná, em Cruzeiro do Oeste, e estava se preparando para o vestibular quando um amigo de Naviraí que trabalhava no Fórum falou do concurso do TJMS. Ele não só falou, mas insistiu para que ela tentasse. “Então me inscrevi para a vaga de Depositário e comecei a estudar, ver algumas matérias. Fiz o concurso, acompanhei pelo Diário e meu amigo também. Aí ele me disse que eu tinha passado e vim para Mato Grosso do Sul com 23 anos”, pontua.

Lembra ainda que foi um começo difícil porque estava acostumada a morar no Paraná, onde as coisas eram mais fáceis, pelo menos naquela época. Como, por exemplo, estudar. “Aqui em Naviraí não tinha nenhuma faculdade e Dourados era longe e complicado para ir. Aí fiquei um tempo sem estudar. Mas depois consegui fazer Geografia”.

Com toda deferência à graduação, Valdete seguiu trabalhando no Tribunal. Ficou como Depositária por dois anos e, depois de um novo concurso, assumiu a função de Distribuidor/Contador/Partidor. “Meu primeiro e único emprego, esse. Gosto muito de trabalhar aqui. Gosto da responsabilidade que tenho, gosto do ambiente porque me sinto bem, gosto de interagir com os colegas de trabalho e com as pessoas que aqui chegam para serem atendidas, pois dependemos delas para o sucesso do nosso trabalho. Também gosto dos desafios porque por meio deles estou sempre aprendendo e vivendo novas experiências”.

E hoje ela gosta também de morar em Naviraí. “Aqui me estabeleci. Após três anos de mudança me casei e formei minha família. Naviraí significa muito para mim. Cidade pequena, mas aconchegante. Aprendi a valorizar o lugar que moro e trabalho”.

Ainda sobre a carreira, Valdete soma 37 anos de TJMS. “É muito bom saber que posso continuar até mais um pouco, pois tenho saúde e disposição. Depois da aposentadoria pretendo continuar viajando, aumentar mais meu ritmo na academia e continuar estudando (no momento estudo italiano)”. É vida que segue para quem ama boas novas.



WAGNER ROBERTO DE OLIVEIRA



O TJMS LHE OFERECEU O EMPREGO
DA VIDA

“**C**erta vez tinha que cumprir um mandado de intimação em Chapadão do Sul. A pessoa estava me esperando de manhã logo cedo, pois iria sair em viagem para o Paraná. O ônibus saía de Cassilândia à 1h20 com destino a Costa Rica. Chegando em Chapadão do Sul, o cobrador não me acordou. Resultado: fui parar perto de Costa Rica, num frio danado”, assim começa o personagem central desta história, Wagner Roberto de Oliveira.

Claro que ele esperou pelo próximo ônibus de volta para cumprir com sua obrigação. Trabalho que Wagner exerce desde 1985. Aliás, o primeiro e único trabalho da vida dele! E isso é uma outra e boa história.

Wagner nasceu em Jales, interior de São Paulo, no dia 6 de maio de 1958. Nasceu filho de pai comerciante e mãe do lar que, em busca de novas oportunidades, trouxeram toda a família para Mato Grosso do Sul. “Na época eu estava desempregado e tinha um compadre e um tio materno que já eram concursados no cargo de oficial de justiça em Paranaíba. Prestei o concurso porque o salário era atrativo e era uma maneira de ter mais conhecimentos”, lembra assim desse começo.

Então ele morava em Paranaíba quando prestou o concurso do Tribunal de Justiça para o cargo de oficial de justiça em Cassilândia. Foi o segundo oficial concursado a ser convocado na Comarca onde ficou por 17 anos, período em que as diligências também eram cumpridas em Chapadão do Sul, que ainda não era circunscrição. E lá ia Wagner de carona ou de ônibus na madrugada para poder cumprir os mandados, como pode ser confirmado na abertura deste texto.

Em 1999 foi instalada a comarca de Chapadão do Sul, município onde o oficial foi morar em 2 de junho de 2002. Por meses, Wagner se hospedou em um quatinho numa edícula que ficava nos fundos do



prédio do Fórum, que era alugado. Até que, em dezembro do mesmo ano, sua família veio estar com ele, e nessa boa companhia o servir a justiça seguiu.

“Outra vez fui cumprir mandado de busca e apreensão em companhia do motorista do caminhão para levar o bem apreendido de Chapadão do Sul para Cassilândia. Chegando na fazenda, o arrendatário/executado me ameaçou dizendo que estava armado, que poderia me matar, e que não sabia onde estava o implemento. Simplesmente chamei o motorista do caminhão e retornamos para Cassilândia”, relata sobre os ossos do ofício.

Nesses 37 anos de profissão, ele faz questão de trazer aqui o nome dos juízes colegas de trabalho que foram Geraldo de Carvalho, Sideni Soncini Pimentel, José Gomes da Silva, Jackson Aquino de Araújo, Fernando Paes de Campos, Jairo Abrão, Odilon de Oliveira, Edna Serrou Camy, Aparecida Henrique Barbosa, Maria Isabel de Matos Rocha, Mário Eduardo Fernandes Abelha, Mariel Cavalin, Munir Yussef, Márcio Rogério Alves, Marcel Henry Batista de Arruda, Gil Messias Fleming, Luciane Buriasco, Daniela Endrice, Silvio César Prado, Anderson Royer e Bruna Tafarello.

“O que mais me marcou foi servir ao Poder Judiciário, e ainda sirvo!”, diz com alegria e complementa: “até porque ainda tenho um filho para formar em 2024”, desfecha o servidor que celebra ter conquistado o bem-estar da família com a única e orgulhosa carreira de oficial de justiça em Mato Grosso do Sul.



**CATARINA
DE ALMEIDA
GONÇALVES**



**DONA CATA FOI A PRIMEIRA
COPEIRA DO TJMS**

A oportunidade para trabalhar no TJMS surgiu num momento um tanto quanto inapropriado para exibir um belo sorriso. Catarina de Almeida Gonçalves era uma dona de casa com os filhos já crescidos no ano de 1979. Dona Cata, como todos a conheciam, estava em pleno tratamento dentário justo no dia em que um oficial de justiça foi encaminhado até sua residência para levá-la à entrevista de emprego.

“Precisavam de uma pessoa de confiança para fazer café para os Desembargadores e minha vizinha me indicou. Eu não fazia ideia o que era o Tribunal. Só sabia que era uma coisa importante e queria muito trabalhar, mas justo naquele momento? Havia extraído meus dentes. Não tive escapatória: ou eu embarcava no carro naquela hora com o oficial de justiça ou perderia a vaga. Então fui. Era lá na Câmara de Vereadores ainda e conversei com a mão na boca para disfarçar. A diretora me deu 15 dias para eu arrumar meus dentes e me apresentar já no prédio do Edifício Cosmos que estava sendo preparado para comportar a nova sede do recém-criado órgão estadual do Judiciário”.

O começo foi bem difícil, conta Dona Cata. A estrutura ainda estava sendo organizada e era só ela para preparar o café e servir aos Magistrados e servidores. Com o tempo, foi pegando o gostinho como cada Desembargador preferia seu cafezinho. Quando chegava visita de autoridade, como o Governador do Estado, ela já ficava esperta e passava um cafezinho novo que logo já lhe pediriam para servir.

Com o tempo o Tribunal foi crescendo e contrataram um garçom. Então ela não precisava mais servir. Ficava só na produção. E veio o chá gelado, além do café doce e amargo habitual. Preparou também muito cafezinho quando o TJ foi para a Rua Belizário Lima. E quando mudaram para a sede própria no Parque dos Poderes, as equipes de copa já eram maiores, distribuídas por andar e setor, embora o ambiente ainda não estivesse pronto. Mas a ordem era mudar



para a sede própria e lá foram eles. Época em que começou a servir também o pingado e o requisitado toddynho gelado, que hoje já não está mais entre as opções disponíveis.

Mesmo assim, Dona Cata revela o segredo da receita que ficou na memória de muitos servidores. “Eram vidros de Toddy mesmo. O Tribunal sempre foi muito exigente na qualidade dos produtos. Eu batia ele no liquidificador, bem caprichado e geladinho. Ficava muito bom. Muitos filhos de Desembargadores, quando vinham visitar seus pais, davam uma passada lá na copa atrás do toddynho gelado. Vi muitos deles crescerem. Alguns viraram servidores, Magistrados e até Desembargadores. Não sei se eles se lembram de mim, mas eu lembro deles ‘gurizotes’. Parece que visitavam o Tribunal só pelo toddynho de tanto que gostavam”.

Dona Cata permaneceu ao longo de seus mais de 20 anos de atuação na copa que atendia aos Presidentes do Tribunal. Conheceu diversos deles e alguns se tornaram mais íntimos nas conversas cordiais, além de outros tantos Desembargadores que davam aquela passadinha lá no seu cantinho para pegar um cafezinho fresco saindo na hora.

No fim de sua carreira, cobria o turno da manhã, quando o Judiciário, fora do horário de atendimento ao público, ainda conserva uma movimentação menos intensa. E com os tempos de experiência se virando sozinha, resolvia o serviço de atendimento matinal rapidamente até que a calma de repente era suspensa por algum encontro ou visita inesperada. “Quando minha chefe chegava à tarde, eu só relatava que houve uma visita, um evento e eu havia preparado tudo. Ela até me indagava porque eu não a tinha acionado, mas não tinha necessidade. Eu sabia o que precisava ser feito!”.

Assim Dona Cata deixou saudade no ano de 2000, quando pediu sua aposentadoria aos 60 anos de idade. O Tribunal de Justiça foi seu primeiro e único emprego. Prestou concurso para o cargo depois e deixou o exemplo a seus 5 filhos. Quatro deles optaram pela carreira pública: um no Exército, uma fez carreira no TRE e outras duas no TJMS.





EROTHILDES QUEIROZ



EROTHILDES É A DISTRIBUIDORA
MAIS LONGEVA DO FÓRUM DE CAMPO
GRANDE

Num mundo de relações pessoais e profissionais cada vez mais instáveis, saltam aos olhos exemplos de pessoas que demonstram comprometimento e constância nas funções que desempenham. Erothildes Queiroz é uma dessas pessoas. Ela ocupou o cargo de distribuidora do Fórum de Campo Grande por mais de meio século.

Ingressou como distribuidora, partidora e contadora do Poder Judiciário de Mato Grosso no longínquo ano de 1954, com apenas 18 anos de idade, ocupando a vaga deixada pelo primo. Em 1968 foi efetivada no cargo em que esteve à frente por 55 anos, até se aposentar, aos 73 anos, em 2009.

A função de partidora e contadora com o tempo foi repassada para outros encarregados, mas quando iniciou no Judiciário precisou executar a tarefa que compreendia cálculos muito difíceis. Teve como principal auxiliador o ilustre advogado Heitor Medeiros, que hoje dá nome ao Fórum da Capital. “Ele era muito inteligente, bom e correto”, recorda Erothildes.

Num mundo ainda muito distante de computadores como ferramentas de trabalho, o sorteio na distribuição dos processos novos era feito utilizando um globo de bingo. Pós-sorteio, cada cartório tinha um carimbo para identificar o destino da petição inicial. Ela conta que acumulou muitos livros que documentavam os sorteios e coletavam a assinatura do Juiz Diretor do Foro, o qual atestava a lisura do ato.

Casou-se e teve três filhos, mas seu esposo a apoiou para continuar na ativa. Com a ajuda dele e de sua mãe, Erothildes pôde conciliar a maternidade com o trabalho. Naquele tempo, o cartório distribuidor era um serviço delegado como serventia extrajudicial.

Anos mais tarde empregou dois de seus filhos e uma neta. Aliás, o do meio era seu substituto legal no cartório distribuidor, o que o impediu de participar de uma viagem em família, se diverte Erothildes. Ela tinha fechado um pacote de navio para a Europa, deixando ele de fora, muito a contragosto. “Mas ele era meu substituto, tinha que ficar”, justifica.

Erothildes acompanhou muitas mudanças no Judiciário ao longo dos anos e recorda da turma maravilhosa que iniciou o TJMS com a instalação do Estado em 1979 e o funcionamento inicial do órgão na Câmara de Vereadores. Recorda também dos bons tempos de contatos pessoais mais próximos com advogados, magistrados e o público em geral.

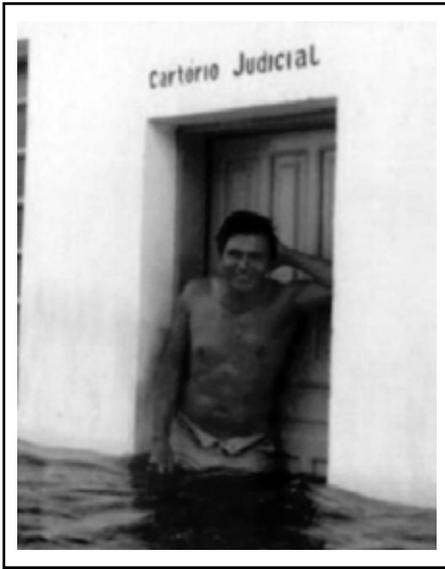
Viúva desde 2013, narra que seu esposo tocava uma fazenda da família e nem sempre estava na cidade, mas sempre que podia a levava de mãos dadas ao trabalho. Embora ele nunca tenha confessado o motivo do hábito, Erothildes acredita que, de certo modo, podia ser uma forma de se mostrar presente, sobretudo num universo predominantemente masculino de advogados e juízes.

Mas não havia com o que se preocupar já que postura e ética profissional sempre foram suas marcas. Nesse universo de tanto contato com o público, muitas vezes os falatórios mais diversos chegavam até seu ouvido. No entanto, qualquer que fosse a situação, aquela conversa morria ali.

Buscou sempre manter os serviços em dia, afinal os juízes eram exigentes. Outro ponto marcante de sua trajetória foi a busca por se manter atualizada. Logo que os computadores pessoais se popularizaram no país, por volta de 1995, Erothildes tratou logo de contratar um técnico para digitalizar e modernizar seu cartório. Sua vasta experiência a tornou referência no setor, auxiliando no treinamento de muitos novos distribuidores que ingressavam na função.



Depois de tantos anos de dedicação, Erothildes acredita que parou na hora certa. Embora continue na ativa na vida pessoal, nos altos de seus 86 anos, ela dirige, viaja, passeia, se dedica à espiritualidade e à família, e perpetuou durante sua longa história no Judiciário muito aprendizado e boas recordações para quem teve a oportunidade de trabalhar ao seu lado.



ALEIXO FRÓES



O POVO PANTANEIRO NÃO
ABANDONA SUA QUERÊNCIA E NEM O
BARCO

Ele nasceu em Porto Murtinho, município pantaneiro, num terreno lar de sítiantes que plantavam melancia, pimentão, tomate, abóbora, mandioca, batata-doce, banana, abacaxi, laranja e o que mais a terra à beira do rio Paraguai pudesse fazer frutificar. E chegou ao TJMS aos 24 anos, recém-casado, pai também novato e, portanto, com muitas expectativas para conseguir um bom trabalho. “A cidade não tinha muitas opções, mas eu estava feliz com a oportunidade e o salário. Meu novo emprego era invejável”, detalha Aleixo Fróes.

Foi nesse entusiasmo nomeado para exercer a função de escrevente juramentado no Cartório do 1º Ofício de Tabelionato e Registro de Imóveis em 1979, quando ainda não existiam os Cartórios Judiciais. Logo após a instalação do Tribunal de Justiça eles foram criados e, via de consequência, o cargo de escrivão judicial e escrevente judicial.

Assim, no dia 15 de maio de 1980, Aleixo foi contratado pelo TJMS para exercer o cargo de escrivão, permanecendo na situação até 31 de agosto de 1981. “No dia 1º de setembro de 1981, tomei posse para exercer o cargo efetivo de escrivão por portaria assinada pelo Desembargador Jesus de Oliveira Sobrinho. Cargo que ocupei até a data da minha aposentaria, ocorrida em 5 de maio de 2014”.

Preciso em relação a datas, ele divide ainda o que viveu com as enchentes que marcaram o povoado, sua trajetória profissional, os anos de 1979, 1980 e 1982 e, conseqüentemente, o início do Judiciário estadual. “Nesses três anos Porto Murtinho foi totalmente inundada pelo rio Paraguai. As enchentes ocorriam entre maio e agosto. Então foi criada a Cidade de Lona, distante seis quilômetros, para abrigar os moradores. Muitas pessoas também foram morar com parentes em Campo Grande, Jardim e Aquidauana”, recorda.

Na enchente de 1979, o Juiz Crescentino Sisti foi designado para trabalhar também na Comarca de Bela Vista. Ele determinou então aos



titulares dos cartórios de 1º e 2º ofícios de Porto Murтинho que entregassem todos os processos para Aleixo para que ele transportasse tudo para a cidade conhecida como Princesa do Apa.

“Lembro que eu, com processos acondicionados em vários sacos de estopas, saí de Porto Murтинho no caminhão de um fazendeiro. Em Bela Vista o cartório unificado funcionou numa pequena sala dentro do Fórum, onde fiquei trabalhando sozinho por quatro meses e sem telefone”.

Em 1981, a Prefeitura Municipal de Porto Murтинho cedeu um prédio para que funcionasse o Fórum e o Tribunal de Justiça mandou as mobílias para gabinete do Juiz, sala de audiência, cartórios, sala de oficiais de justiça e cartório distribuidor, contador e partidor. Daí já viu! “Na cheia de 1982 tivemos muitos problemas com os móveis, as máquinas e os processos arquivados. Para suspender os móveis tivemos que fabricar vários cavaletes até o teto e num determinado momento precisou retirar os móveis do prédio”.

E com a ajuda de alguns servidores, todos os móveis foram retirados do local e colocados em uma lancha que seguiu para a Cidade de Lona. Para que fosse possível completar toda essa logística, eles afundavam rapidamente os móveis para tirar pelas portas. “Não queira imaginar como isso foi difícil”.

Mesmo assim Aleixo, o escrivão pantaneiro, não abandonou o barco. Ainda bem. Porque depois de três anos viu o Fórum da sua terra ser inaugurado. Era 1984 quando conquistaram um prédio próprio, sem qualquer possibilidade de sofrer com os grandes e conhecidos volumes de água e com uma fachada estampando o nome do tio César Fróes, famoso rábula da região. Mas essa é outra história.





MARIA DA CONCEIÇÃO



O TJMS A RECONCILIOU COM A
SALA DE AULA

Maria da Conceição era professora da rede pública estadual em Araçatuba, interior paulista, quando a empresa do marido o transferiu para Mato Grosso do Sul. E lá estava ela de volta à sua terra. A rio-pardense morou na cidade onde nasceu até os 14 anos até que o pai, ferroviário aposentado, decidiu por ampliar as possibilidades de estudo dos filhos.

Foi assim que Araçatuba passou a ser o novo lar da família Brito. Lá Maria da Conceição estudou enquanto trabalhava no comércio. A faculdade de Letras foi terminada na Instituição Toledo, em Bauru, a 195 quilômetros, e desde o 2º ano ela dava aula. Vivendo em Araçá (denominação carinhosa da cidade) ela também casou e foi se estabelecendo, fincando raízes mesmo. Mas o destino queria que ela regressasse. Estava nos planos? Não. Porém “foi a melhor coisa que me aconteceu!”, exalta.

E aos 38 anos Maria se defrontava com um recomeço profissional, e é justamente aqui que o Poder Judiciário rompe. “Não foi fácil deixar a carreira para trás, mas as coisas passam e temos que acompanhar, e aí surgiu a oportunidade de prestar concurso para o ingresso no TJMS”, relembra.

Bastou essa chance para que ela assumisse o cargo de técnico judiciário. Trabalhou por dois anos na leitura de acórdãos. Depois foi nomeada, em cargo comissionado, a revisora de debates. Na revisão dos acórdãos, surgiu a oportunidade de dar aula de português para os colegas que procuravam se preparar para um novo certame. “Fase muito importante na minha vida porque não parei mais. Dei aula por 30 anos”, reparte ainda agradecida.

Ao mesmo tempo em que era servidora do Judiciário, tanto que gostava de sala de aula, prestou concurso para lecionar no ensino mé-

dio do Estado. Só não assumiu porque teria que largar o Tribunal de Justiça. Logo seguiu sua predestinação dando aula particular. “A sensação de poder colaborar para que o outro atingisse um objetivo, realizasse um sonho, é ótima. Já fui convidada para a posse de juiz e promotor de ex-alunos. Sempre me emociono muito. Até hoje a sensação persiste quando encontro com eles”, explica com carinho.

Seu marido, Mauro Cezar Duarte, depois passou no concurso da Secretaria de Estado de Fazenda. Carreiras dos pais redefinidas como já contado, daí os filhos nasceram sul-mato-grossenses e três das quatro netas igualmente. E hoje, aos 76 anos, Maria da Conceição de Brito Duarte tem uma vida de muitos privilégios. “Fase muito boa de só curtir netos e viajar. Faço aula de francês, inglês, música. Estou bem, ativa, saudável e tranquila. Gosto muito de ler. Livro é tudo de bom. Com o tempo preenchido, procuro me cuidar até onde Deus quiser”. Amém.





DIRNEIA MONFORT



É SÓ CHEGAR NO FÓRUM DE PONTA
PORÃ QUE O DIA DELA MUDA!

Dirneia Monfort é uma mulher dedicada ao trabalho. Ela começou sua vida profissional aos 16 anos de idade no comércio de Ponta Porã, cidade que foi morar com seus pais e seus seis irmãos quando a família decidiu fechar sua funilaria em Corumbá e abrir outra na região da fronteira.

“Venho de família simples, então eu precisava trabalhar. O emprego que surgia, eu aceitava. Cheguei a trabalhar nove anos em uma lotérica e posso dizer que foi um tempo perdido porque nem carteira assinada eu tinha, mas não podia ficar sem trabalho”, conta Dirneia revelando as dificuldades que já enfrentou.

Muitos anos se passaram desde o primeiro emprego, e após um período de dois anos sem conseguir trabalho fixo, Dirneia decidiu que precisava mudar de estratégia. “Saiu o concurso para agente de serviços gerais do Fórum daqui (Ponta Porã) em 2002 e eu resolvi prestar. Eu nem tinha terminado os estudos, mas quis fazer o concurso. Me dediquei, aproveitei que estava sem trabalho para só me preparar, e passei em primeiro lugar, isso com 45 anos de idade”.

A servidora recém-ingressa começou a prestar seus serviços na Copa do Fórum de Ponta Porã, local onde trabalhou até sua função ser repassada para empresas terceirizadas. Com a mudança, ela e suas duas colegas do mesmo concurso foram remanejadas para outros setores, sendo que Dirneia foi alocada na 3ª Vara Cível, auxiliando nos serviços do cartório.

“Eu sou assim: quando não sei, eu pergunto mesmo. Tá certo? É assim que faz? Então fui aprendendo o serviço aos poucos e logo já sabia fazer tudo. Ajudava bastante no cartório em vários trabalhos”, afirma categoricamente.

Alguns anos depois o Protocolo precisou de ajuda e Dirneia, sempre mostrando muita competência em tudo que se propõe a fazer, foi enviada para auxiliar no setor. Ela, no entanto, não ficou muito tempo trabalhando ali pois logo foi convocada pelo Secretário do Fórum para trabalhar diretamente com ele.

“Eu amo meu trabalho. Não tenho do que me queixar. Eu costumo dizer que, se estou com alguma dorzinha, é só eu chegar no trabalho que sarar. Trabalho com vontade, carinho. Sou daquelas pessoas que converso com todo mundo e todo mundo me trata muito bem, de servidor a Juiz”, diz Dirneia com alegria latente na voz.

Hoje, aos 68 anos de idade, com sua vida construída com seu próprio esforço, Dirneia não quer se aposentar. “Trabalhei minha vida inteira, mas vou trabalhar até me deixarem. Não quero abrir mão do meu trabalho, não quero parar nunca”.



JOSÉ ALVES MARTINS



AS GRANDEZAS QUE O ESTUDO
TRAZ

Ele chegou a cursar até o 4º ano de Engenharia Civil. Já a faculdade de Economia, essa sim concluída, foi uma opção por não ter sido aprovado em Direito. Como estudar Direito era um sonho, dessa vez o douradense José Alves Martins não só se formou, mas fez duas pós-graduações na área e, sempre que possível, faz cursos que possam aperfeiçoar seu trabalho, o que será detalhado mais adiante.

O momento improtelável aqui é sobre a inquietude em relação aos estudos, que ele mesmo explica: “sou filho de família nordestina. Meus pais nasceram na cidade cearense de Mombaça. Meu pai Francisco Alves Martins e minha mãe Maria Amélia de Oliveira Martins vieram para Mato Grosso do Sul e tiveram 10 filhos. Passei minha infância na área rural e naquela época era muito difícil estudar em razão da locomoção e do trabalho no campo. Por ser uma família grande, nem todos os filhos podiam estudar. Assim me formei na Escola Estadual Padre José Daniel em Vicentina, onde concluí o curso de técnico de contabilidade, que era o 2º grau. Com a dificuldade da vida rural, decidi morar em Campo Grande com a finalidade de concluir os estudos, ter um trabalho e ter uma vida melhor”.

E teve. José Alves Martins passou a fazer parte da equipe do TJMS com a criação da Comarca de Ribas do Rio Pardo. Foi logo nomeado para exercer o cargo de escrivão judicial, tomando posse no dia 19 de março de 1982. “Comecei como nomeado, depois prestei o concurso para oficial de justiça e atuei na Comarca de Campo Grande e atualmente Dourados”, assinala assim suas ocupações.

Após se formar em Direito, ele fez a Escola da Magistratura em Dourados e em 1999 passou no Exame da Ordem (OAB/MS). Também passou no concurso para defensor público de Mato Grosso, mas não quis tomar posse para não ficar longe da sua família. José já estava casado com Cecília Yukie Inoue Martins, com quem tem três filhos.

Mas voltando a Ribas e ao TJMS, José considera um começo difícil. “O deslocamento era complicado e os cartórios só tinham máquinas de escrever e poucos funcionários. Então tive que atuar também como distribuidor de ações. Não tinha telefone, só o posto telefônico”, recorda da época de escrivão.

Já atuando como oficial de justiça, José conta que “uma vez fui cumprir um mandado de busca e apreensão numa fazenda em Campo Grande e ao apreender as máquinas agrícolas e os tratores, estando juntamente com um advogado da parte requerente, encontramos o segurança da fazenda na portaria e informamos quem éramos e o que fomos fazer. Não permitiram nossa entrada e apontaram as armas próximas aos nossos corpos, fazendo que voltássemos de ré. Estávamos com um Fusca e voltamos a São Gabriel do Oeste, e ao chegar no posto da Polícia Militar, no qual havia dois policiais, eles não puderam ajudar porque não podiam deixar o lugar vazio. Depois, com a determinação judicial do Dr. Gilberto da Silva Castro, da 11ª Vara Cível de Campo Grande, foi possível cumprir o mandado. Fizemos a apreensão e passamos a noite toda na fazenda para realizar o serviço. No outro dia, conseguimos concluir com êxito nosso trabalho e chegamos, após 24 horas, na nossa cidade. Cansados, mas satisfeitos”.

Passagem essa que vem à tona quando é preciso fazer um resgate da sua trajetória profissional. Mas quando seu José fala sobre o que o marcou nesses mais de 35 anos de TJMS, “foi a transformação da tecnologia, deixando as máquinas de escrever para os computadores, telefone e celulares que facilitaram nosso trabalho”, festeja.

E de volta ao começo desta história e ao valor do que é a escola, a filha mais velha de José, Lígia Inoue Martins, e a segunda, Talita Inoue Martins, são formadas em Direito e advogam. O caçula, Alex Inoue Martins, está cursando o 5º ano de Medicina. “Me sinto realizado, pois não tinha expectativa quando chegamos aqui. É um privilégio conseguir ter todos os filhos com diploma de faculdade. É muito gratificante”, diz, à espera de uma aposentadoria tranquila e abundante.





IVANIR DE FÁTIMA MONTEIRO



SEMPRE CABE MAIS UM

O coração de Ivanir tinha mesmo que bater já na porta de entrada desta história. Senão ela não seria bem retratada. Tudo o que ela fez e faz, parece coisa de mãe. Das aquelas mães reais, é claro. Como priorizar a prole mesmo se dedicando tanto ao trabalho no TJMS. Lugar aliás onde ela adotou mais uma porção deles. De filhos. Diz ela porque já entrou no Judiciário com 41 anos e era mais velha...

De Campo Grande para a Comarca de Camapuã, ocorreu como ela mesma descreve a seguir: “ingressei em 1999, ocasião em que estava trabalhando em uma empreiteira de serviço de esgoto. Estava insatisfeita com o salário, com as atribuições, passando por momentos difíceis, quando fui chamada para assumir o cargo de escrevente judicial. Foi um desafio enorme, mas eu precisava melhorar. Tive que deixar minha família na Capital. Marido e um casal de filhos. Meu filho Gustavo tinha 13 anos e minha filha Gabriela tinha 9. Eu ia todo fim de semana ver meus filhos”.

Haja coração ou disposição materna, não é mesmo? Mas ainda bem que Gabriela logo foi morar com a mãe em Camapuã. E focada no que foi fazer no interior, Ivanir, que era administradora por formação, decidiu cursar Direito. Só que a faculdade era em Rio Verde, para onde viajava todo santo dia. “Fiz inspirada no meu irmão, que era o juiz Ivan Amando Monteiro. Eu o admirava e ele sempre me incentivou. E também fiz para melhorar meu desempenho profissional. Foi assim que tive cargos melhores. Consegui ser chefe de cartório”, adianta a narrativa.

Ivanir estava se sentindo enfim valorizada profissionalmente e, acrescenta, socialmente. “No trabalho fiz novos amigos e me sentia mãe de todo mundo por conta da minha idade. Sou muito grata”. E assim foi pelos oito meses que ficou em Camapuã. No primeiro se-



mestre de 2000 foi removida, a pedido e com consentimento do Juiz da comarca na época, Ivo Salgado da Rocha, e do Presidente do TJMS, Desembargador Rêmolo Letteriello, para Campo Grande. Sua filha Gabriela tinha sopro no coração e precisava de cuidados médicos especializados, e o coração da mãe, óbvio, não titubeou.

Requerimento duplamente deferido, nos 10 anos que se seguiram ela continuou na função de escrevente judicial e, vez ou outra, substituía a chefe do cartório que concentrava duas varas. Quando foram separadas, isso em 2010, Ivanir foi indicada para chefiar o cartório da 9ª Vara Cível e a oportunidade foi concedida pelo Juiz Maurício Petruski, devidamente nominado aqui como uma singela homenagem da ex-colega de trabalho.

Assim ela permaneceu até a aposentadoria. “Mais um aprendizado e tanto! Muita coisa para resolver, atender o juiz, funcionários, balcão, mas eu me sentia muito bem, me sentia ‘a profissional’. Considerarei como mais importante o atendimento de excelência para a população e os advogados, e ser humana com os funcionários, porque cada um tem seus problemas. Me encontrei e amei tudo o tempo todo. Trabalhei com amor, amor de mãe”, como se nessa altura da leitura ela precisasse se explicar.

Ivanir adorava dar atenção para os mirins, ensinar, conhecer olhando para a origem de cada um deles, suas dificuldades e traumas em casa. “Também houve momentos que extrapolei. Não sou perfeita. E eles pagavam o pato. Mas eu logo me corrigia. Na faculdade foi a mesma coisa, emprestava matéria para os alunos, novinhos. Eles me procuravam no Fórum e eu levava cópia para eles conhecerem os processos civis. Sempre gostei de ser a mãe, a mãe de todos”.

Além de muito amiga dos filhos de sangue, nessa longa e bonita trajetória ela procurou transmitir confiança ao Gustavo e à Gabriela. “Apesar de ter o tempo curto com eles, foi sempre de qualidade e amor. Lógico que tivemos que administrar coisas emocionais e até de carência afetiva, mas saímos ilesos, espero!”.



Desde 2013, Ivanir havia completado o tempo de serviço. Depois ficou pelo abono de permanência, até que veio a pandemia e, em 2021, ela finalmente aposentou com o seguinte sentimento: “foi bom dar oportunidade para os sangues novos, com ideias novas, novas energias”.

E no coração que cabia sempre mais, couberam dois stents. E o que ainda pode acomodar esse órgão tão vital? “Sonho em ser avó (meus filhos não querem nem saber), viajar bastante e ter coragem para estudar para fazer a prova da OAB. Sonho em fazer uma advocacia social. Vou ver se encaro o mais breve possível!”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL